



# Livro Branco

SOBRE A INTELIGÊNCIA  
ARTIFICIAL APLICADA AO  
JORNALISMO EM PORTUGAL



12



90

FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

utad



Universidade do Minho



PUCRS

PARCERIA:

European **MEDIA AND  
INFORMATION** Fund



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE GULBENKIAN

# Livro Branco

SOBRE A INTELIGÊNCIA  
ARTIFICIAL APLICADA AO  
JORNALISMO EM PORTUGAL

**IA\*JP** | INTELIGÊNCIA  
ARTIFICIAL NO  
JORNALISMO  
EM PORTUGAL

## Ficha Técnica

**Data** | Dezembro de 2025

**Título** | Livro Branco sobre a Inteligência Artificial no jornalismo em Portugal

**Coordenação científica** | Paulo Nuno Vicente, José Sotero

**Autoria** | Ana Cecília Nunes, Ana Marta M. Flores, António Granado, Carlos Camponez, Catarina Duff Burnay, Dora Santos Silva, Fábio Ribeiro, Felisbela Lopes, Joana Ramalho, João Miranda, José Manuel Sotero, Paulo Nuno Vicente, Pedro Jerónimo, Tatiana Dourado.

**Design gráfico** | Ana Marta Flores

## Universidades parceiras

Universidade NOVA de Lisboa (Coordenação)

Universidade do Minho

Universidade Católica Portuguesa

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Universidade Europeia

Universidade da Beira Interior

Universidade de Coimbra

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**Financiamento** | EMIF - European Media and Information Fund, Fundação Calouste Gulbenkian

**Contactos** | [iajornalismo@fcsch.unl.pt](mailto:iajornalismo@fcsch.unl.pt) | [www.iajornalismo.fcsch.unl.pt](http://www.iajornalismo.fcsch.unl.pt)

## Como citar |

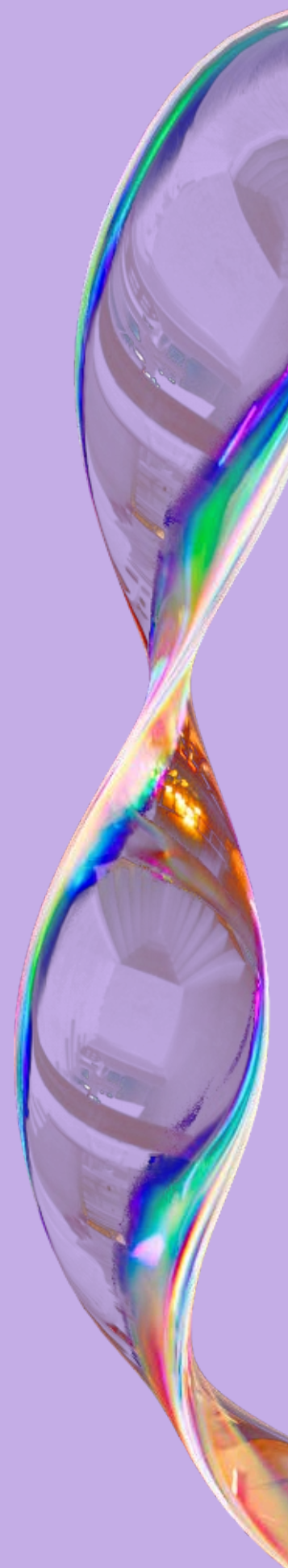
Vicente, P. N., Sotero, J. M., Flores, A. M. M., Nunes, A. C., Granado, A., Camponez, C., Burnay, C. D., Silva, D. S., Ribeiro, F., Lopes, F., Ramalho, J., Miranda, J., Jerónimo, P., & Dourado, T. (2025). Livro Branco sobre a Inteligência Artificial no Jornalismo em Portugal. European Media and Information Fund & Fundação Calouste Gulbenkian.

<https://doi.org/10.5281/zenodo.17905115>



# Índice

- |    |                                      |    |   |
|----|--------------------------------------|----|---|
| 4  | <i>Prefácio</i>                      | 6  | <i>Introdução</i>                                     |
| 7  | <i>Sumário<br/>Executivo</i>         | 9  | <i>Destaques</i>                                      |
| 11 | <i>Síntese das<br/>recomendações</i> | 12 | PARTE I<br><i>Estado da Arte</i>                      |
| 28 | <i>Gráficos</i>                      | 60 | PARTE II<br><i>Recomendações<br/>e Planos de Ação</i> |
| 72 | <i>Reflexões<br/>Finais</i>          | 73 | <i>Mais<br/>Informações</i>                           |



# Prefácio

**Cristina Casalinho**

Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian

Desde a origem, a comunicação social, tal como é hoje entendida, é indissociável do progresso tecnológico. A invenção da prensa por Gutenberg, no século XV, marcou o início de uma nova era no mundo ocidental: a informação passava a ser reproduzida em larga escala. Mais tarde, o telégrafo encurtou distâncias, a rádio deu voz à informação, a televisão trouxe-lhe imagem, e a Internet encurtou ainda mais a distância e o tempo, concretizando o mundo como uma aldeia global e digital.

A digitalização da partilha de informação tornou-se um elemento central das sociedades modernas. Deve-se à disseminação em massa da informação digital a formação de uma esfera pública sem precedentes, quando todos consomem e produzem informação. Nos seus primórdios, existia a convicção que esta nova realidade consolidaria o papel do jornalismo como mediador entre o facto e o público. É, todavia, importante reconhecer que este progresso tecnológico está a gerar uma disrupção profunda na forma como as sociedades consomem e produzem informação e conhecimento. A transformação digital, que possibilitou uma rede global de cidadãos tendencial e permanentemente informados, caracteriza-se por grandes desafios: a disseminação de desinformação, a intensificação da polarização e a erosão da confiança no discurso mediático. E contrariamente ao período anterior à digitalização, a desintermediação veio questionar os fundamentos básicos do papel dos jornalistas.

Está-se provavelmente a assistir a um novo ciclo. Atualmente, a instantaneidade e a abundância de informação, potenciadas pelo uso de Inteligência Artificial (IA), colocam desafios inéditos à verificação, credibilidade e ética jornalística.

Na encruzilhada entre benefícios e desafios desta disrupção tecnológica, situam-se as redações, que buscam o equilíbrio entre cânone e inovação. Enquanto mantêm viva a missão de mediar os factos e servir o interesse público, enfrentam a necessidade de se reinventar perante novos hábitos de consumo, cada vez mais fragmentados e com menor tempo de atenção.

**A Fundação Calouste Gulbenkian mantém o compromisso histórico com a liberdade de informação e o papel insubstituível do jornalismo numa sociedade livre.**

Neste contexto, reconhecendo o contributo do jornalismo para a vitalidade da sociedade democrática, a Fundação Calouste Gulbenkian, enquanto responsável pela gestão do European Media and Information Fund (EMIF), encomendou o presente estudo sobre a Aplicação da Inteligência Artificial no Jornalismo em Portugal. Em outubro de 2024, o XXIV Governo da República Portuguesa aprovou um Plano de Ação para a Comunicação Social, no qual se insere, sob a medida 18, a elaboração de um Livro Branco sobre Inteligência Artificial aplicada ao Jornalismo.





Em resposta a esta medida, a Fundação Calouste Gulbenkian abriu um concurso no início de 2025 para que, ao longo do ano, uma entidade externa competente elaborasse um estudo abrangente sobre esta temática; a saber: um consórcio alargado de universidades liderado pela Universidade Nova de Lisboa foi selecionado entre os vários concorrentes.

De modo a responder à necessidade urgente de promover um debate rigoroso, plural e independente sobre o impacto da IA no jornalismo, a elaboração deste estudo foi concebida segundo princípios de abrangência e inclusividade. O objetivo central foi a caracterização da diversidade do ecossistema mediático nacional, envolvendo na análise os principais intervenientes: órgãos de comunicação social, entidades reguladoras, empresas tecnológicas e especialistas em jornalismo, comunicação e IA. Apenas uma abordagem participada e representativa permitiria recolher boas práticas, compreender as especificidades do contexto português e formular recomendações concretas para o reforço das políticas públicas e das práticas profissionais no setor.

A história do jornalismo, marcada por sucessivas revoluções tecnológicas, parece evidenciar a capacidade de reinvenção da profissão sempre que o seu papel é ameaçado. Talvez o desafio contemporâneo seja encontrar um novo equilíbrio entre tecnologia e responsabilidade humana de informar, num contexto naturalmente orientado por novos quadros regulatórios e diretrizes éticas determinadas pela nova realidade informativa.

Neste sentido, torna-se pertinente que o jornalismo português, consciente do seu legado, avalie a adesão às práticas globais, garantindo um uso responsável, transparente e sustentável da IA.

Desde as práticas nas redações, independentemente do tamanho, meio e cobertura, passando pela liderança e sustentabilidade do setor, até à elaboração de políticas públicas que promovam uma (renovada) prática informativa sustentável, acreditamos que este Livro Branco servirá como estímulo para os diversos atores do ecossistema português utilizarem IA como instrumento de reinvenção da função do jornalismo em prol de sociedades informadas, responsáveis, equilibradas e justas.

# Introdução

## Inteligência Artificial e Jornalismo: entre a inovação e o imperativo democrático

**Paulo Nuno Vicente**

Coordenador do Livro Branco

A emergência e a rápida disseminação da Inteligência Artificial (IA) constituem uma transformação de largo alcance em múltiplas esferas da vida social, económica e política. No campo do jornalismo, as metamorfoses em curso assumem uma complexidade particular: não só colocam em tensão as práticas profissionais e os modelos de sustentabilidade das organizações, como interpelam a integridade de um dos pilares fundamentais da democracia: a produção e a circulação de informação pública credível, plural e acessível.

Em determinados momentos históricos, impõe-se a reafirmação do que décadas antes parecia óbvio: o jornalismo desempenha um papel insubstituível na sustentação das sociedades democráticas. Poder-se-ia dizer, ironicamente, que é a pior das soluções contra a desinformação e a anomia, excluídas todas as outras. É através da mediação jornalística que os cidadãos podem legitimamente esperar o acesso a informação contextualizada, essencial para interpretar eventos complexos, escrutinar os poderes político, económico e tecnológico, e participar de forma informada nos processos de deliberação. Assim, o enfraquecimento das instituições jornalísticas e a degradação da qualidade da informação noticiosa repercutem-se de forma direta, profunda e duradoura na vitalidade dos regimes democráticos.

A entrada da IA nas redações, sob a forma de automatização da redação textual, da produção sintética de som e de imagem, ou da curadoria algorítmica da informação, entre outras, impõem-nos, enquanto sociedades, a necessidade de recolha de evidência e a densificação da análise crítica sobre estes fenómenos. Num segundo momento, exige-nos capacidade de decisão e de ação fundamentadas.

Por um lado, a IA seduz pela promessa de ganhos de eficiência e de velocidade, podendo aliviar os jornalistas de tarefas repetitivas. Por outro, desperta preocupações basilares em torno da opacidade algorítmica, da reprodução de enviesamentos, da erosão dos direitos de autor, da autonomia editorial e do risco de desinformação automatizada em larga escala.

O desafio que atravessa o presente Livro Branco sobre Inteligência Artificial no jornalismo reside na articulação entre o potencial de inovação e os valores fundacionais da prática jornalística e democrática: rigor, independência, responsabilidade ética e serviço público.

**Este Livro Branco propõe-se oferecer uma base informada para o desenvolvimento de políticas públicas, de programas interdisciplinares e multissetoriais, de estratégias empresariais e de orientações editoriais que assegurem que a incorporação da IA no jornalismo seja conduzida de forma transparente, justa e comprometida com o interesse público.**

Mais do que discutir o que a tecnologia torna possível, importa refletir sobre o que é eticamente desejável e democraticamente aceitável normalizar em nome da inovação. Esta não é uma discussão que possa restringir-se às redações ou ao setor dos media: exige um debate público alargado. Em última instância, trata-se de garantir que a tecnologia sirva o jornalismo - e não o contrário - e que ambos continuem a servir a vitalidade democrática das sociedades contemporâneas.

# Sumário Executivo



## Contexto e propósito

A emergência da IA representa uma transformação profunda no jornalismo, colocando em tensão práticas profissionais, modelos de sustentabilidade e a própria integridade da informação pública. Este Livro Branco sobre Inteligência Artificial no Jornalismo, financiado pelo European Media and Information Fund, sob gestão da Fundação Calouste Gulbenkian, e coordenado pela NOVA FCSH, reúne evidência, diagnósticos e recomendações para orientar políticas públicas, decisões empresariais e linhas editoriais na adoção de IA no jornalismo, garantindo os princípios de transparência, justiça e de respeito pelo interesse público.

O presente Livro Branco e os dois estudos que o sustentam – “[Relatório de Diagnóstico e Análise Temática](#)” e “[Relatório de Contributos Participativos](#)” – resultam de uma colaboração interinstitucional que reuniu seis instituições académicas nacionais (Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade Europeia, Universidade da Beira Interior, Universidade de Coimbra), e duas universidades brasileiras (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), beneficiando ainda do acompanhamento de um Conselho Consultivo Internacional, que assegurou rigor metodológico e relevância global. A investigação desenvolveu-se num momento de transformação acelerada das rotinas jornalísticas, em que a adoção de IA se revela disseminada, embora assimétrica, e em que ganhos de eficiência coexistem com desafios éticos, jurídicos e de governação que atravessam todo o ecossistema mediático.

## Abordagem metodológica

A arquitetura metodológica do estudo assentou num desenho de métodos mistos, de carácter sequencial e orientado para a triangulação de dados e fontes. Este desenho integrou uma revisão sistemática da literatura, um inquérito por questionário administrado online, procedimentos qualitativos, nomeadamente grupos de foco e entrevistas a representantes setoriais, bem como exercícios de codesign em workshops, orientados para pensar as “Redações do Futuro”. A etapa final consistiu numa validação externa das interpretações e das recomendações produzidas, conduzida por um painel independente de especialistas, assegurando a robustez dos resultados e a sua relevância para a prática profissional e para a formulação de políticas públicas.

A revisão da literatura (2015-2025) constituiu o alicerce analítico do estudo, mapeando convergências, divergências e lacunas que orientaram o trabalho empírico. A partir desse levantamento de produção científica construiu-se o inquérito que, apurando a perspetiva de jornalistas individuais, cartografou os padrões de adoção e as perceções no ecossistema mediático português, tendo sido convidados a responder todos os meios de comunicação social registados na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Para mais informações sobre os critérios de inclusão da revisão e o processo de amostragem do questionário, recomenda-se a consulta do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática”.

A componente qualitativa, concebida para complementar os dados apurados através do inquérito por questionário, aprofundou e contextualizou os resultados. Para o efeito, recorreu-se à realização de grupos de foco e à auscultação de profissionais em contexto de redação, de organizações profissionais, de entidades reguladoras e de intervenientes tecnológicos, selecionados de forma a assegurar diversidade de perfis e de contextos de prática.

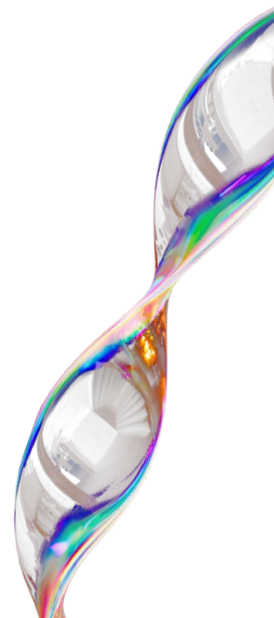
As sessões, orientadas por guiões semiestruturados, foram gravadas em áudio, transcritas e anonimizadas. A análise foi conduzida através de codificação temática, com dupla leitura e reconciliação, procedimento que reforçou a fiabilidade interpretativa e permitiu identificar convergências, complementaridades e dissonâncias face aos padrões do inquérito. Para informações detalhadas sobre esta etapa do processo recomenda-se a consulta do *Relatório de Contributos Participativos*.

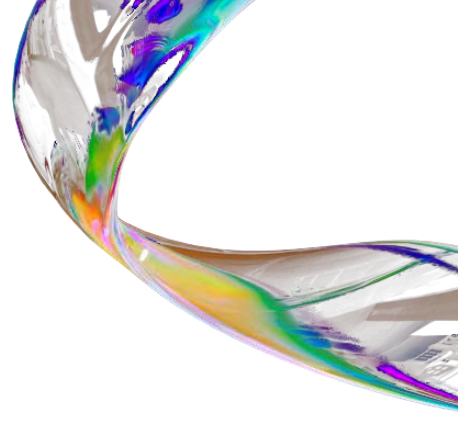
Em paralelo, os workshops “Redações do Futuro” serviram como um espaço de codesign e prototipagem de fluxos de trabalho assistidos por IA, testados em tarefas de baixo risco e acompanhados por um mapeamento dos processos e por uma avaliação crítica das ferramentas utilizadas. Destas sessões resultaram artefactos operacionais que apoiaram a transferência das recomendações para a prática.

Com base na evidência recolhida através destes métodos foram produzidas recomendações, orientadas para a prática e para a decisão, as quais foram submetidas a um painel internacional de especialistas – o Conselho Consultivo Internacional – para revisão por pares, incidindo sobre a solidez da evidência, a exequibilidade organizacional, a proporcionalidade do risco e o alinhamento ético-regulatório; o retorno desse escrutínio foi incorporado nas revisões finais, reforçando a credibilidade, a transferibilidade e a utilidade pública do Estudo.

## Nota sobre o tratamento dos dados

O tratamento dos dados seguiu princípios de minimização, segurança e confidencialidade, com recolhas sempre antecedidas de consentimento informado e com anonimização sistemática dos registos. A informação sensível ficou sujeita a protocolos específicos de acesso e de armazenamento, seguindo as boas práticas recomendadas para a investigação científica, assegurando a rastreabilidade por meio de um diário metodológico, que documentou versões de instrumentos, alterações procedimentais e justificações analíticas.





# Destques

## 1. Uso de IA no quotidiano jornalístico

A utilização de IA no jornalismo português é maioritariamente operacional e não intensiva, centrada em tarefas como pesquisa e recolha de informação (56,1%), tradução automática (41%) e transcrição (40%). O padrão de uso é predominantemente ocasional (28,1%) ou raro (25,4%), com apenas uma minoria a reportar uso diário (11,2%). O jornalismo online concentra a maior regularidade de utilização, com 57,6% dos profissionais a reportarem um uso diário e 22,2% o uso frequente, em contraste com a televisão, que apresenta os níveis mais baixos de utilização, com 18% a indicarem nunca usar IA e 15% a usá-la apenas raramente.

Identificaram-se três perfis de uso: (1) inexistente, (2) pontual/individualizado (maioritário) e (3) regular/orientado, estando este último concentrado em grupos de *media* de maior dimensão. Emerge o "paradoxo da eficiência": a IA encurta tempos em tarefas mecânicas, mas parte da poupança é absorvida por aprendizagem e validação. A qualidade só melhora quando o tempo libertado é reinvestido em edição, definição de ângulos e contextualização, situação que requer a medição de poupanças por tarefa e uma governação editorial robusta.

## 2. Combate à desinformação e *media* sintéticos

A IA apresenta atualmente uma ambivalência funcional no ecossistema informativo português: acelera a produção de desinformação através de *media* sintéticos, mas pode também apoiar a verificação via triagem, análise de metadados e mecanismos de proveniência. Verificar é estruturalmente mais custoso do que gerar conteúdos falsos, pressionando rotinas de apuração e aumentando riscos reputacionais na ausência de validação formal.

No contexto português, 64,4% dos/das profissionais afirmam que a IA terá impacto negativo ou muito negativo na disseminação de desinformação, com a imprensa escrita a concentrar as avaliações mais negativas (50,5%). As redações procuram mitigar estes riscos através de triagem forense, contenção autoral — que proíbe a geração automática de conteúdos — e rotulagem de materiais assistidos ou gerados por IA. Ainda assim, os incidentes reputacionais tornam-se particularmente prováveis quando existem fragilidades ou indefinições na cadeia de revisão editorial, como evidenciam os casos SAPO24 e "Pulsómetro"/CNN Portugal, em 2024.

## 3. Ética, deontologia e responsabilidade editorial

Persistem lacunas generalizadas em dimensões fundamentais de governação: 80,4% dos/das profissionais atestam a inexistência de cláusulas contratuais sobre IA, 64% reportam inexistência de código de conduta, 65,8% assinalam ausência de comissões de supervisão, 67,5% documentam inexistência de formação obrigatória em IA, 63,4% referem não existir protocolo de validação pré-publicação e apenas 15% reconhecem políticas claras de responsabilização por erros.

Estas fragilidades são particularmente acentuadas em meios locais e regionais, favorecendo usos casuísticos e "práticas invisíveis" sem enquadramento explícito. A opacidade algorítmica exige explicabilidade e auditabilidade operacionais, enquanto fluxos híbridos requerem matrizes claras de responsabilidade, validação humana sistemática (*human-in-the-loop*) e protocolos de correção pública.

## 4. Direitos de Autor e Direitos Conexos

Os Direitos de Autor e Direitos Conexos (CDADC) emergem como eixo crítico, com tensões em quatro frentes: (1) autoria e originalidade, (2) treino de modelos com conteúdos protegidos, (3) fronteiras entre obra e prestação (voz/imagem) e (4) exigências de transparência e proveniência. No plano nacional, 52,2% dos/das profissionais indicam que não existe autorização para uso de conteúdos jornalísticos no treino de modelos e 19% não sabem ou não respondem, coexistindo com apenas 6,8% que declaram propriedade ou controlo direto sobre algoritmos ou modelos de IA utilizados nas suas operações jornalísticas.

Profissionais de rádio e televisão salientam riscos nos Direitos Conexos de voz e imagem (clonagem, recriação), defendendo cláusulas contratuais específicas e rotulagem consistente. Observam-se opções "defensivas" de não ceder dados para treino, a par de apelos a programas próprios e cooperação intermedia.

## 5. Independência editorial e plataformas tecnológicas

A plataformização do ecossistema noticioso configura um regime de intermediação algorítmica que desloca funções críticas de distribuição e monetização para infraestruturas externas, reconfigurando poderes editoriais e condicionando a autonomia jornalística. No contexto português, a dependência de soluções comerciais é particularmente elevada, sendo que neste cenário apenas 6,8% dos/as profissionais referem ter controlo direto sobre algoritmos ou modelos de IA e só 26,4% reconhecem possuir capacidade técnica para avaliar criticamente estas soluções.

As assimetrias são mais pronunciadas em meios locais e regionais, com menor probabilidade de desenvolvimento de experiências-piloto internas e de estabelecimento de parcerias. Emergem estratégias defensivas para preservar identidade editorial, incluindo não subordinar a agenda a métricas definidas pelas plataformas e autonomizar arquivos próprios.

## 6. Barreiras à adoção e necessidades de capacitação

As barreiras identificadas são sobretudo organizacionais e relacionadas com capacitação, com 67,5% dos/as profissionais a reportarem ausência de formação e mais de 80% a indicarem não possuir formação especializada em IA, apesar da procura latente. Estas fragilidades são especialmente visíveis nos meios locais e regionais.

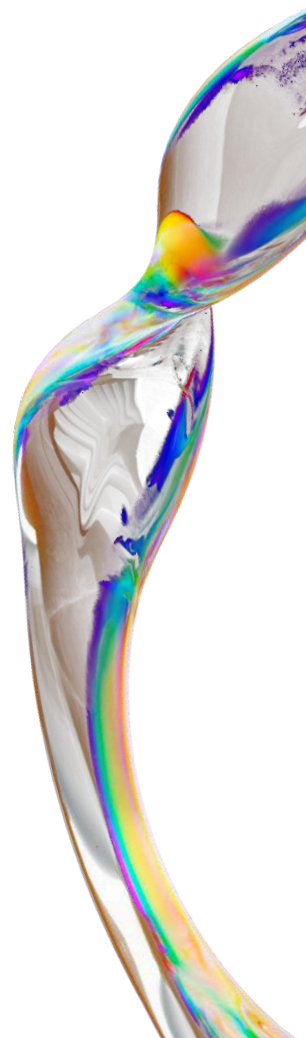
Paralelamente, proliferam usos casuísticos e "invisíveis" de IA, frequentemente sem protocolos que assegurem a necessária monitorização humana (human-in-the-loop). Em vários contextos, como já referido anteriormente, o chamado "paradoxo da eficiência" torna-se latente, onde os ganhos de rapidez e automatização não são acompanhados por métricas claras ou reinvestimento editorial que permitam consolidar melhorias efetivas.

Identificam-se ainda necessidades setoriais específicas de capacitação, por exemplo, na televisão, a prioridade recai sobre perícia forenses para a análise de artefactos de vídeo e voz; na rádio, sobre mecanismos de deteção de clonagem de voz; e, na imprensa e no online, sobre práticas de verificação multimodal e rotulagem consistente de conteúdos assistidos ou gerados por IA.

## 7. Perceções sobre regulação e políticas públicas

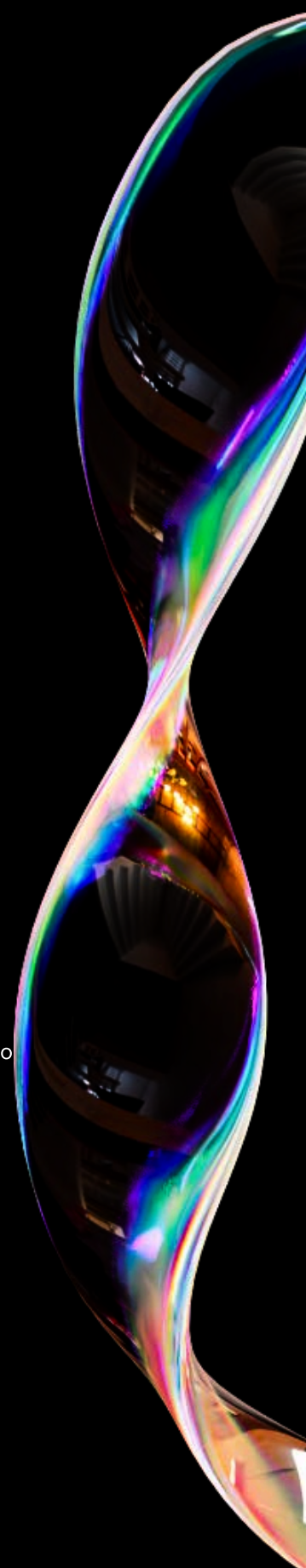
As perceções revelam baixa normatização nas áreas que sustentam cumprimento e prestação de contas, com as fragilidades mais pronunciadas em meios locais e regionais. Predomina prudência face a riscos editoriais, acompanhada de expectativa de orientação institucional. Valorizam-se recomendações de transparência, explicabilidade e cartas de princípios, mas reconhece-se que, sem capacidade interna mínima — governação, literacia aplicada e processos de validação —, a regulação é percebida como uma exigência difícil de cumprir.

A mediação algorítmica na distribuição é entendida como fator que aumenta a incerteza e desloca custos de conformidade para as redações, reforçando a necessidade de políticas acompanhadas de instrumentos operacionais que permitam traduzir princípios em rotinas verificáveis.



# Síntese das recomendações estratégicas

- 1 Estabelecer um quadro nacional de recomendações para a utilização de IA nos media**, coordenado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). [p. 62](#)
- 2 Estabelecer diretrizes editoriais e operacionais para a utilização de IA generativa no jornalismo** através do desenvolvimento e implementação de um Manual de Políticas e Boas Práticas de IA aplicável a todas as áreas das empresas de media. [p. 63](#)
- 3 Implementar normas obrigatórias de sinalização pública de conteúdos generativos**, assegurando que operadores de *media* adotam procedimentos técnicos e editoriais de identificação visível, verificável e consistente. [p. 64](#)
- 4 Reforçar o papel do Serviço Público de *Media* na Literacia Mediática e no Combate à Desinformação**, desenvolvendo conteúdos regulares, multiplataforma e de acesso livre, incluindo formatos adaptados ao público infanto-juvenil. [p. 65](#)
- 5 Rever o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos**, incorporando os desafios colocados pela IA e alinhando o regime jurídico nacional com as orientações europeias e internacionais. [p. 66](#)
- 6 Criar um programa de apoio à inovação em IA aplicada no jornalismo**, articulando diferentes tipos de entidades parceiras e assegurando a disponibilidade de laboratórios de experimentação e capacitação distribuídos regionalmente. [p. 67](#)
- 7 Criar convocatória pela FCT (futura Al<sup>2</sup>) para financiamento a projetos de investigação exploratórios em IA aplicada ao jornalismo português**, com base em dados e necessidades do contexto nacional. [p. 68](#)
- 8 Criar um Observatório Nacional sobre Inteligência Artificial e Jornalismo**, com a missão de produzir conhecimento, monitorizar a aplicação de IA no ecossistema informativo nacional, mapear riscos e oportunidades, apoiar processos de decisão e promover a literacia algorítmica da sociedade civil. [p. 69](#)
- 9 Implementar um programa nacional de formação (*upskilling* e *reskilling*) em inovação interdisciplinar para o Jornalismo e os *Media***, desenvolvido em colaboração entre CENJOR, universidades, institutos politécnicos e empresas de *media*. [p. 70](#)
- 10 Integrar competências em IA nos cursos de Jornalismo e Comunicação através de um referencial nacional co-construído**, que incorpore de forma transversal conteúdos sobre IA e tecnologias emergentes, acompanhados de formação certificada para docentes, promovendo uma abordagem interdisciplinar. [p. 71](#)



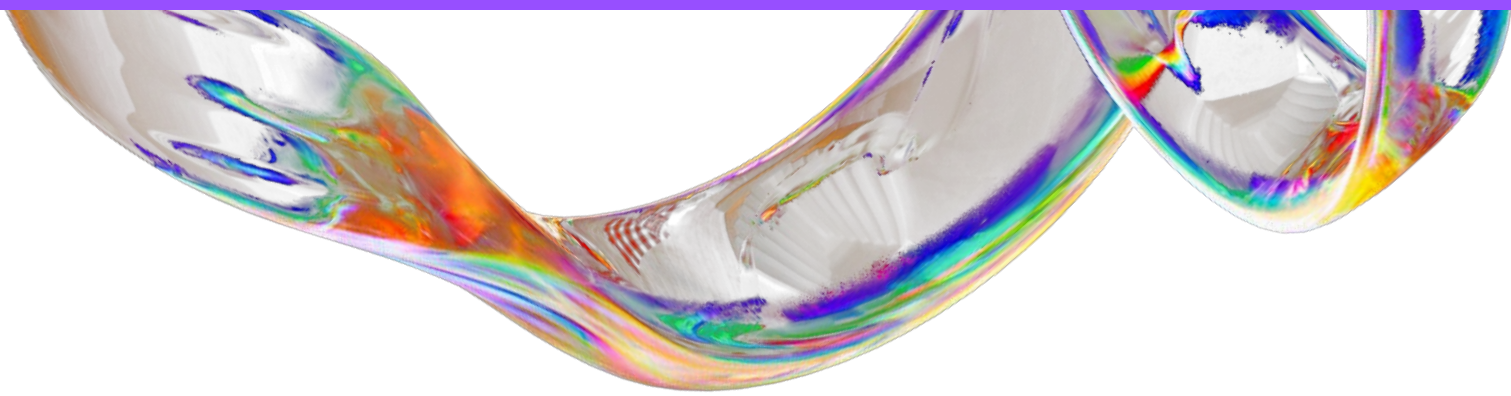




## PARTE I

# Estado da Arte

Esta primeira secção disponibiliza uma sistematização do estado da arte sobre IA aplicada ao jornalismo, integrando quatro componentes: a revisão internacional de literatura (2015-2025), as tendências de adoção no setor, a análise do contexto nacional a partir do questionário (padrões de uso, intensidade e variações por meio e por escala) e a leitura qualitativa das auscultações (entrevistas, grupos de foco e contributos participativos), que detalham rotinas, perfis de integração e efeitos sobre eficiência e qualidade. Em conjunto, estes elementos oferecem uma visão coerente e comparada, identificam continuidades e discrepâncias entre teoria e prática, clarificam lacunas de governação e de literacia e estabelecem a base empírica e conceptual para as recomendações subsequentes.



# 1. Uso da IA no quotidiano jornalístico

## Tendências globais

A literatura internacional (2015-2025) aponta para uma adoção ampla, ainda que assimétrica, de aplicações de IA ao longo da cadeia de valor. Predominam usos operacionais — pesquisa e análise de dados, transcrição e tradução, sugestão de títulos/*search engine optimisation* (SEO), personalização e curadoria algorítmica — que geram ganhos de eficiência e escala quando enquadrados por governação editorial e mediados por curadoria humana. Esses ganhos convertem-se em qualidade apenas quando existem supervisão, protocolos de validação e transparência sobre o papel da IA no fluxo produtivo.

A automação de conteúdos factuais surge como caso de uso já consolidado (informação desportiva, trânsito, mercados), integrada em fluxos híbridos em que sistemas extraem e estruturam dados e os/as jornalistas editam e contextualizam.

A literatura refere soluções como United Robots, Voitto (Yle), Automated Insights (AP), Cyborg (Bloomberg),

Heliograf (Washington Post), e Quakebot (LA Times), onde a necessidade de “mão humana” na edição final é sublinhada, face a enviesamentos e opacidade.

No que diz respeito aos pontos de contacto com as audiências, a IA opera por camadas, nomeadamente na captação e triagem de contributos, verificação/qualidade e, por fim, na distribuição personalizada, sendo nesta etapa final que a personalização algorítmica levanta preocupações sobre segmentação e “bolhas de filtro”, com efeitos potenciais na diversidade informativa e na coesão da esfera pública.

A revisão destaca ainda assimetrias estruturais, sendo as grandes organizações e ecossistemas tecnologicamente avançados a liderar a integração, enquanto redações locais e regionais enfrentam constrangimentos de recursos, literacia e cultura organizacional, o que condiciona a capacidade de transformar eficiência em qualidade.

## Dimensão nacional

Considerando o contexto nacional, verifica-se que as categorias de utilização da IA no jornalismo são, em termos qualitativos, semelhantes às descritas no plano internacional; contudo, os dados do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática” evidenciam níveis de adoção mais baixos e uma integração fragmentada nas redações portuguesas, predominantemente circunscrita a usos pontuais e operacionais, em contraste com formas de incorporação mais estruturais observadas noutros contextos. No plano das perceções, a eficiência/produktividade surge como a dimensão mais valorizada pelos profissionais, enquanto ética/deontologia e imparcialidade recolhem avaliações mais negativas.

No questionário realizado reporta-se a utilização de IA sobretudo de forma não intensiva e para tarefas operacionais, onde o padrão maioritário é ocasional (28,1%), seguido de raro (25,4%) e inexistente (19,7%); os usos frequentes e diários somam minorias (15,6% e 11,2%) [Gráfico 1]. Entre quem usa, destacam-se a pesquisa/recolha de informação (56,1%), a tradução automática (41,0%) e a transcrição (40,0%) [Gráfico 2], sendo que as aplicações criativas/decisórias (ex. geração de texto, personalização, análise de métricas) mantêm uma expressão residual (2,7% a 24,4%). Por meio, o online concentra a maior regularidade de uso (58% uso diário; 22% frequente), enquanto a televisão agrega mais não utilização/uso raro. Verificam-se ainda diferenças significativas em tarefas específicas (tradução, revisão, análise de métricas e otimização/distribuição digital), com maior incidência na imprensa e no online [Gráfico 3]. O questionário revela ainda diferenças na forma como os impactos da IA são percecionados consoante a dimensão das empresas.

Por exemplo, os impactos na “eficiência/produktividade” tende a ser vistos de forma mais negativa nas empresas mais pequenas e mais positiva nas maiores (resultados estatisticamente significativos,  $p = 0,012$ ), assim como o impacto nas questões de natureza ética e deontológica ( $p = 0,017$ ) e na personalização algorítmica ( $p = 0,029$ ). De uma perspetiva macro, estes resultados indicam que transformar ganhos de eficiência em melhoria efetiva da qualidade é mais difícil em contextos com menor capacidade organizacional. As auscultações participativas corroboram este retrato e aprofundam-no, identificando três perfis de uso: (1) inexistente, (2) pontual/individualizado (maioritário) e (3) regular/orientado, estando este último concentrado em grupos de *media* de maior dimensão, sobretudo na Grande Lisboa.

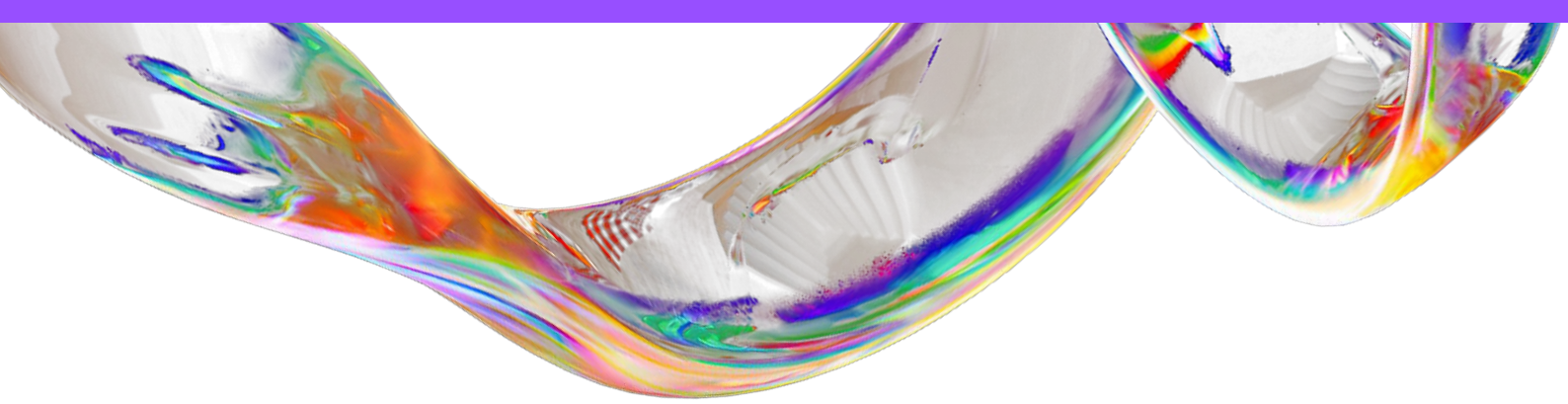
Em termos setoriais, a rádio vai do uso pontual ao relativamente frequente (sobretudo transcrição, preparação de entrevistas, resumos), incluindo experiências com modelos de linguagem internos; na televisão, o uso é fragmentado/experimental, centrado em edição multimédia, legendagem automática e apoio à pesquisa (ex. Plain X [Priberam] para transcrição, tradução e legendagem). Na imprensa, os usos são mais frequentes do que em televisão, mas continuam pontuais, combinando transcrição (ex. Whisper, TurboScribe e Speechmatics), revisão textual, ajustes texto-imagem e pesquisa, com casos específicos de semi-automatização de “correntes de agenda”, a partir de comunicados de imprensa. Quanto à relação entre eficiência e qualidade, algumas das auscultações descrevem o já mencionado “paradoxo da eficiência” de forma aplicada onde a IA encurta tempos (transcrever, traduzir, resumir, organizar dados), mas parte da poupança é absorvida por aprendizagem e validação, sendo que a qualidade melhora quando o tempo libertado é reinvestido em edição, ângulos e contextualização.

## Pontos-chave

- A IA é maioritariamente operacional e não intensiva, centrada em pesquisa, transcrição e tradução, mais regular no online do que na televisão, com eficiência como impacto mais valorizado e ética/imparcialidade como dimensões mais críticas.
- Identificam-se três perfis de uso (inexistente, pontual/individualizado, regular/orientado), com variações por setor (televisão: legendagem e edição multimédia; rádio: transcrição e preparação de entrevistas; imprensa: transcrição, revisão e ajustes texto-imagem) e melhor conversão de velocidade em qualidade onde há escala e governação.
- Adoção frequentemente não estruturada em tarefas de baixo risco, com parte do tempo ganho absorvido por validação e aprendizagem, o que exige medir poupanças por tarefa e reinvesti-las em verificação e edição.

## Implicações práticas

- Medir e “reconverter” a poupança de tempo (indicadores simples por tarefa: transcrição/ tradução/ resumo/ organização) em atividades de edição/apuração, ligando eficiência a qualidade verificável.
- Expandir usos de baixo risco já comprovados (ex. resumos estruturados, organização de dados para *briefing* e comparação) para maximizar ganhos de tempo nas fases de pré-produção.
- Monitorizar o efeito-tempo dos usos (indicadores simples por tarefa: minutos poupados em transcrição/ tradução/ resumo) para mitigar o paradoxo da eficiência e realocar tempo a edição e contexto.
- Mapear internamente ferramentas por finalidade, reduzindo dispersão de práticas.
- Atenuar assimetrias de escala com capacitação dirigida a meios pequenos/locais e com templates operativos de validação, reduzindo o risco de aceleração sem ganho de qualidade.



## 2. Combate à Desinformação e Media Sintéticos

### Tendências globais

A literatura caracteriza a IA como ambivalente no ecossistema informativo, funcionando simultaneamente como acelerador da desinformação, pela redução de custos e barreiras técnicas à produção de texto, imagem, áudio e vídeo sintéticos e, como instrumento de reforço do controlo de qualidade por via de triagem, análise de metadados, deteção assistida e mecanismos de proveniência. Sem transparência, explicabilidade e curadoria humana, esta ambivalência tende a corroer a confiança pública. O problema central não reside apenas na crescente verosimilhança dos *media* sintéticos, mas na assimetria estrutural entre gerar e verificar, já que produzir falsos conteúdos é mais rápido e barato do que desmontá-los, o que pressiona rotinas de verificação e edição.

Dois efeitos de segunda ordem agravam este quadro: por um lado, o “estado de incerteza” que dificulta a avaliação de autenticidade, elevando os custos cognitivos e informacionais de confirmação e, quando persistente, reduzindo a confiança nas notícias; por outro, o “dividendo do mentiroso” (*liar's dividend*), que permite descredibilizar provas reais rotulando-as de falsas, explorando a suspeição generalizada criada pelos *media* sintéticos. Ambos ampliam o risco sistémico para o jornalismo, cuja legitimidade assenta na verificabilidade pública, e convocam respostas combinadas que articulem crítica de fontes, educação

visual e integração de ferramentas de deteção e proveniência nas rotinas diárias. No plano operativo, a literatura descreve três camadas que os *media* devem incorporar de forma integrada: triagem e priorização, para reduzir o universo a verificar; verificação e estabilização, com análise forense, leitura de metadados, verificação cruzada (*cross-checking*) e auditoria de contexto, onde a “mão humana” permanece decisiva; e, sinalização de proveniência, com rotulagem dos conteúdos assistidos por IA e protocolos de transparência perante o público. Por fim, emergem padrões institucionais e assimetrias: organizações de maior escala e ecossistemas tecnologicamente avançados institucionalizam mais cedo políticas de uso, guias operacionais de verificação e rotulagem, enquanto redações de menor dimensão, com défices de recursos e literacia, ficam mais expostas a usos casuísticos e a riscos reputacionais quando falham etapas de validação, como cadeias de tradução automática sem revisão humana. A personalização e a curadoria algorítmica agravam o desafio ao segmentarem exposições e reforçarem crenças prévias, combinando-se com a produção barata para dificultar a resiliência cognitiva a falsos plausíveis, o que reforça a necessidade de normas de transparência sobre critérios de recomendação e de registos claros do papel da IA em cada peça.

### Dimensão nacional

No contexto português, a perceção profissional sobre o papel da IA na disseminação de desinformação revela um padrão de risco elevado, com variações significativas por meio, âmbito de cobertura e dimensão organizacional. No recorte por tipo de meio, a imprensa escrita concentra a maior proporção de avaliações “muito negativas”, seguida do online e da televisão, diferenças estas que são estatisticamente significativas (Gráfico 4). Em paralelo, ao segmentar por âmbito (local/regional, nacional, internacional), as perceções também oscilam, sugerindo que a proximidade das fontes e as condições de apuração modulam a avaliação do risco (Gráfico 5). Já por dimensão organizacional, as redações mais pequenas evidenciam perceções mais negativas face às maiores, indiciando menor capacidade processual e infraestrutural de resposta (Gráfico 6). Este retrato quantitativo é corroborado e refinado pelas auscultações, na medida em que os testemunhos indicam que a IA encurta etapas de triagem e apoio à verificação (ex. análise de metadados em *breaking news*), mas não elimina a necessidade de validação editorial; quando esta falha, o dano reputacional é elevado.

Na televisão, predomina a preocupação com *media* sintéticos (vídeo/voz), coexistindo medidas de contenção autoral (proibição de geração automática de texto/vídeo) e sinais de transparência (marcação explícita quando há intervenção de IA). Na imprensa, sobressai o risco de alucinações e de cadeias de tradução automática sem revisão, exemplificado pelo caso SAPO24 (2024), que motivou recomendações pela ERC sobre rigor informativo e supervisão pré-publicação. Na rádio, valoriza-se a IA para síntese/transcrição, mas com alarme perante clonagem de voz e dificuldade de deteção pelo público.

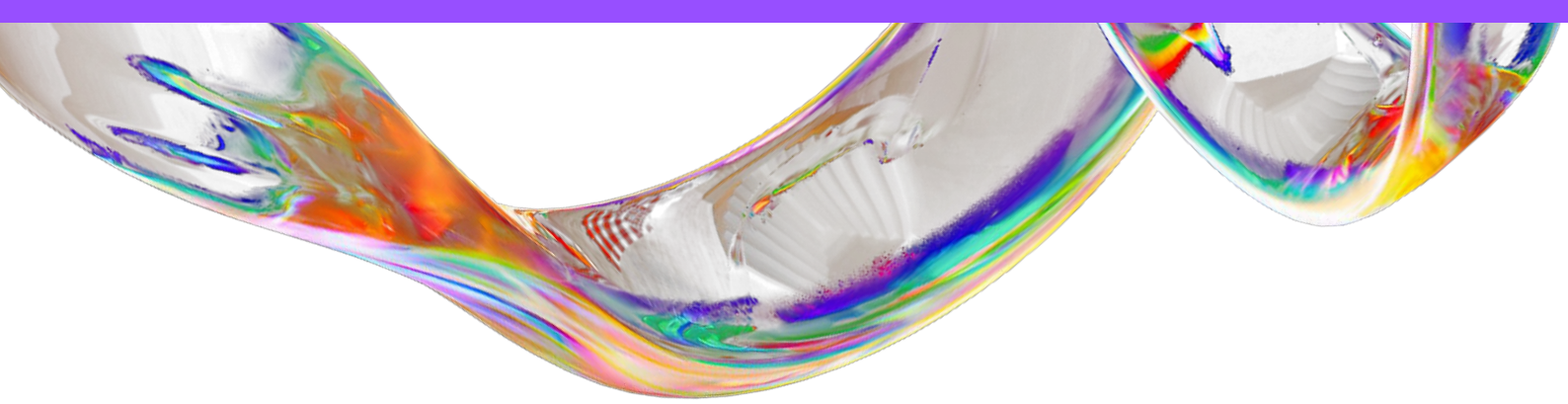
Nas agências, destacam-se a regra de supervisão humana, a transparência de uso. Reconhece-se, todavia, que a produção de desinformação “corre à frente” da verificação. No plano institucional, a ERC reforça o enquadramento prudencial em casos sensíveis, recomendando explicabilidade, transparência e cartas de princípios (ex. “Pulsómetro”/ CNN Portugal, 2024). Este movimento converge com a orientação para a marcação/identificação de conteúdos assistidos por IA e para a definição de protocolos formais de validação.

## Pontos-chave

- A IA apresenta ambivalência funcional, acelerando a desinformação por geração sintética e, em sentido oposto, apoiando a verificação via triagem, metadados e proveniência, dependente de transparência, explicabilidade e supervisão humana em protocolos editoriais.
- Verificar é estruturalmente mais custoso do que gerar falsos, pressionando rotinas de apuração e edição e aumentando riscos reputacionais na ausência de validação formal.
- O risco percebido varia por meio, âmbito e escala, com avaliações mais negativas na imprensa face ao online e à televisão, moduladas pelo tipo de cobertura e pela dimensão organizacional.
- As redações mitigam riscos com triagem/forense de metadados, contenção autoral que veda geração automática e rotulagem/transparência, sendo os incidentes reputacionais mais prováveis quando falha a cadeia de revisão, como em traduções automáticas não revistas.
- A evidência converge com a literatura ao descrever um estado de incerteza e o efeito *liar's dividend*, reforçando a centralidade da proveniência e da rotulagem e a necessidade de educação visual sob curadoria humana.

## Implicações práticas

- Institucionalizar a verificação humana na cadeia de decisão (*human-in-the-loop*), definindo por tipologia (texto/imagem/áudio/vídeo) quem valida, quando e como (listas de verificação, dupla validação, registo de decisões) e priorizando breaking news e peças de maior risco.
- Implementar rotulagem e proveniência visíveis, marcando explicitamente a intervenção de IA (ex. “transcrição assistida por IA”, “limpeza de áudio”) e documentando ferramentas/limites com linguagem e posicionamento harmonizados.
- Controlar cadeias de tradução e síntese, tornando obrigatória a revisão humana, criando registos (*logs*) de alterações e realizando amostragens periódicas de qualidade.
- Capacitar por setor e mitigar assimetrias com formação dirigida (TV: forense vídeo/voz; Rádio: deteção de clonagem; Imprensa/Online: verificação multimodal/metadados), priorizando meios pequenos/locais.
- Monitorizar risco e qualidade com métricas simples, acompanhando tempo médio de verificação, taxa de correções/retratações, % de peças rotuladas e conformidade de protocolos, e reportando em *dashboards* internos e sumários públicos.
- Alinhar a governação com o enquadramento nacional, atualizando políticas editoriais segundo as recomendações da ERC (prudência, explicabilidade, transparência) e integrando cartas de princípios internas articuladas com iniciativas setoriais.



## 3. Ética, deontologia e responsabilidade editorial

### Tendências globais

A literatura converge num conjunto de eixos ético-deontológicos centrais para o uso de IA no jornalismo, destacando a opacidade algorítmica e o consequente dever de transparência, a atribuição de autoria e responsabilidade, a justiça e não discriminação, a proteção de dados e de fontes e a necessidade de supervisão humana em fluxos híbridos de produção. Neste quadro, explicabilidade e auditabilidade — tornar inteligível “o quê, porquê e com que dados” em cada intervenção — afirmam-se como condições de responsabilização pública.

No plano da autoria e da responsabilidade, a introdução de sistemas generativos nas fases de pesquisa, redação e edição requer linhas de atribuição claras e responsabilidade editorial humana por decisões e erros, o que implica protocolos de validação pré-publicação, matrizes de responsabilização e políticas de correção pública consistentes com os valores editoriais. A justiça/viés ocupa lugar central, na medida em que os enviesamentos nos dados de treino e decisões opacas tendem a produzir erros sistemáticos e sub-representações temáticas ou territoriais, pelo que avaliações de impacto, monitorização contínua e

governança de dados deixam de ser acessórios e tornam-se práticas estruturantes.

No domínio da proteção de dados e de fontes, o tratamento de conteúdos sensíveis por ferramentas de IA exige minimização, segurança e registos de acesso e processamento que preservem confidencialidade e rastreabilidade, com atenção particular a tarefas como transcrição e análise de material identificável.

Também a centralidade do agente humano na cadeia de decisão (*human-in-the-loop*) é reiterada, uma vez que a IA pode acelerar operações e ampliar cobertura, mas qualidade, precisão e deontologia dependem de curadoria humana apoiada em listas de verificação e pontos de controlo distribuídos ao longo dos processos de trabalho, clarificando quem valida, com que critérios e em que momento.

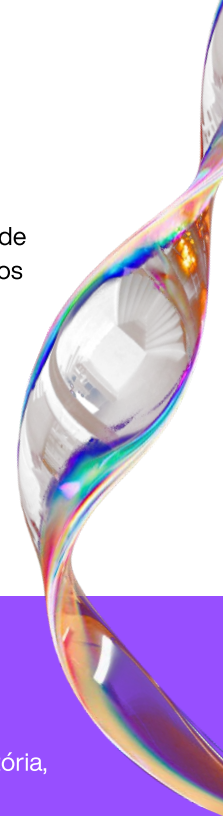
Por fim, referenciais normativos internacionais e nacionais consolidam princípios de primazia do humano, transparência de uso, proveniência e rastreabilidade, distinção entre conteúdo autêntico e sintético, governança participada e preservação da diversidade na personalização, orientando a sua tradução em políticas e protocolos internos.

### Dimensão nacional

O retrato nacional confirma baixa normatização e fragilidades de responsabilização editorial no uso de IA, com variações por âmbito e sinais consistentes de assimetrias organizacionais. Em termos agregados, emergem lacunas em quase todos os indicadores de governação: 80,4% atestam a inexistência de cláusulas contratuais sobre IA, 64% reportam inexistência de código de conduta, 65,8% assinalam ausência de comissões ou grupos de supervisão, 67,5% documentam a inexistência de formação obrigatória, 63,4% referem não existir protocolo de validação pré-publicação, apenas 15% reconhecem políticas claras de responsabilização por erros e 23,7% indicam mecanismos de transparência pública (Gráfico 7). Por tipo de meio, observam-se padrões de fragilidade heterogéneos (sem diferenças estatisticamente significativas), com a imprensa escrita a concentrar maiores proporções de discordância em várias dimensões de governação (Gráfico 8). Por âmbito de cobertura, existe diferença estatisticamente significativa na afirmação “existe código de conduta específico para IA”, sendo que a discordância total é mais elevada em meios locais/regionais (52,1%) do que em nacionais (43,7%) e internacionais (4,2%), sinalizando assimetrias de escala na capacidade de reger a adoção (Gráfico 9).

As auscultações corroboram a consciência dos riscos éticos — opacidade, enviesamentos, proteção de dados e de fontes —, mas evidenciam défices de recursos, literacia e processos que travam a institucionalização de protocolos de validação, rotulagem pública e matrizes de responsabilização. Neste contexto, proliferam usos casuísticos e “práticas invisíveis” sem enquadramento explícito e cresce a dependência de soluções “chave-na-mão” que não integram valores e salvaguardas jornalísticas.

No plano da responsabilidade editorial, os casos “Pulsómetro”/CNN Portugal (2024) e SAPO24 (2024) tornaram visível a necessidade de explicabilidade, transparência e supervisão humana, com recomendações da ERC para cartas de princípios, exclusão de ferramentas experimentais em contextos sensíveis e clarificação pública de métodos e limites.

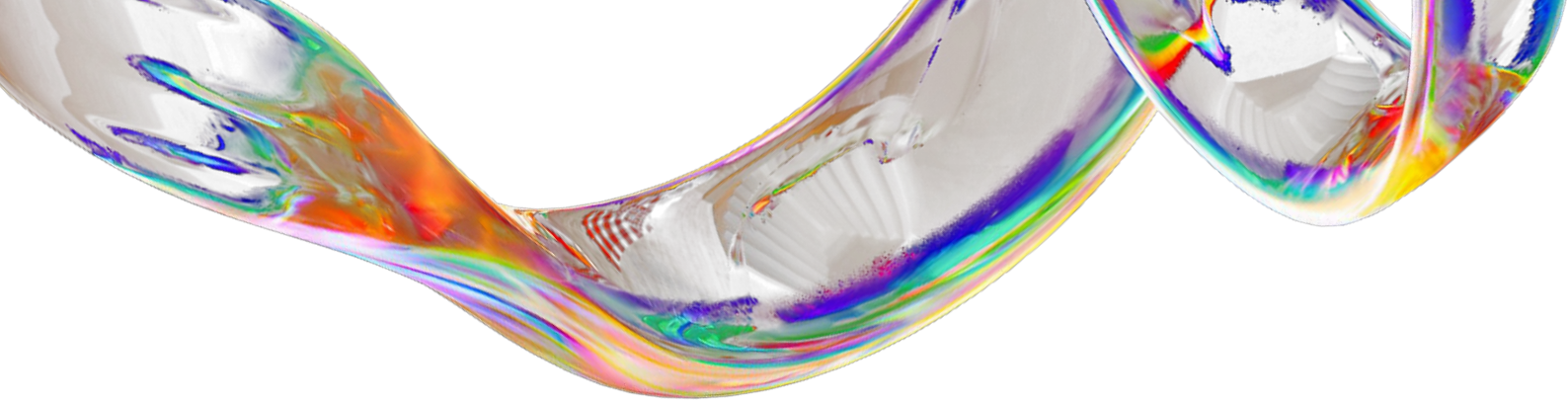


## Pontos-chave

- Persistem lacunas em cláusulas contratuais, códigos de conduta, comissões de supervisão, formação obrigatória, protocolos de validação e mecanismos de transparência pública.
- Códigos específicos para IA são menos frequentes em meios locais e regionais e, por tipo de meio, a imprensa concentra maiores níveis de discordância quanto à sua existência.
- A opacidade algorítmica exige explicabilidade e auditabilidade operacionais para sustentar a responsabilização pública e decisões editoriais informadas.
- Em fluxos híbridos, autoria e responsabilidade devem ficar claramente codificadas em matrizes de responsabilidade, protocolos de correção pública e validação pré-publicação.
- O controlo humano sistemático, com listas de verificação e pontos de controlo por etapa, é condição deontológica para prevenir erros, enviesamentos e violações.
- O uso de IA em conteúdos sensíveis requer minimização de dados, segurança e registos de acesso e processamento para proteger dados e fontes.
- A adoção “chave-na-mão” sem incorporação de valores editoriais aumenta a dependência tecnológica e fragiliza a prestação de contas.
- Casos recentes, como “Pulsómetro” (CNN Portugal, 2024) e SAPO24 (2024), reforçam a necessidade de explicabilidade, transparência, supervisão humana e cartas de princípios, com prudência recomendada pela ERC.
- Princípios de transparência, proveniência/rastreabilidade, distinção autêntico-sintético e governação participada alinham-se com referenciais nacionais e europeus e devem ser operacionalizados em políticas internas.

## Implicações práticas

- Codificar a governação por etapa com um código interno que defina quem decide, os critérios e o registo da decisão de pesquisa → edição → publicação, incluindo exigências de explicabilidade e verificação humana na cadeia de decisão (*human-in-the-loop*).
- Institucionalizar a validação pré-publicação com checklists e dupla verificação para qualquer conteúdo assistido/gerado por IA, prevendo correção pública quando necessário.
- Rotular de forma visível o papel da IA em texto/imagem/áudio/vídeo e uniformizar uma nota metodológica sucinta em todas as plataformas.
- Proteger dados e fontes aplicando minimização, segurança reforçada e registos de acesso/processamento, restringindo o uso a ferramentas aprovadas.
- Controlar traduções e sínteses com revisão humana obrigatória, logs e auditorias periódicas de qualidade (lição a retirar do caso SAPO24).
- Monitorizar métricas de ética e qualidade (tempo de validação, taxa de correções, % de peças rotuladas) e capacitar equipas com formação dirigida, priorizando meios pequenos/locais.
- Avaliar fornecedores “chave-na-mão” por explicabilidade, privacidade e auditabilidade e reforçar capacidade interna e parcerias auditáveis.



## 4. Direitos de Autor e Direitos Conexos

### Tendências globais

Entre os desafios centrais da adoção de IA no jornalismo, os CDADC emergem como eixo estruturante que atravessa autoria e originalidade, reutilização de conteúdos para treino e exigências de transparência e proveniência.

No treino de grandes modelos de linguagem (*LLMs*), ganham relevo as tensões entre mineração de dados e titularidade de direitos, com implicações diretas para editores, jornalistas e arquivos noticiosos. A litigância recente e os debates setoriais trouxeram para primeiro plano a licitude do uso massivo de conteúdos jornalísticos e a necessidade de licenciamento ou consentimento, reequilibrando a relação entre inovação e proteção. Neste quadro, transparência, explicabilidade e uma governação clara tornam-se condições de tutela. A delimitação entre obra e prestação (performance) é especialmente sensível nos Direitos Conexos — voz, imagem, interpretação —, com impacto imediato em rádio e audiovisual. Enquanto “obra” designa a criação intelectual original exteriorizada (texto, fotografia,

infografia), “prestação” refere-se ao ato performativo/produtivo protegido (locução, apresentação, emissão). Práticas como clonagem de voz, recriação de imagem e ilustração sintética tornam porosas essas fronteiras, elevando riscos de apropriação de estilo e de usurpação de identidade autoral; as auscultações apontam, por isso, para cláusulas contratuais específicas e rotulagem consistente como salvaguardas mínimas. Como mitigação, a literatura e as boas práticas convergem em transparência operacional, rastreabilidade de fontes e proveniência/rotulagem dos conteúdos assistidos por IA — incluindo marcas de água ou identificadores visuais —, acompanhadas de notas metodológicas que explicitem “o quê, porquê e com que dados” e de registos de decisão auditáveis. Explicabilidade e *human-in-the-loop* são, neste sentido, condições para tornar compreensíveis e responsabilizáveis as intervenções algorítmicas ao longo do processo de trabalho, incluindo a distinção consistente entre conteúdo autêntico e conteúdo sintético.

### Dimensão nacional

O retrato nacional combina incerteza organizacional sobre o treino de modelos, baixo controlo interno das tecnologias e lacunas de governação que expõem as redações a riscos de autoria e licenciamento quando existem conteúdos assistidos por IA. Em termos agregados, 80,4% declaram não existir cláusulas contratuais sobre IA, 64% reportam inexistência de código de conduta, 65,8% ausência de comissões/grupos de supervisão, 67,5% ausência de formação obrigatória, 63,4% inexistência de protocolo de validação pré-publicação, apenas 15% reconhecem políticas claras de responsabilização por erros e 23,7% indicam mecanismos de transparência pública (Gráfico 7).

Na dimensão diretamente ligada a CDADC, sobressai a incerteza sobre autorizações para treino com conteúdos jornalísticos, sendo que 52,2% indicam que não existe autorização, 21,7% não tomam posição e 19,0% não sabem/não respondem, coexistindo com apenas 6,8% que declaram propriedade/controlo direto sobre algoritmos. Em paralelo, a perceção de dependência de soluções comerciais externas é elevada e não é acompanhada por capacidade crítica interna proporcional (Gráfico 10).

As variações por meio mostram dispersão nas perceções sobre capacidade técnica e autorização de treino (Gráfico 11). Por âmbito de cobertura, surgem diferenças estatisticamente significativas na autorização para treino e noutras variáveis de estruturação, sendo nos meios locais/regionais onde as unidades de inovação, pilotos internos e colaborações com universidades mais escasseiam (Gráfico 12).

As auscultações acrescentam ainda mais granularidade aos resultados do questionário, sendo os profissionais de rádio e televisão os que mais salientam riscos nos Direitos Conexos de voz e imagem (clonagem de voz, recriação de imagem, ilustração sintética), defendendo cláusulas contratuais específicas e rotulagem como salvaguardas mínimas; equipas de design/online assinalam receios de apropriação estilística em ilustração sintética. Redações regionais pedem proteção reforçada dos arquivos próprios; e observam-se opções “defensivas” de não ceder dados para treino, a par de apelos a programas próprios e cooperação intermédia para reforçar controlo, explicabilidade e tutela de direitos.

## Pontos-chave

- Direitos de Autor e Conexos são eixo crítico, com quatro frentes interligadas: autoria/originalidade, treino de modelos com conteúdos protegidos, fronteiras obra-prestação (voz/imagem) e transparência/proveniência.
- A intervenção de IA no processo editorial exige linhas de atribuição explícitas e responsabilidade final humana.
- O treino com conteúdos jornalísticos reclama licenciamento/consentimento e regras claras de reutilização.
- Voz e imagem expõem riscos de clonagem e apropriação de estilo, pedindo cláusulas contratuais e rotulagem consistente.
- Mitigação assenta em transparência operacional, rastreabilidade e proveniência/rotulagem (incluindo marcas de água e notas metodológicas).
- No plano nacional há incerteza e baixa governação; 52,2% acreditam que não existe autorização para treino e apenas 6,8% reportam controlo direto de algoritmos.
- As fragilidades são maiores em meios locais/regionais e na imprensa; rádio/TV salientam Direitos Conexos, design/online recebem apropriação estilística e cresce a opção de não ceder dados e de criar programas próprios e cooperação intermedia.

## Implicações práticas

- Formalizar políticas de autoria/atribuição com nota metodológica sobre o papel da IA em cada peça.
- Rotular conteúdos assistidos/gerados por IA e registar metadados de proveniência por formato.
- Definir posição institucional sobre cedência para treino e registar autorizações/condições.
- Incluir cláusulas específicas para voz/imagem/ilustração que vedem clonagem e usos derivados sem consentimento.
- Instituir validação jurídico-editorial pré-publicação para riscos de CDADC, com dupla verificação em contextos sensíveis.
- Capacitar equipas (prioridade a meios locais/regionais).



## 5. Independência editorial e plataformas tecnológicas

### Tendências globais

A plataformação do ecossistema noticioso configura um regime estrutural de intermediação algorítmica que desloca para infraestruturas digitais externas aos meios de comunicação social funções críticas de distribuição, relação com audiências e monetização. Esta mediação reconfigura poderes editoriais, condiciona visibilidade e alcance e introduz opacidade nos critérios de recomendação, com efeitos diretos na autonomia e independência dos media. Em paralelo, a datificação intensifica a orientação para indicadores de tráfego e métricas de envolvimento (*engagement*), podendo tensionar pluralismo, profundidade e contextualização quando as decisões editoriais se alinham excessivamente com sinais comportamentais expressos nas plataformas.

A literatura sintetiza três vetores de risco para a independência: a opacidade algorítmica que sem explicabilidade e auditabilidade (“o quê, porquê e com que dados”) dificulta escrutínio e prestação de contas; a volatilidade induzida por termos de serviço e alterações

de interface de Programação de Aplicações (APIs) e *feeds*, que introduz necessidades constantes de atualização e de novas formas de monetização; e, a personalização/curadoria algorítmica, que embora eficiente, pode reforçar segmentação e “bolhas de filtro”, deslocando a agenda para otimizações de audiência em detrimento de critérios editoriais próprios, na ausência de salvaguardas humanas e regras internas. As boas práticas e os referenciais normativos convergem na primazia do humano, na transparência de uso de IA e plataformas e na rastreabilidade/proveniência como condições para compatibilizar inovação com independência editorial. Operacionalmente, isto traduz-se numa necessária definição de limites a atribuir ao peso das métricas de plataforma nos processos de decisão, na documentação de intervenções algorítmicas de forma visível para o público (rotulagem e notas metodológicas) e na instituição de pontos de controlo humanos ao longo dos processos de trabalho.

### Dimensão Nacional

No contexto português, a situação internacional repete-se. O inquérito evidencia um baixo controlo interno, na medida em que apenas 6,8% referem propriedade/controlo direto de algoritmos, 34,0% reconhecem dependência de soluções comerciais (ex. OpenAI, Google, Microsoft) e só 26,4% assinalam capacidade técnica para avaliação crítica dos sistemas adotados [Gráfico 10]. Em paralelo, persiste incerteza sobre políticas de dados, com 52,2% dos participantes a expressarem não existir nas suas organizações autorização para uso de conteúdos jornalísticos no treino de modelos e 19,0% não sabem/não respondem, o que reforça a vulnerabilidade negocial e a exposição a alterações unilaterais de termos de serviço [Gráfico 10].

As assimetrias por âmbito e escala amplificam o problema; nas redações locais e regionais, a institucionalização de capacidade própria é residual, registando-se, como já mencionado anteriormente, um menor número de pilotos internos com IA e colaborações com universidades [Gráfico 12]. Por dimensão organizacional, à medida que a dimensão aumenta, cresce a probabilidade de existirem unidades de inovação, estratégias formais e mecanismos de controlo tecnológico [Gráfico 13]. Na prática, este gradiente traduz-se em maior dependência de métricas e interfaces de plataforma nos meios pequenos e regionais, com impacto direto na autonomia editorial.

As auscultações confirmam um sentimento de vulnerabilidade face à mediação algorítmica e à apropriação de valor pelas plataformas. Em resposta, emergem estratégias defensivas para preservar identidade editorial, como não subordinar a agenda informativa às métricas de rede, digitalizar e autonomizar arquivos próprios e, pedidos de explicabilidade contratual aos fornecedores.

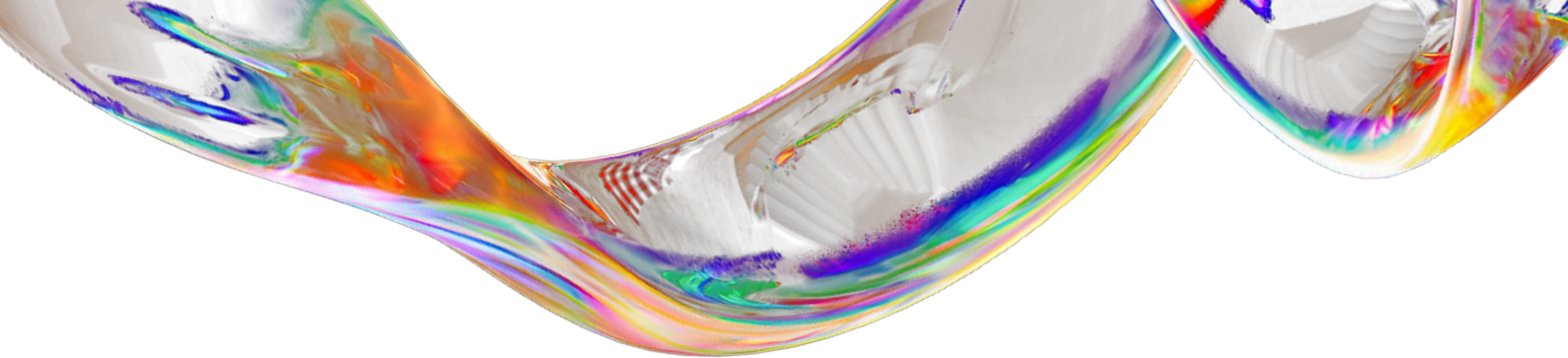
No plano institucional, o reforço de competências nacionais associadas ao quadro regulatório europeu é visto como oportunidade para harmonizar práticas e elevar exigências de transparência, embora sem capacidade interna mínima — técnica e organizacional — a independência editorial permaneça condicionada por intermediações opacas.

## Pontos-chave

- A dependência de soluções comerciais é elevada, com apenas 6,8% dos participantes no questionário nacional a reportarem propriedade/controlo direto de algoritmos e 26,4% a reconhecerem capacidade técnica para avaliação crítica.
- Persiste incerteza sobre políticas de dados e treino, com 52,2% a afirmarem que não existe autorização para uso de conteúdos jornalísticos no treino e 19,0% a não saber/não responder.
- Observam-se assimetrias por âmbito e escala, com maior fragilidade em redações locais/regionais (pilotos internos, colaborações com universidades, autorização para treino) e mais estrutura e controlo em organizações maiores.
- A mediação algorítmica gera vulnerabilidade por assimetria de poder e opacidade de critérios nas plataformas, com impactos na visibilidade e na monetização.
- Emergem estratégias defensivas para preservar identidade editorial, incluindo não subordinar a agenda informativa a métricas inerentes às plataformas, rotular conteúdos assistidos por IA e autonomizar arquivos próprios.
- A janela regulatória aberta pelo Regulamento Inteligência Artificial da União Europeia é vista como oportunidade para maior transparência, embora a independência permaneça condicionada sem capacidade interna mínima.
- Torna-se necessária a definição de salvaguardas editoriais explícitas que limitem o peso das métricas de plataforma, documentem intervenções algorítmicas e instituem pontos de controlo humanos no fluxo de trabalho.

## Implicações práticas

- Codificar salvaguardas de independência, definindo limites ao peso das métricas de plataforma e pontos de controlo humanos nos processos de trabalho.
- Mapear dependências críticas (ferramentas, APIs, canais) e planear redundâncias editoriais e técnicas para alterações de termos/algoritmos.
- Exigir explicabilidade contratual e direitos de auditoria a fornecedores, avaliando risco de lock-in antes da adoção.
- Institucionalizar capacidade interna mínima (laboratórios, plataformas de teste ou parcerias) para testar e validar sistemas de recomendação e personalização.
- Estabelecer política clara de dados/treino e comunicar internamente autorizações e restrições sobre conteúdos próprios.
- Diversificar canais de visibilidade e monetização para reduzir exposição a plataformas.
- Rotular e documentar intervenções algorítmicas com políticas consistentes de proveniência e notas metodológicas em todos os produtos.
- Capacitar equipas para leitura crítica de métricas de plataforma e priorizar meios locais/regionais com templates operacionais de governação.



## 6. Barreiras à adoção e necessidades de capacitação

### Tendências globais

A literatura converge num núcleo persistente de barreiras à adoção de IA no jornalismo, distribuídas em três planos interligados — organizacional, sociotécnico e normativo-editorial — que, em conjunto, limitam a passagem de ganhos de eficiência para melhoria sustentada da qualidade.

No plano organizacional evidenciam-se a ausência de enquadramentos internos, a fraca articulação entre redação, tecnologia e serviços jurídicos e a percepção da escassez de tempo e recursos para experimentar com controlo de risco, o que favorece usos *ad hoc*, “práticas invisíveis” e fragiliza a conversão da aceleração em valor editorial.

No plano sociotécnico sobressaem a opacidade algorítmica e a limitada explicabilidade das ferramentas, dificultando auditoria e prestação de contas, somadas a vieses de treino, limitações de dados e riscos de

privacidade quando se trabalha com conteúdos sensíveis. Por isso, a integração responsável exige um humano na cadeia de decisão (*human-in-the-loop*), listas de verificação, pontos de controlo editoriais e registos de decisão ao longo do fluxo de trabalho. No plano normativo-editorial persistem incertezas jurídicas em CDADC, reutilização de conteúdos no treino e deveres de rotulagem e proveniência, a par de tensões éticas em autoria, responsabilidade e não discriminação. Quando faltam políticas internas claras e literacia aplicada, estas incertezas funcionam como travão. A plataformização e a dependência de fornecedores acrescentam barreiras de aprisionamento tecnológico, volatilidade de APIs e pressão por métricas externas, o que torna indispensável consolidar a capacidade interna mínima para avaliar soluções, negociar condições e salvaguardar critérios editoriais próprios.

### Dimensão nacional

No contexto português, as barreiras à adoção de IA são sobretudo organizacionais e de capacitação, com efeitos mais vincados em meios locais e regionais e em estruturas de menor dimensão. O inquérito revela que 67,5% reporta não haver formação obrigatória em IA nas redações onde colaboram, 64% reportam inexistência de código de conduta, 65,8% assinalam ausência de comissões ou grupos de supervisão, 63,4% referem falta de protocolos de validação pré-publicação; apenas 15% reconhecem políticas claras de responsabilização por erros e 23,7% mecanismos de transparência pública [Gráfico 7]. Estas lacunas alimentam adoções casuísticas e dificultam a conversão de ganhos de eficiência em melhoria sustentada da qualidade.

O défice de enquadramento repercute-se na capacidade tecnológica e nas dependências externas: apenas 6,8% declaram propriedade ou controlo direto de algoritmos e prevalece a percepção de uso de soluções comerciais sem capacidade crítica equivalente [Gráfico 10]. Em paralelo, persiste a incerteza sobre políticas de dados, com 52,2% a terem a percepção de não existir autorização para uso de conteúdos jornalísticos no treino de modelos e 19,0% a não saber/não responder, o que fragiliza a governação e a negociação com plataformas [Gráfico 10].

As assimetrias por âmbito e escala são consistentes com outros eixos, nomeadamente, nos meios locais e regionais, a estruturação é mais frágil, observando-se diferenças estatisticamente significativas em variáveis de inovação e autorizações (por exemplo, autorização para treino) e menores probabilidades de pilotos internos e parcerias [Gráfico 12]. Por tipo de meio, na imprensa escrita é onde é reportado um menor número de indicadores de governação para o uso de IA [Gráfico 8]. Em termos de capacitação, existe uma procura latente, mas mais de 80% dos profissionais referem não deter formação especializada em IA, o que reforça a necessidade de planos plurianuais e módulos orientados à prática [Gráfico 7].

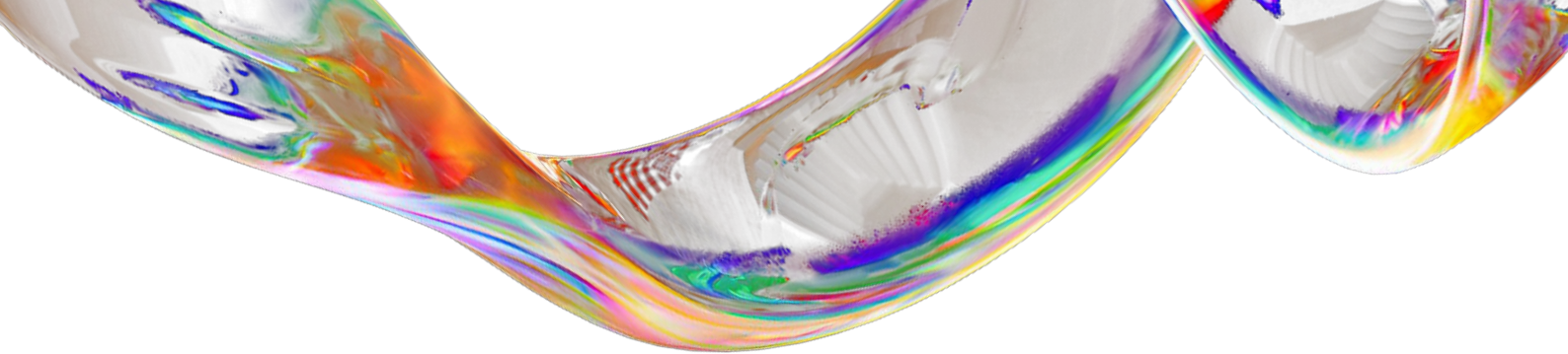
As auscultações confirmam este retrato e detalham necessidades específicas de formação aplicada por setor, protocolos operacionais de validação humana na cadeia de decisão e laboratórios/pilotos internos antes da adoção alargada. Relatos recorrentes do “paradoxo da eficiência” sustentam a importância de medir poupanças por tarefa e de reinvestir tempo em apuração e edição para efeitos de qualidade.

## Pontos-chave

- Governação deficitária, com lacunas em códigos internos, formação obrigatória, supervisão, protocolos de validação e transparência pública.
- Baixa capacidade tecnológica e forte dependência externa, com residual controlo direto sobre algoritmos.
- Políticas de dados e treino incertas, sem clarificação interna sobre autorizações de uso de conteúdos no treino de modelos.
- Assimetrias por âmbito/escala e por meio, com fragilidades mais acentuadas em meios locais/regionais e na imprensa.
- Lacunas formativas expressivas, com a maioria dos profissionais sem formação especializada apesar da procura latente.
- Usos casuísticos e “invisíveis”, com adoções *ad hoc* que exigem protocolos *human-in-the-loop*.
- Necessidades de formação específicas por setor.

## Implicações práticas

- Institucionalizar formação obrigatória e modular (técnica, editorial e jurídica), com especificidades por setor e avaliação periódica de proficiência.
- Criar laboratórios/pilotos internos para testar ferramentas em ambiente controlado antes da adoção alargada, com critérios de risco e de desempenho.
- Mapear dependências tecnológicas e definir critérios de adoção (explicabilidade, privacidade, auditabilidade, custo total), mitigando riscos de aprisionamento tecnológico.
- Disponibilizar kits operacionais para meios locais/regionais (códigos-tipo, procedimentos de validação, contratos-modelo, guias de rotulagem).
- Medir o “efeito-tempo” por tarefa (transcrição, tradução, síntese, organização de dados) e reafetar ganhos para apuração e edição.
- Implementar métricas de governação e qualidade (conformidade de protocolos, taxa de correções, % de peças rotuladas) com dashboards internos.
- Acelerar parcerias auditáveis com academia/empresas tecnológicas para capacitação, avaliação independente de ferramentas e desenvolvimento de competências internas.
- Promover literacia crítica de métricas de plataforma e delimitar o seu peso nas decisões editoriais para evitar captura por incentivos externos.



# 7. Percepções sobre a regulação e políticas públicas

## Tendências globais

A convergência internacional aponta para um tripé normativo na IA aplicada ao jornalismo — transparência-explicabilidade, rastreabilidade de proveniência e supervisão humana — entendido como condição de responsabilização pública. Em termos operacionais, tal implica tornar inteligível “o quê, porquê e com que dados” em cada intervenção algorítmica, mantendo rastreáveis os processos de tomada de decisão para auditoria e pontos de controlo editoriais ao longo do fluxo de trabalho. A explicabilidade é, neste sentido, um requisito democrático, dado que a mediação algorítmica influencia a seleção, a priorização e a circulação de conteúdos. Em paralelo, ganha espaço um conjunto de boas práticas, como a proveniência e rotulagem para distinguir conteúdo autêntico de sintético, notas metodológicas ao público, marcas de água, entre outras iniciativas, desenhadas para tornar visível o papel da IA sem quebrar fluxos produtivos. Estas estratégias funcionam como salvaguardas mínimas que articulam proteção de direitos (autorais, conexos e de dados) com preservação da confiança informativa, e tendem a consolidar-se mais rapidamente onde existem códigos, protocolos e unidades de inovação, sinal de que a conformidade depende também da capacidade organizacional. No plano regulatório, afirmam-se abordagens baseadas no risco que combinam registos, supervisão humana e transparência, em articulação com regimes já existentes de proteção de dados e de CDADC.

Para o jornalismo, os efeitos cruzados fazem-se sentir na produção (padrões de verificação e registos de decisão quando há assistência algorítmica), na distribuição (critérios explícitos de recomendação/personalização e comunicação ao público do papel da IA), e na gestão de dados (princípios de minimização e proteção de fontes em tarefas como transcrição e análise de materiais identificáveis). Este entrelaçamento reforça a centralidade da verificação humana na cadeia de decisão como condição deontológica e de conformidade. Persistem, contudo, tensões entre inovação e cumprimento: opacidade de sistemas proprietários, volatilidade de termos de serviço e dependência de plataformas que criam custos de transação, e assimetrias de poder que desafiam a independência editorial e a capacidade de conformidade. Nestas condições, o cumprimento efetivo requer integração organizacional entre redação, tecnologia e serviços jurídicos, rotinas de transparência pública e literacia aplicada para avaliar risco e viés, traduzindo princípios em procedimentos verificáveis.

Em suma, regulação e políticas públicas só se traduzem em legitimidade e confiança quando ancoradas em processos editoriais transparentes, supervisão humana e capacidade interna para exigir e praticar explicabilidade ao longo de toda a cadeia de valor noticiosa.

## Dimensão Local

As percepções dos profissionais sobre regulação e políticas públicas revelam baixa normatização interna precisamente nas áreas que sustentam o cumprimento e a prestação de contas. A maioria assinala ausência de códigos de conduta, de formação obrigatória, de comissões de supervisão, protocolos de validação pré-publicação e de mecanismos de transparência pública [Gráfico 7]. Em paralelo, o inquérito evidencia incerteza substancial quanto a autorizações para uso de conteúdos jornalísticos no treino de modelos e baixo controlo interno de tecnologias críticas [Gráfico 10]. Estas fragilidades distribuem-se de forma desigual por âmbito de cobertura, com meios locais e regionais a revelarem menor capacidade de estruturação (existência de códigos específicos, pilotos internos, parcerias) [Gráfico 12], e por tipo de meio, em que a imprensa concentra proporções mais elevadas de discordância nos indicadores de governação [Gráfico 8].

As auscultações corroboram o diagnóstico e acrescentam nuance ao papel das políticas públicas; predomina prudência face a riscos editoriais associados a usos de IA (opacidade, enviesamentos, cadeias de tradução sem revisão), acompanhada de expectativa de orientação institucional: valorizam-se recomendações de transparência, explicabilidade e cartas de princípios na esteira de intervenções recentes do regulador. Em paralelo, reconhece-se a importância de competências públicas para o novo quadro europeu, mas sublinha-se que, sem capacidade interna mínima — governação, literacia aplicada e processos de validação —, a regulação é percebida como exigência difícil de cumprir, com maior pressão sobre estruturas pequenas e regionais.

Por fim, as perceções articulam regulação com dependências de plataformas: a mediação algorítmica na distribuição e monetização é vista como fator externo que aumenta a incerteza e desloca custos de conformidade para organizações com recursos limitados. Daqui resulta uma leitura pragmática, na medida em que políticas eficazes devem ser acompanhadas de instrumentos operacionais (modelos de código, listas de verificação e de validação, guias de rotulagem e de proveniência) que reduzam assimetrias e tornem exequível a tradução de princípios — transparência, explicabilidade e supervisão humana — em rotinas editoriais verificáveis.

## Pontos-chave

- Transparência, explicabilidade, proveniência e supervisão humana são pilares de legitimidade e de prestação de contas.
- Lacunas em códigos, formação, supervisão e validação dificultam a conformidade regulatória efetiva.
- Incerteza sobre autorizações de treino e baixo controlo tecnológico ampliam a exposição a risco.
- Meios locais e regionais revelam menor capacidade para implementar políticas internas e dialogar com o regulador.
- Valoriza-se a orientação pública com recomendações claras e competências nacionais associadas aos regulamentos europeus.
- A mediação algorítmica desloca custos de conformidade e condiciona a autonomia editorial.
- É necessário converter princípios em protocolos verificáveis, com rotulagem, notas metodológicas e registos de decisão.

## Implicações práticas

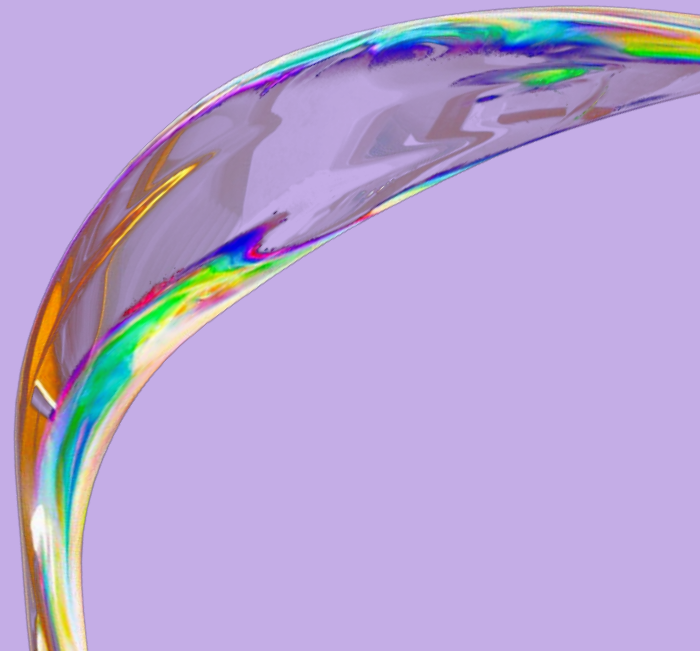
- Traduzir princípios de transparência/explicabilidade em protocolos operacionais (rotulagem, notas metodológicas, registo de decisões) alinhados com o enquadramento europeu.
- Mapear obrigações e designar responsáveis internos por conformidade (código, formação, validação, reporte), com calendário e indicadores de execução.
- Priorizar capacitação para meios locais/regionais, oferecendo kits de implementação (modelos de código, listas de verificação e de validação, guias de rotulagem).
- Articular com autoridades e iniciativas setoriais para harmonizar práticas (consultas, cartas de princípios) e antecipar requisitos do Regulamento Inteligência Artificial.



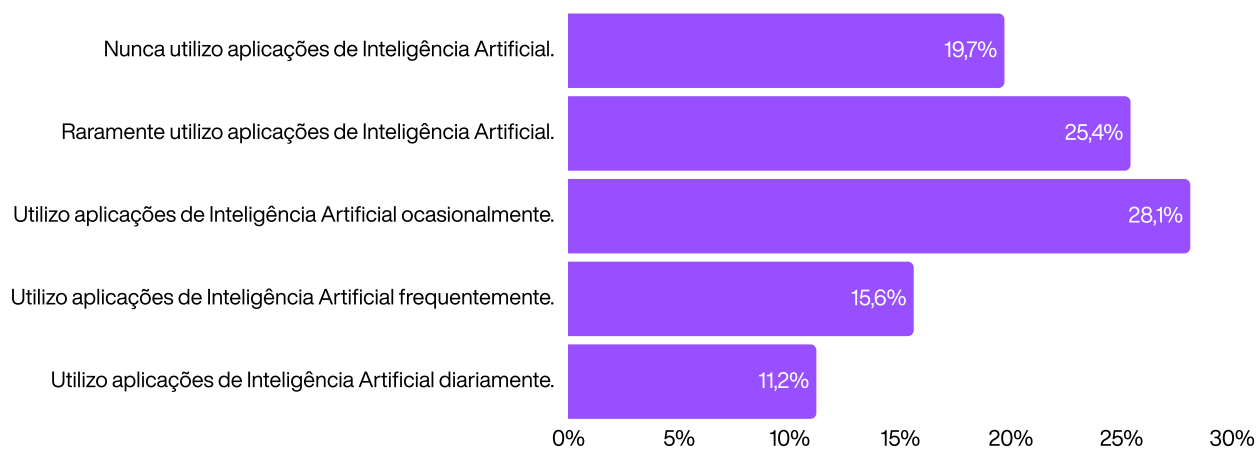


# Gráficos

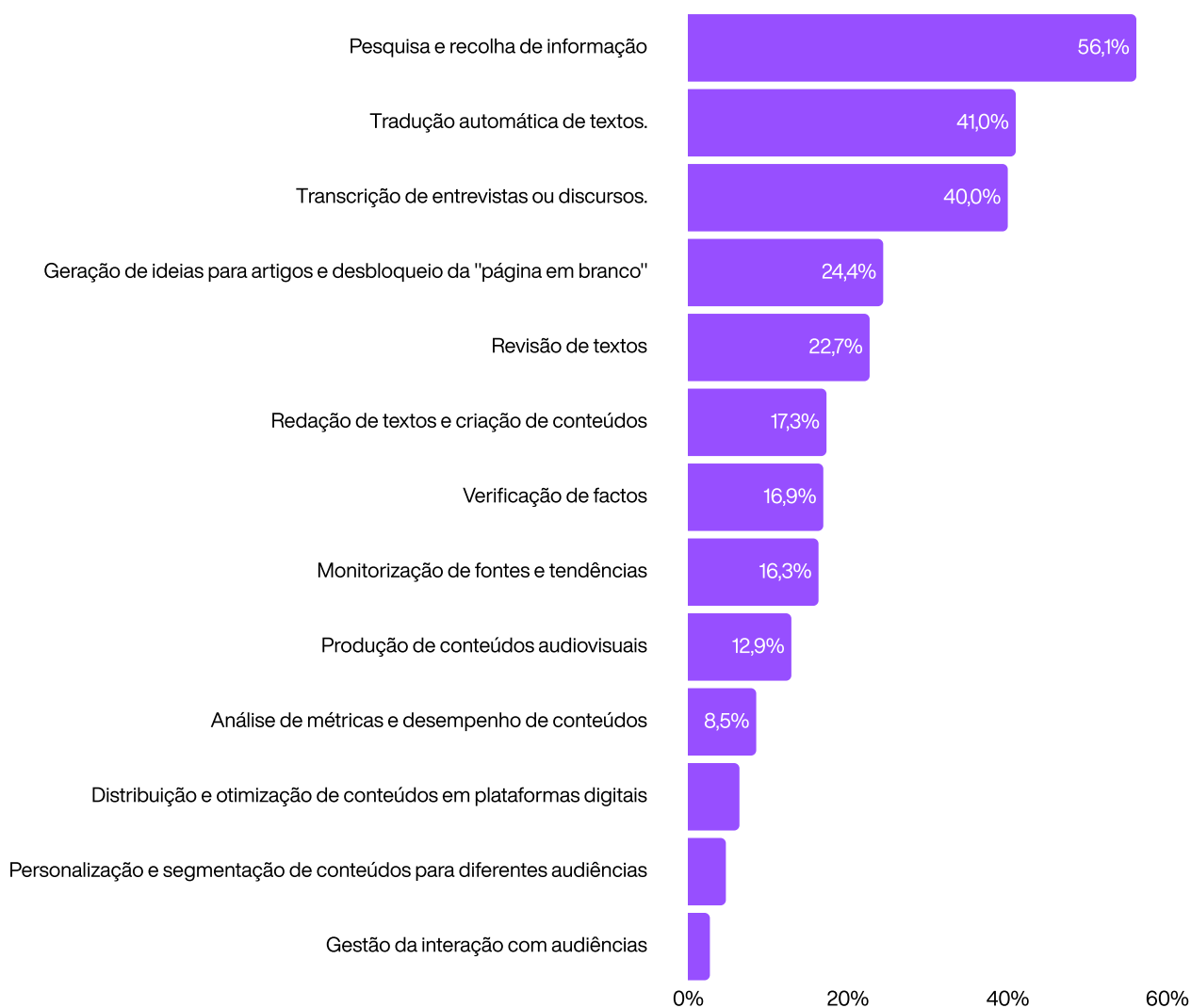
Os gráficos apresentados sintetizam os principais resultados do mapeamento nacional sobre a utilização da inteligência artificial no ecossistema jornalístico português. Em conjunto, ilustram padrões de adoção tecnológica, níveis de confiança, percepções de risco, impacto nas rotinas profissionais, necessidades de formação, práticas de governança e implicações éticas identificadas entre profissionais e organizações dos media. Embora cada gráfico destaque dimensões específicas — desde o uso de ferramentas generativas e automatização de tarefas até preocupações com desinformação, transparência e direitos de autor — o conjunto oferece uma visão integrada das transformações em curso e dos desafios emergentes num setor em rápida mudança. O objetivo é permitir uma leitura acessível, comparativa e fundamentada das tendências que moldam o futuro do jornalismo em Portugal.



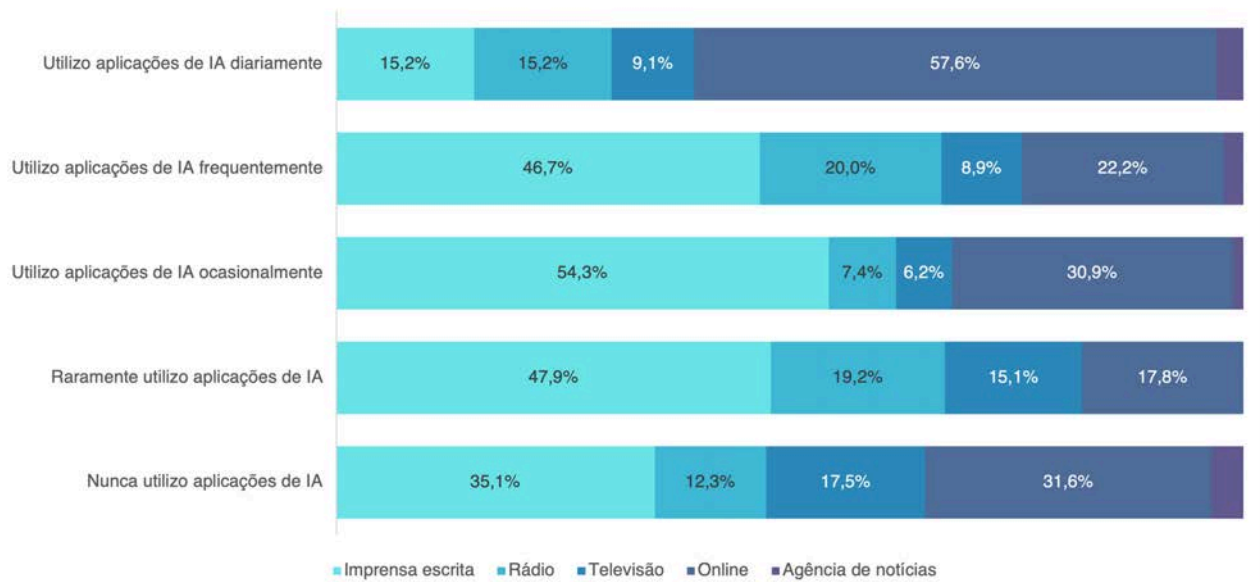
**Gráfico 1** | Regularidade de utilização de aplicações de IA na atividade jornalística  
(n=295)



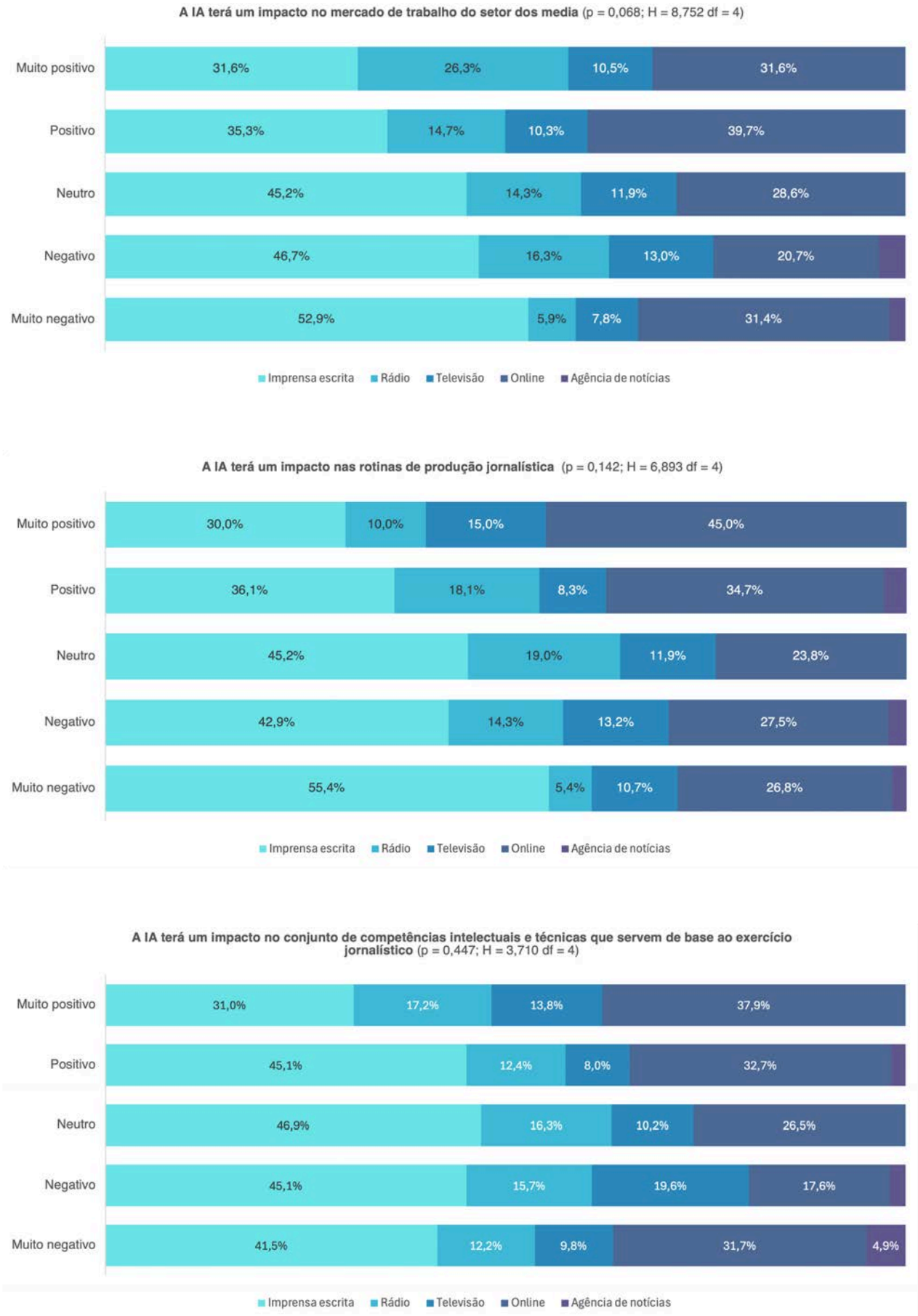
**Gráfico 2** | Atividades em que a IA é utilizada  
(n=237)



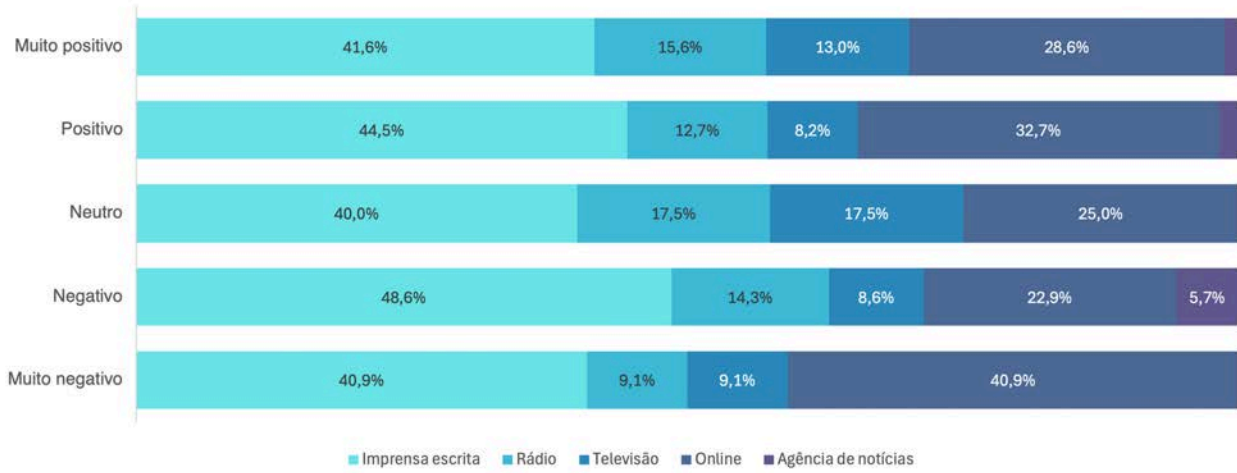
**Gráfico 3** | Distribuição da regularidade de utilização de ferramentas de IA em função do meio  
 Regularidade de utilização de aplicações de IA na atividade jornalística.  
 (n = 295; p = 0,183; H = 6,226; df = 4)



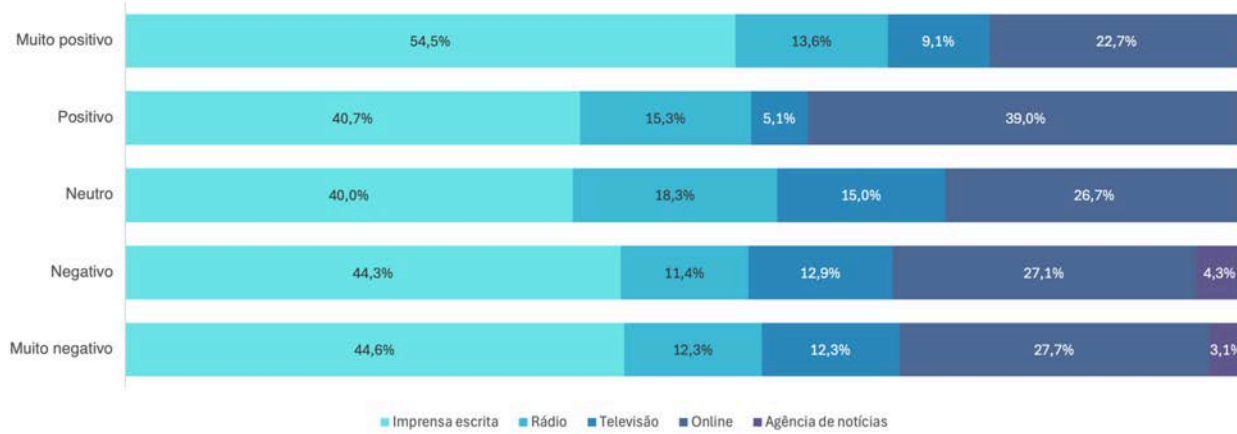
**Gráfico 4** | Percepção dos/das profissionais sobre o impacto da IA em diferentes dimensões do jornalismo e dos media, em função do tipo de meio



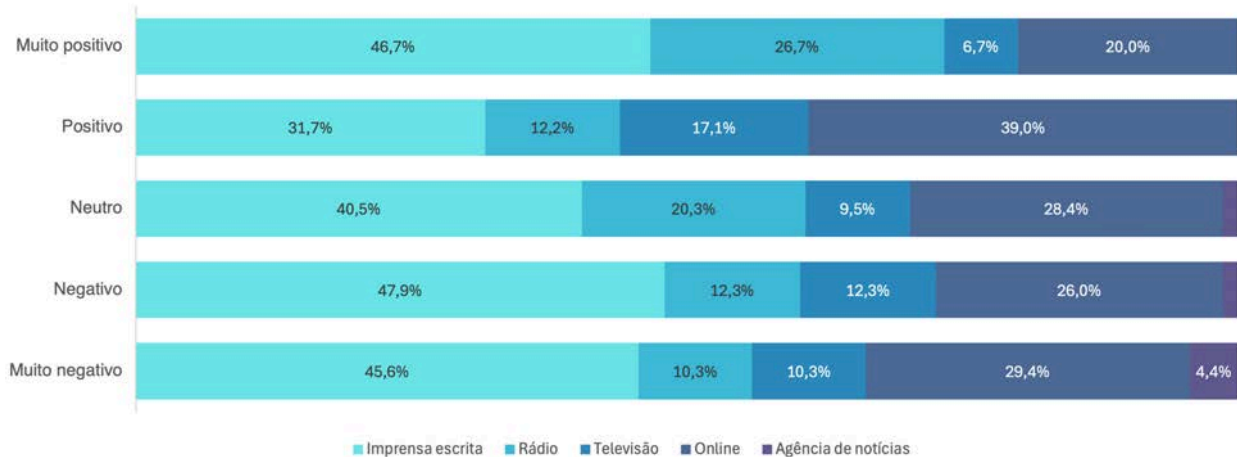
A IA terá um impacto na eficiência e na produtividade do trabalho ( $p = 0,983$ ;  $H = 0,395$   $df = 4$ )



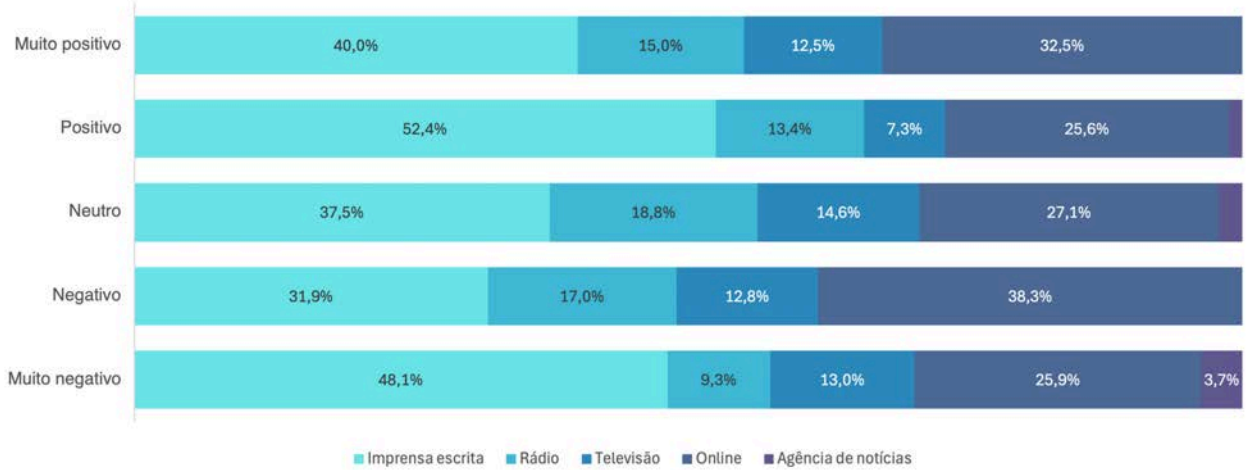
A IA terá um impacto na ética e na deontologia profissionais ( $p = 0,261$ ;  $H = 5,263$   $df = 4$ )



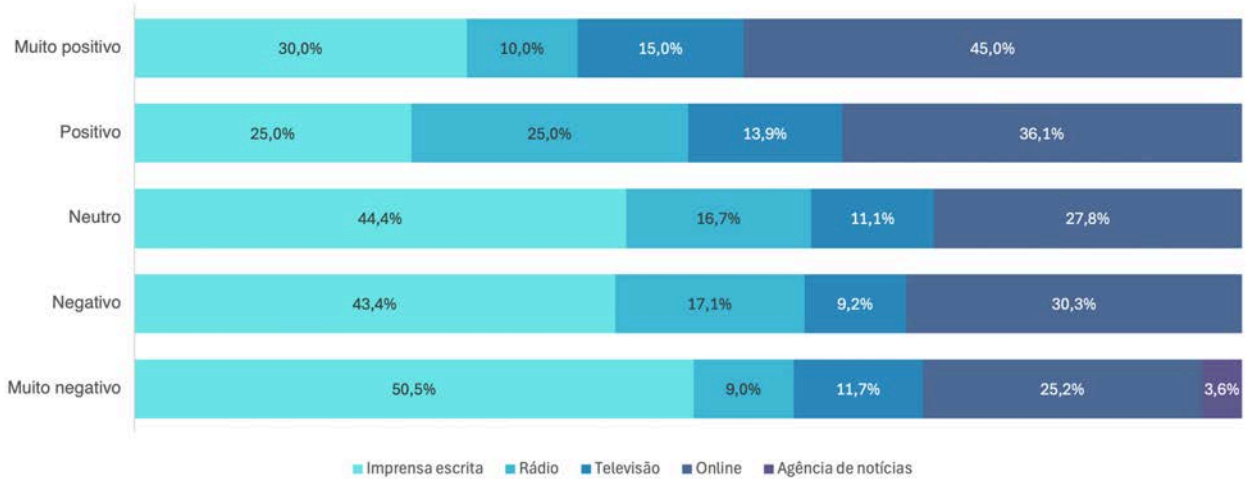
A IA terá um impacto no equilíbrio e na imparcialidade na seleção e no tratamento dos acontecimentos ( $p = 0,202$ ;  $H = 5,967$   $df = 4$ )



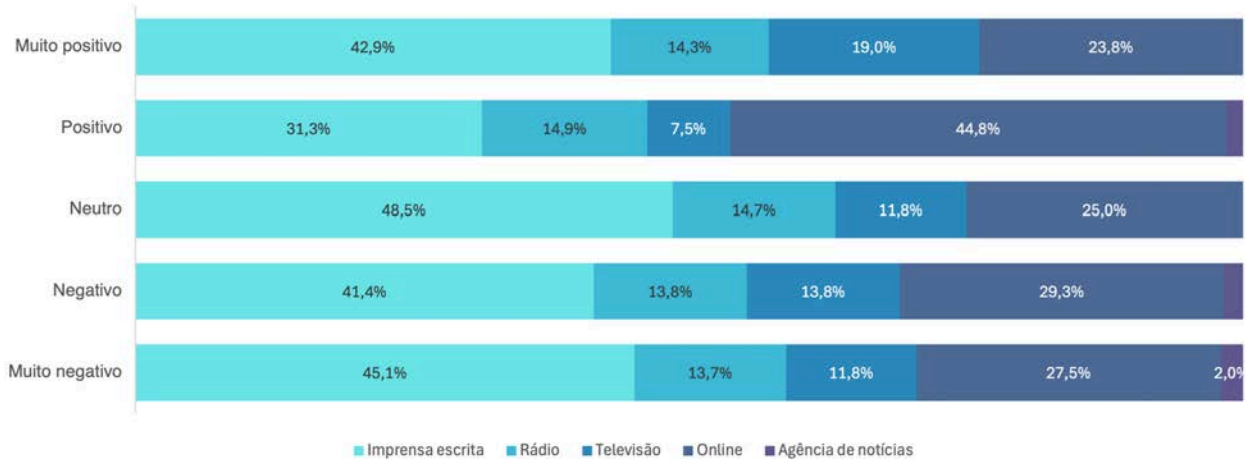
A IA terá um impacto no combate à desinformação (p = 0,734; H = 2,012 df = 4)



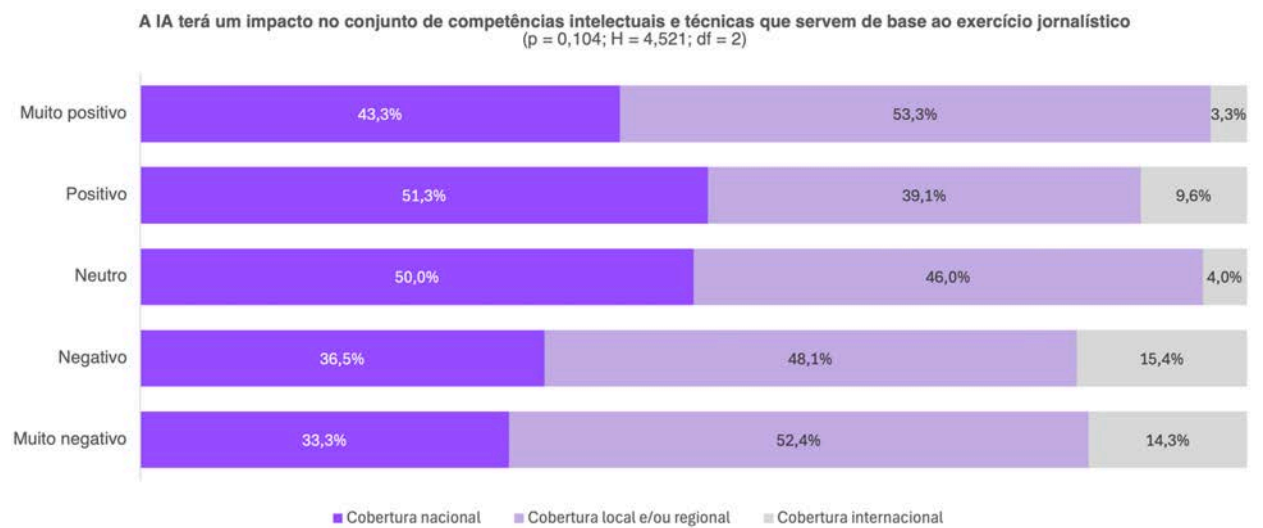
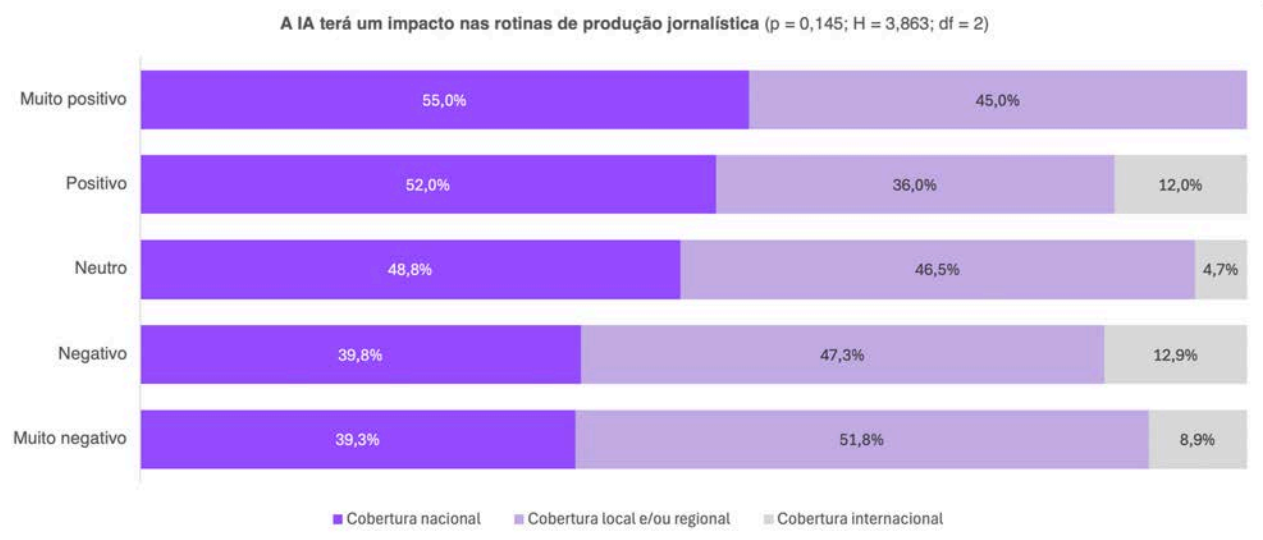
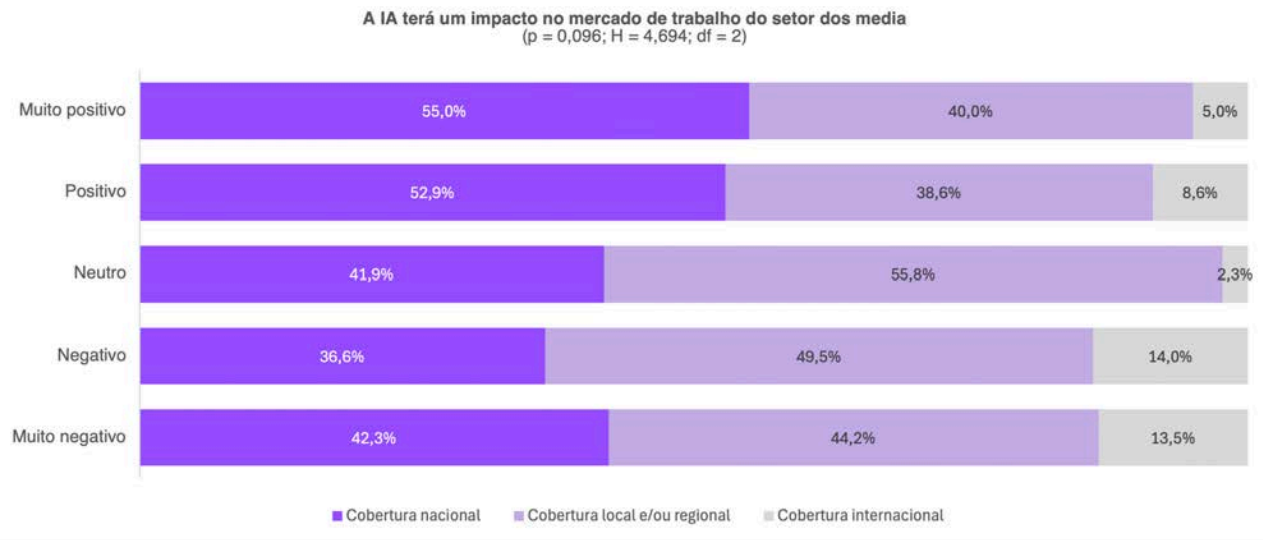
A IA terá um impacto na disseminação de desinformação (p = 0,008\*; H = 13,765 df = 4)



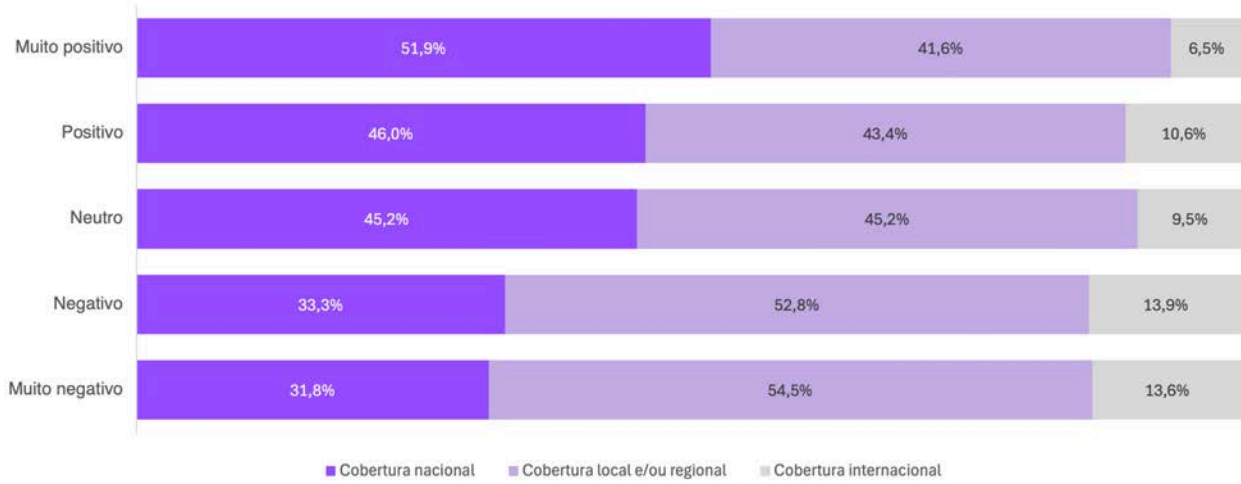
A personalização algorítmica através de IA terá um impacto na relação entre os media e as audiências (p = 0,675; H = 2,329 df = 4)



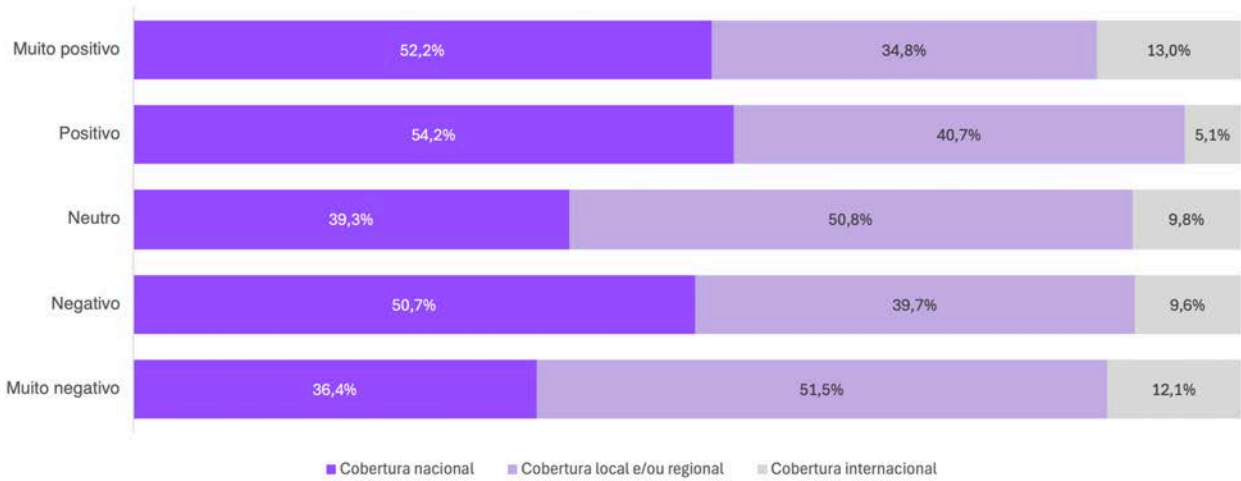
**Gráfico 5** | Percepção dos/das profissionais sobre o impacto da IA em diferentes dimensões do jornalismo e dos media, em função do âmbito de cobertura do meio



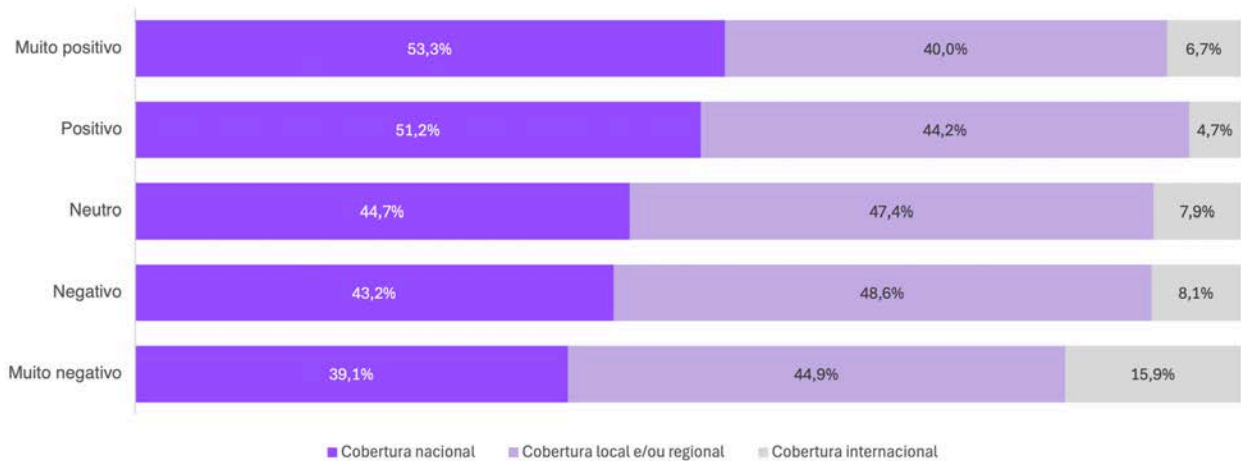
**A IA terá um impacto na eficiência e na produtividade do trabalho jornalístico** ( $p = 0,094$ ;  $H = 4,736$ ;  $df = 2$ )



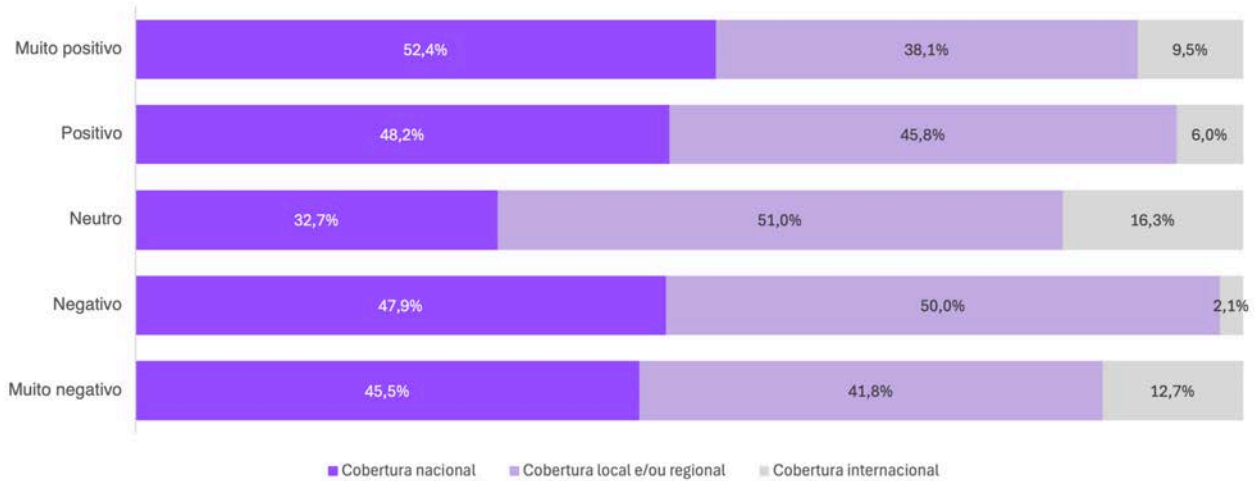
**A IA terá um impacto na ética e na deontologia profissionais** ( $p = 0,270$ ;  $H = 2,617$ ;  $df = 2$ )



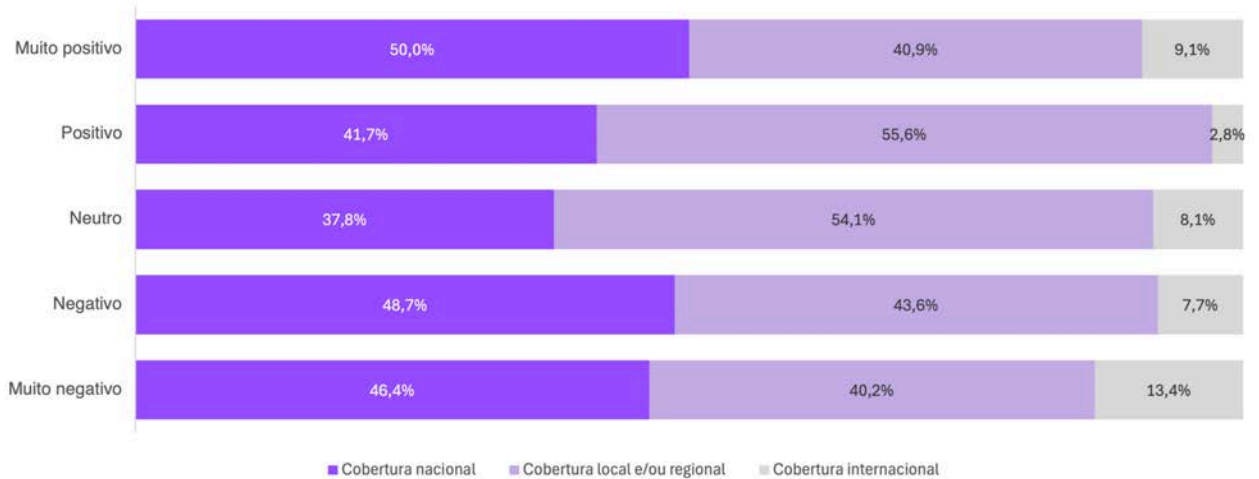
**A IA terá um impacto no equilíbrio e na imparcialidade na seleção e no tratamento dos acontecimentos** ( $p = 0,097$ ;  $H = 4,663$ ;  $df = 2$ )



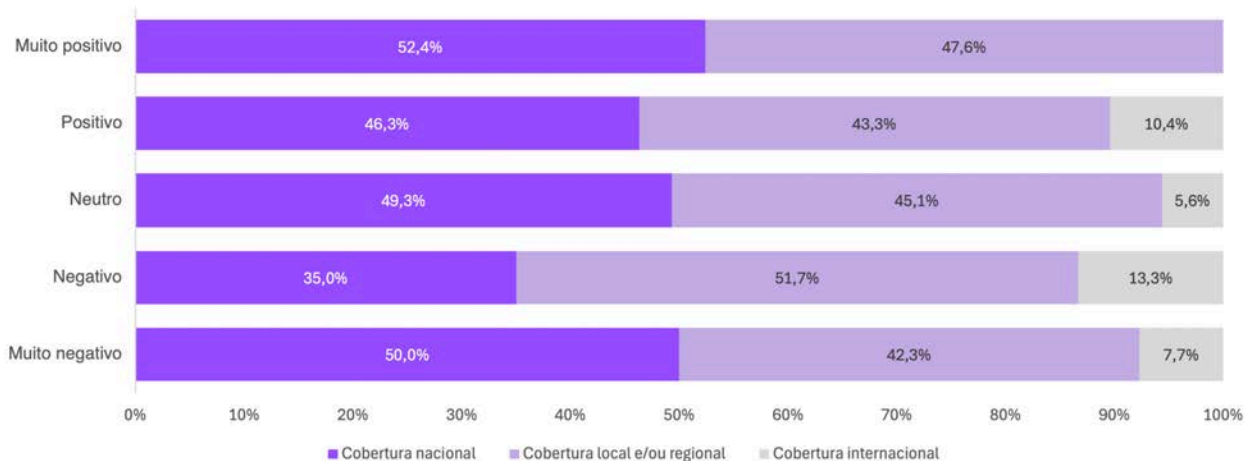
A IA terá um impacto no combate à desinformação ( $p = 0,741$ ;  $H = 0,599$ ;  $df = 2$ )



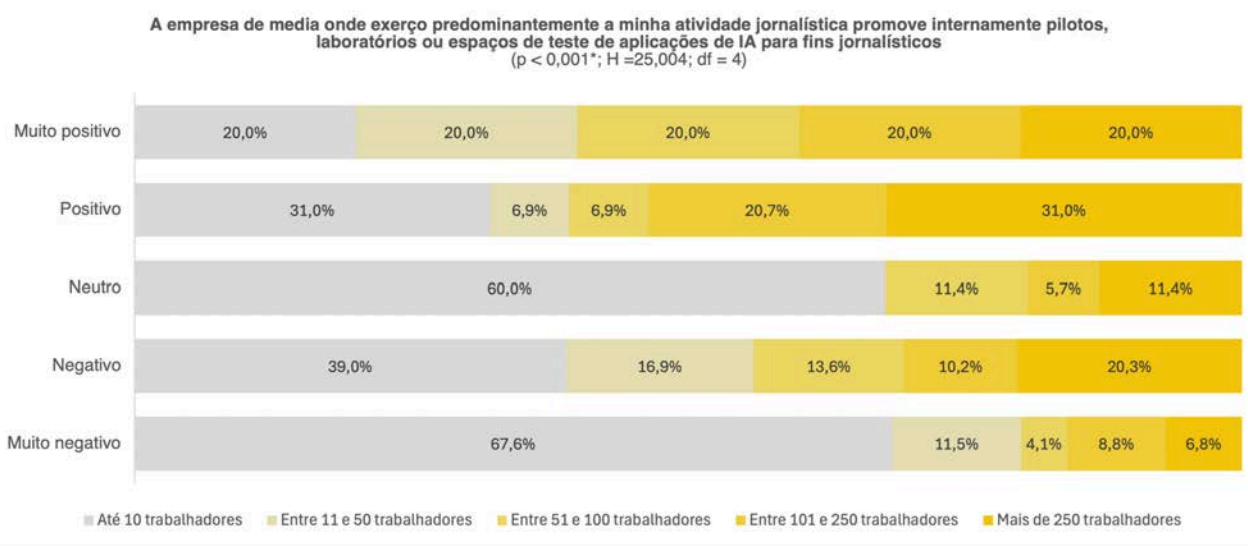
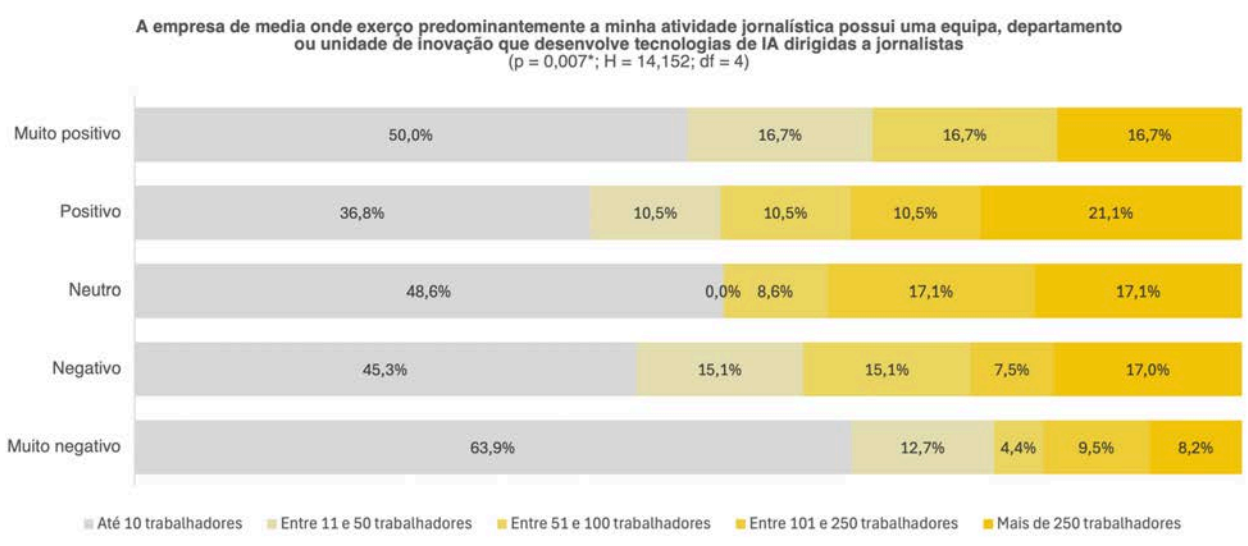
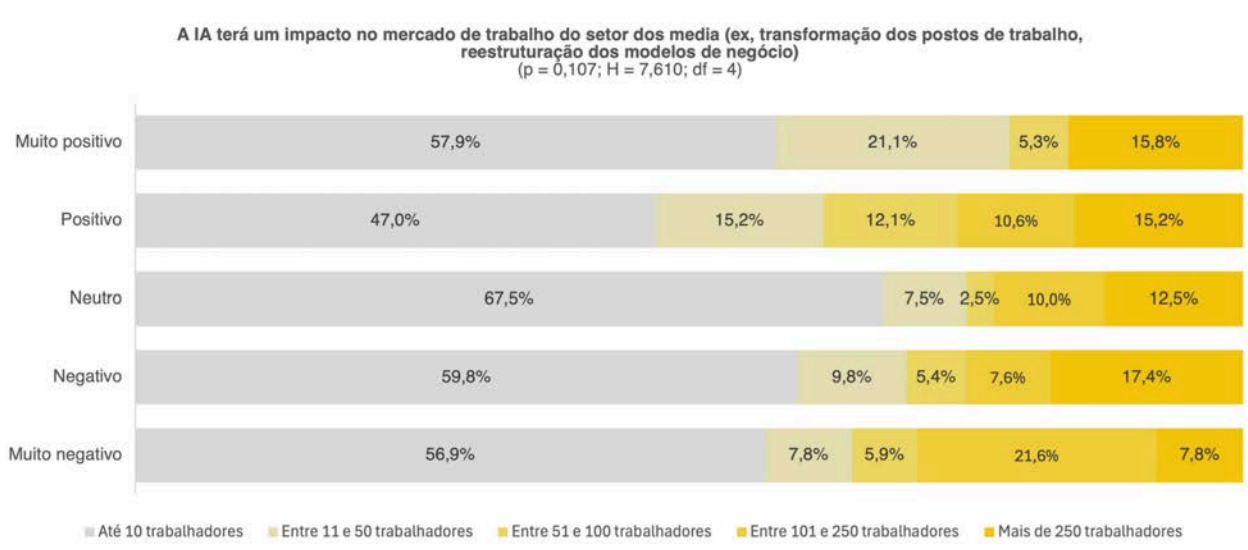
A IA terá um impacto na disseminação de desinformação ( $p = 0,135$ ;  $H = 4,006$ ;  $df = 2$ )



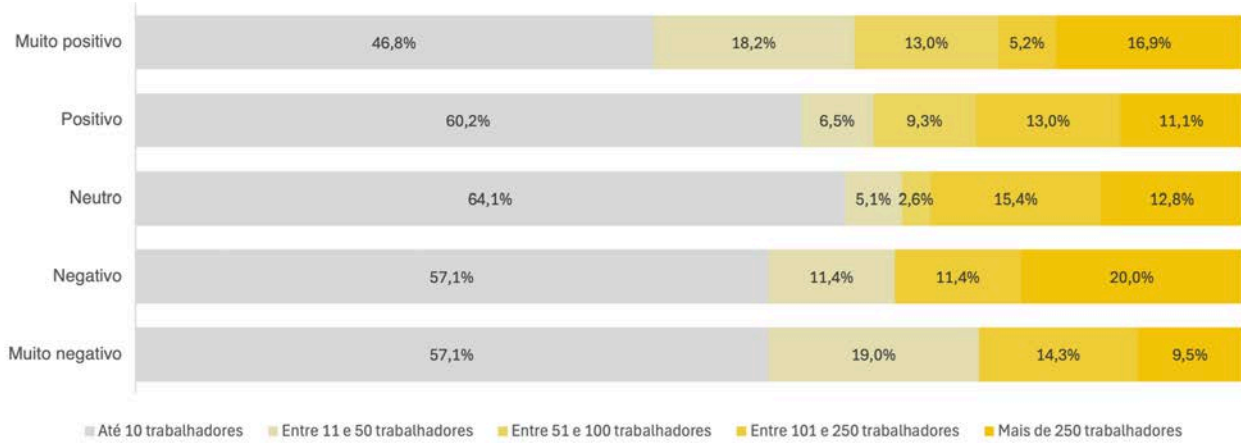
A personalização algorítmica através de IA terá um impacto na relação entre os media e as audiências ( $p = 0,728$ ;  $H = 0,636$ ;  $df = 2$ )



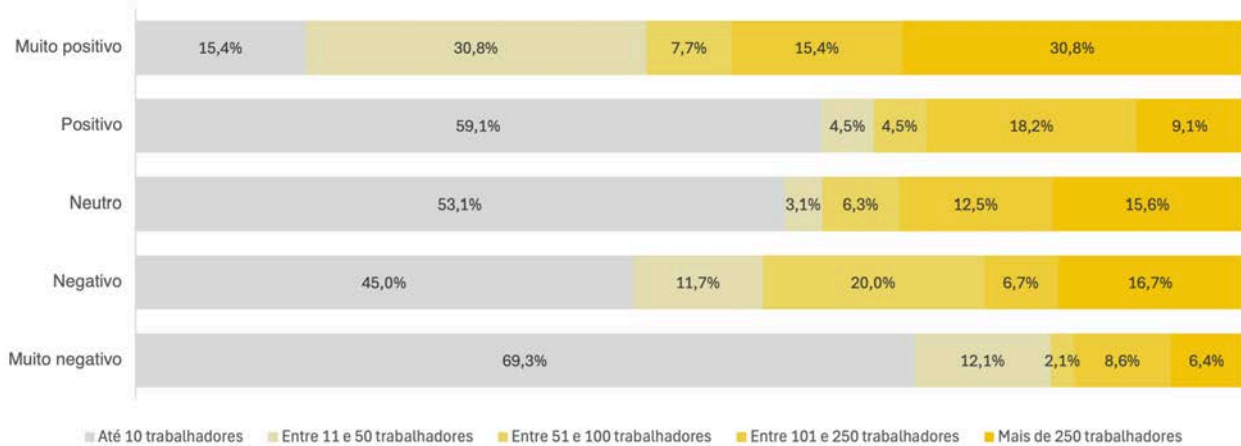
**Gráfico 6 |** Percepção dos/das profissionais sobre o impacto da IA em diferentes dimensões do jornalismo e dos media, em função da dimensão da organização



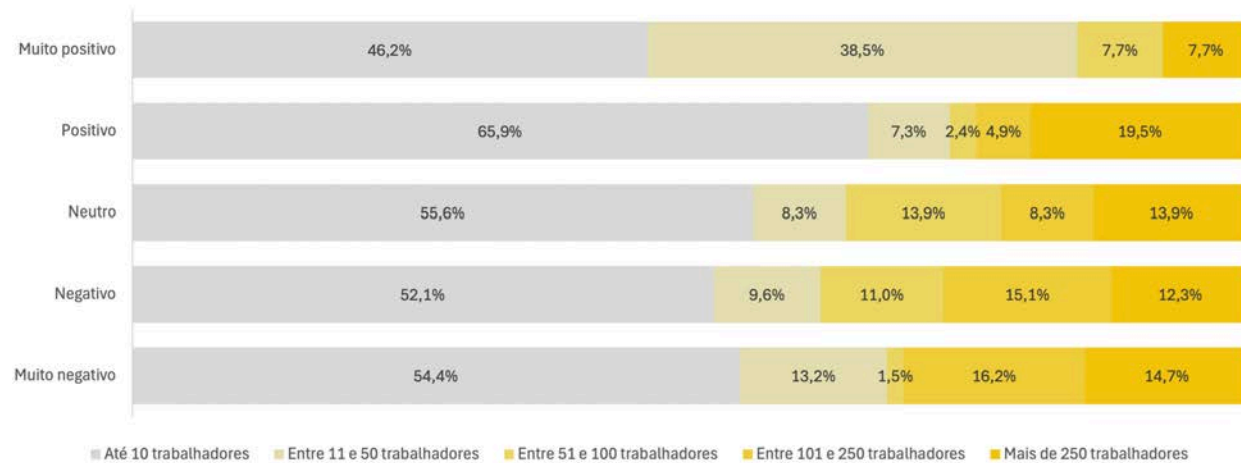
**A IA terá um impacto na eficiência e na produtividade do trabalho jornalístico (ex, realizar tarefas rotineiras de forma mais rápida, geração de conteúdos em larga escala)**  
( $p = 0,012^*$ ;  $H = 12,881$ ;  $df = 4$ )



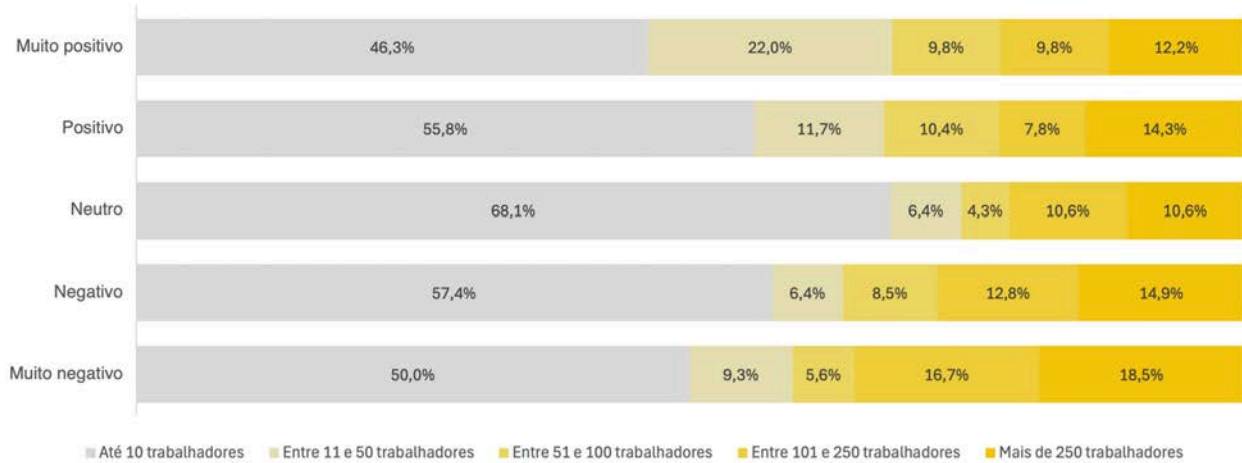
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem colaborações com universidades, institutos politécnicos ou centros de investigação na área da IA dirigida a jornalistas**  
( $p = 0,002^*$ ;  $H = 17,404$ ;  $df = 4$ )



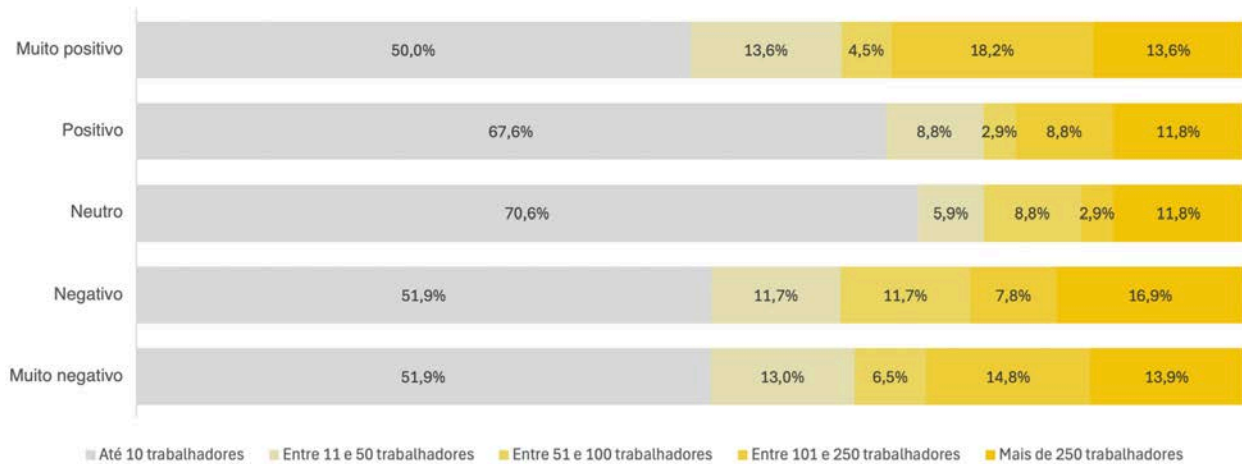
**A IA terá um impacto no equilíbrio e na imparcialidade na seleção e no tratamento dos acontecimentos**  
( $p = 0,156$ ;  $H = 6,646$ ;  $df = 4$ )



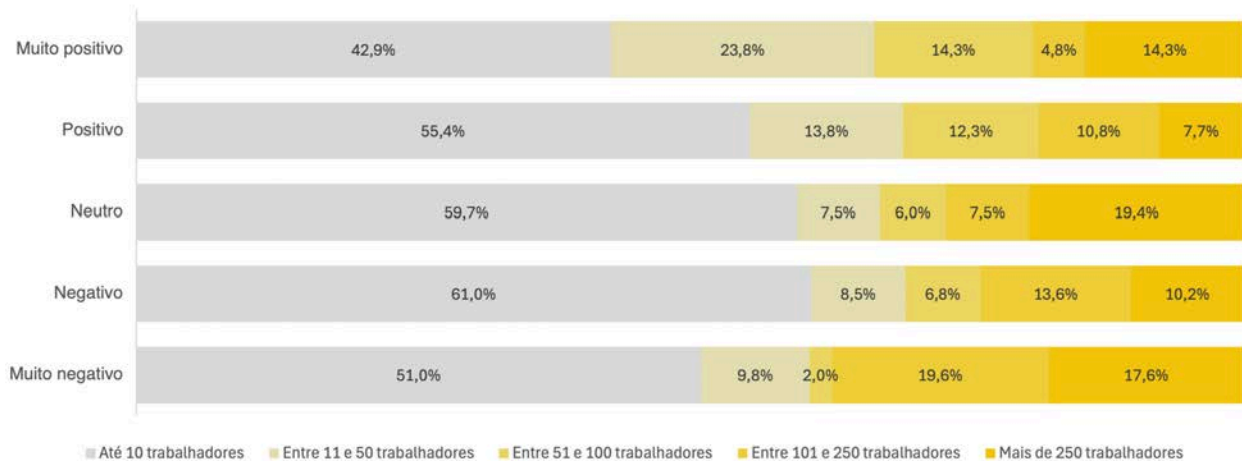
**A IA terá um impacto no combate à desinformação**  
( $p = 0,139$ ;  $H = 6,944$ ;  $df = 4$ )



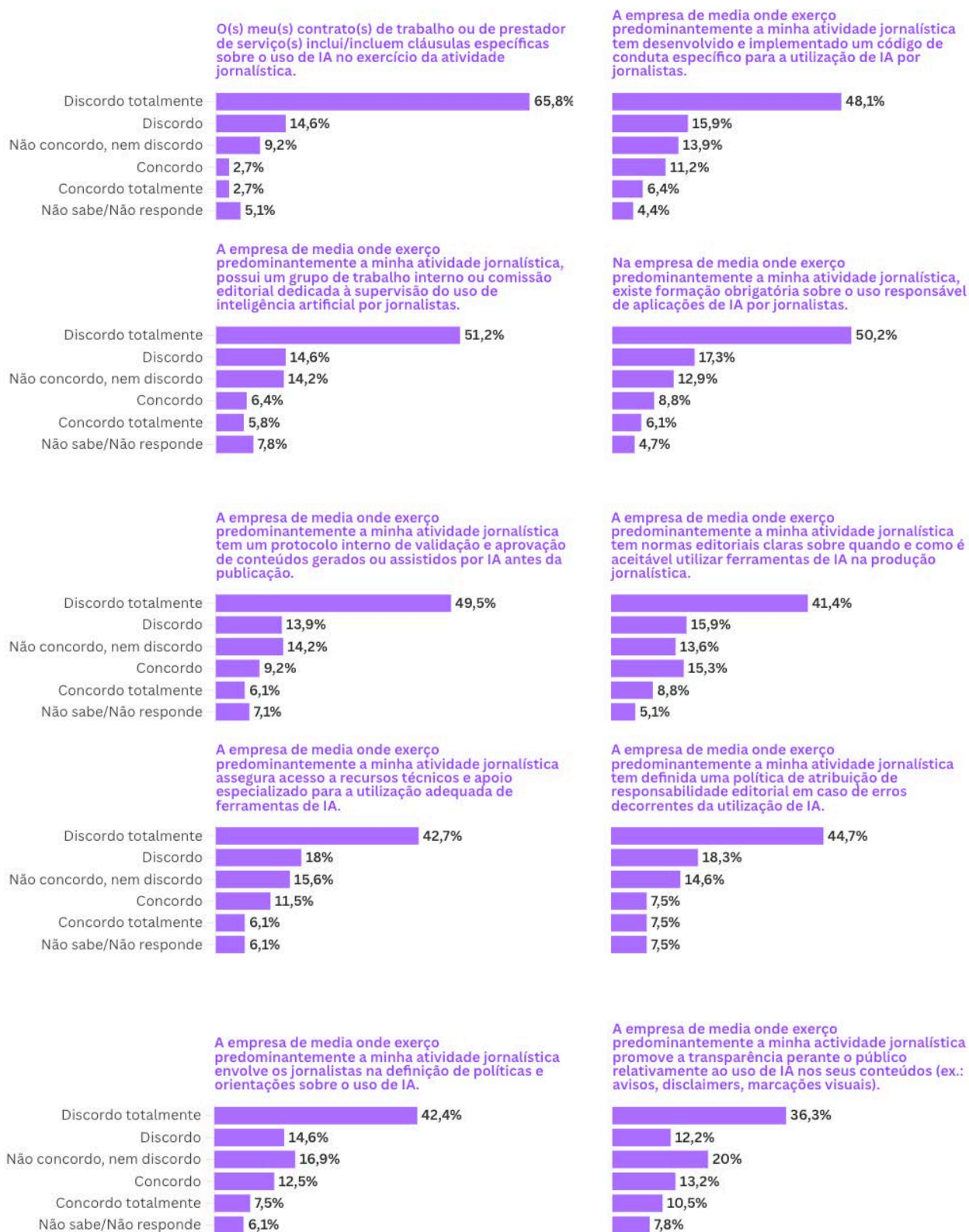
**A IA terá um impacto na disseminação de desinformação**  
( $p = 0,654$ ;  $H = 2,445$ ;  $df = 4$ )



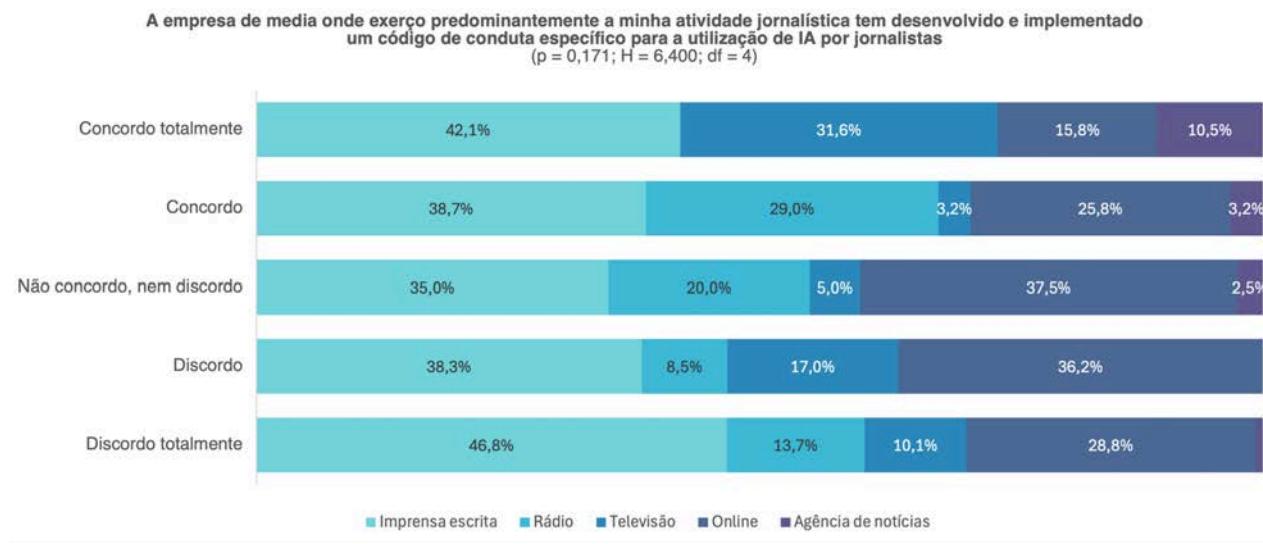
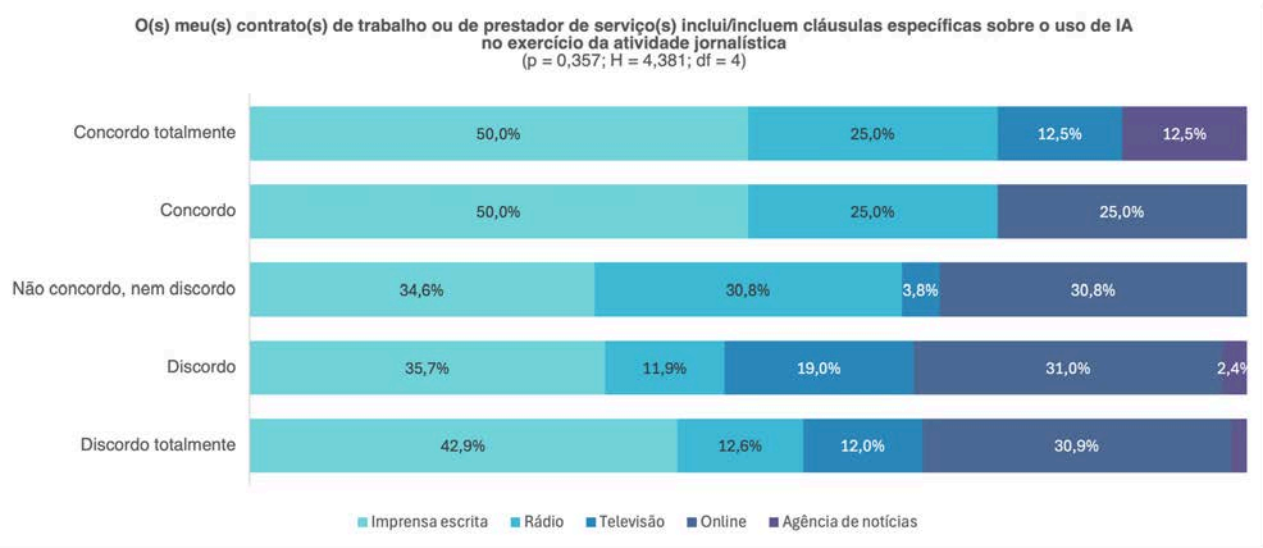
**A personalização algorítmica através de IA terá um impacto na relação entre os media e as audiências**  
( $p = 0,029^*$ ;  $H = 10,816$ ;  $df = 4$ )



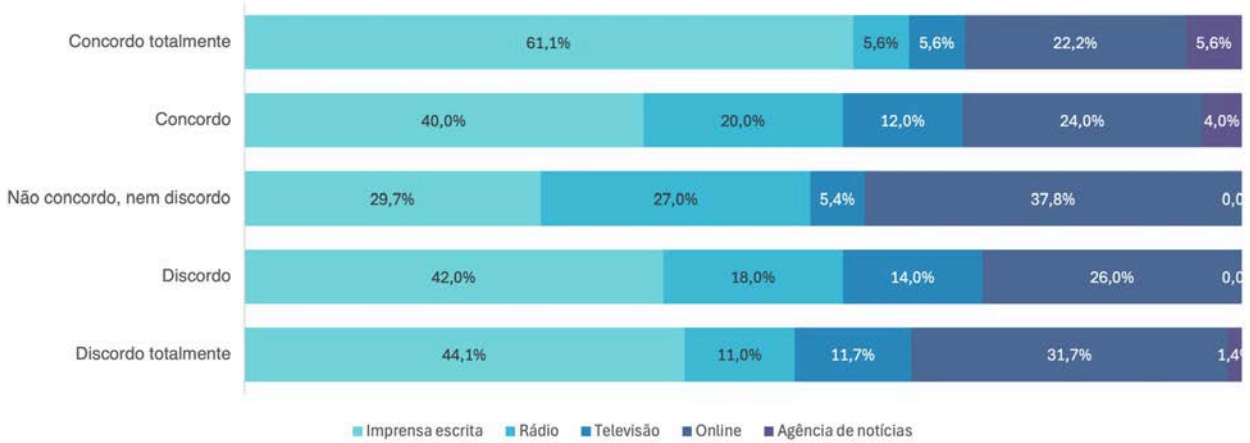
**Gráfico 7 |** Percepções dos/das profissionais sobre o ambiente organizacional e governança do uso de IA nas empresas de media



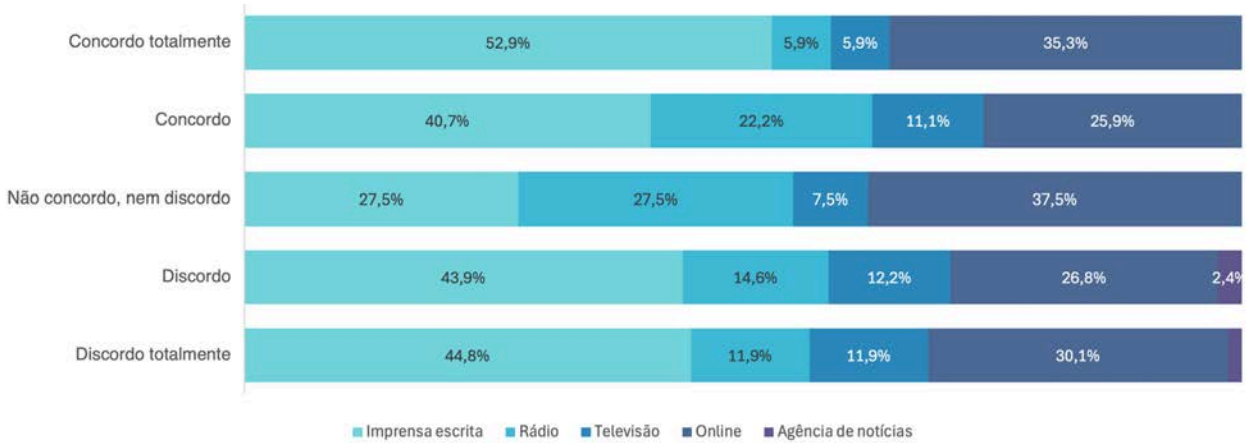
**Gráfico 8 |** Percepção dos/das profissionais sobre o ambiente organizacional e governança do uso de IA nas empresas de mídia, em função do tipo de mídia.



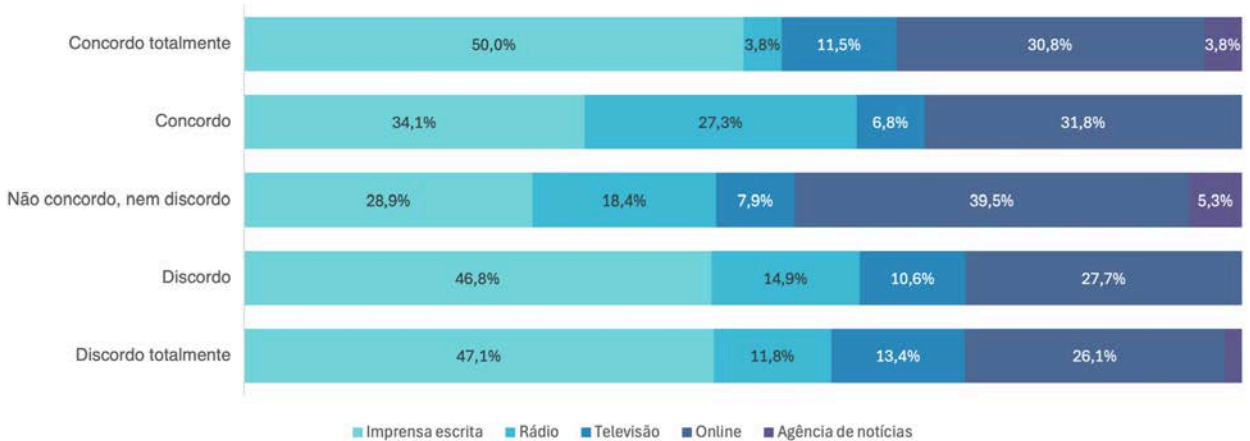
**Na empresa de mídia onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística, existe formação obrigatória sobre o uso responsável de aplicações de IA por jornalistas**  
(p = 0,494; H = 3,398; df = 4)



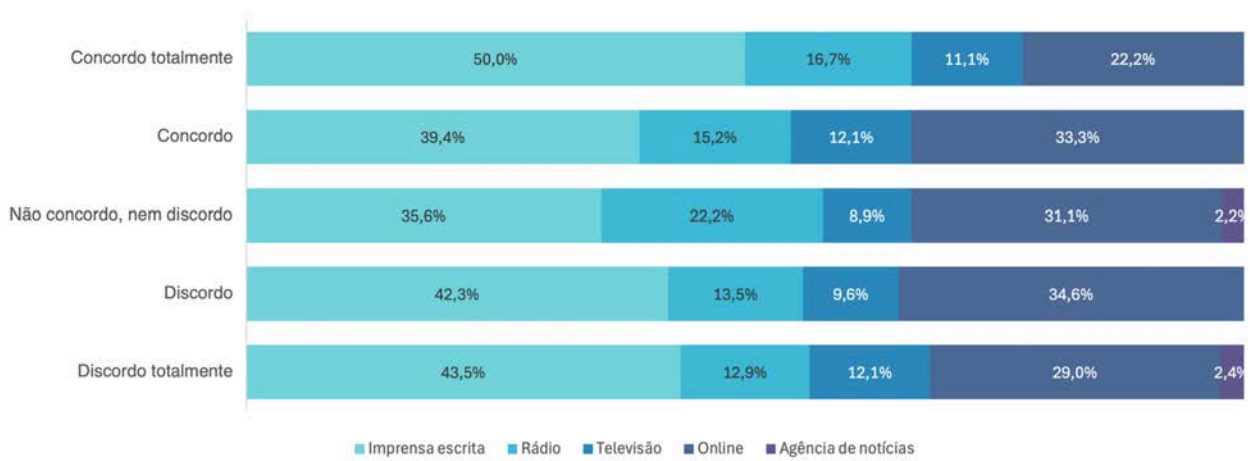
**A empresa de mídia onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística tem um protocolo interno de validação e aprovação de conteúdos gerados ou assistidos por IA antes da publicação**  
(p = 0,491; H = 3,413; df = 4)



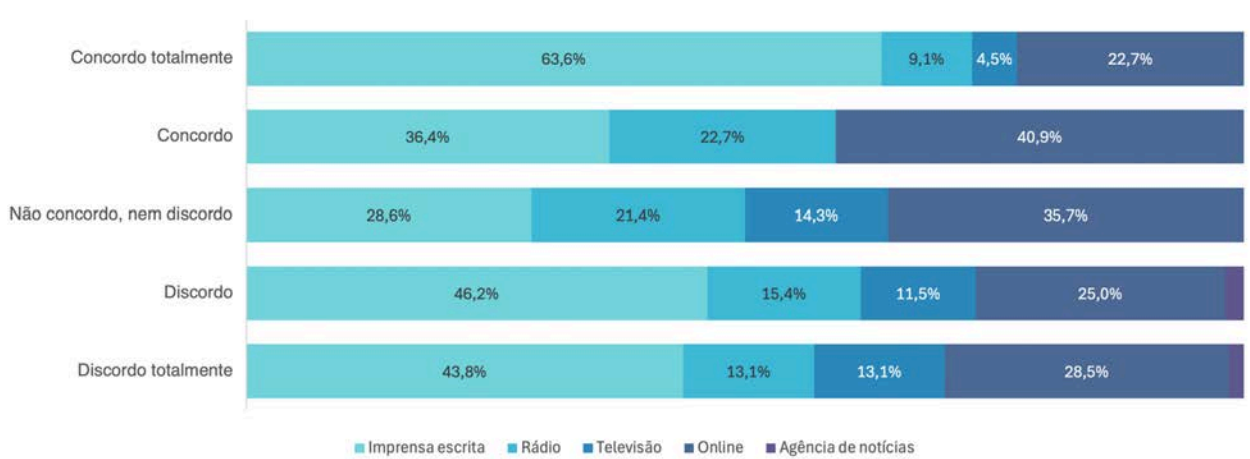
**A empresa de mídia onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística tem normas editoriais claras sobre quando e como é aceitável utilizar ferramentas de IA na produção jornalística.**  
(p = 0,418; H = 3,911; df = 4)



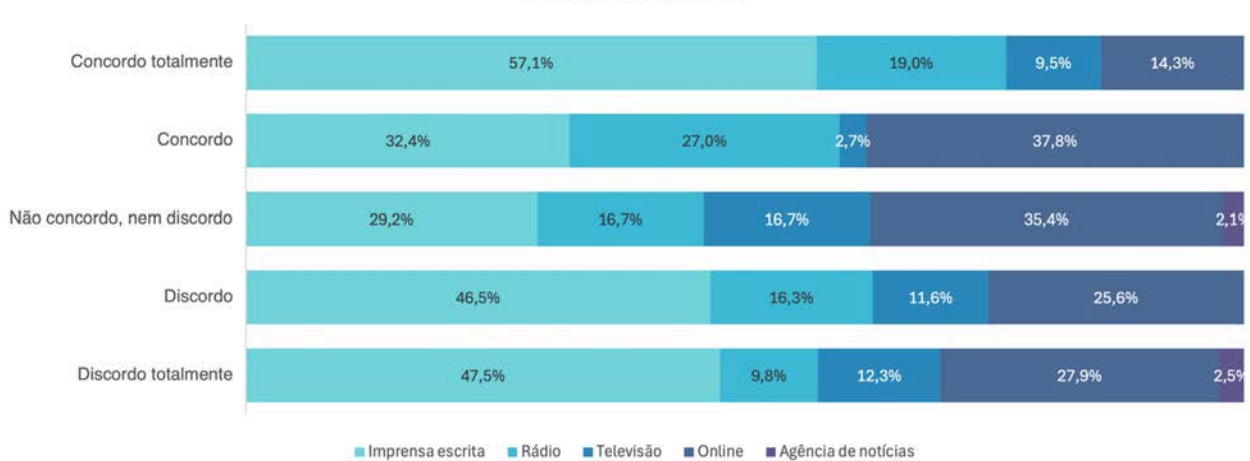
**A empresa de mídia onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística assegura acesso a recursos técnicos e apoio especializado para a utilização adequada de ferramentas de IA**  
( $p = 0,160$ ;  $H = 0,706$ ;  $df = 4$ )



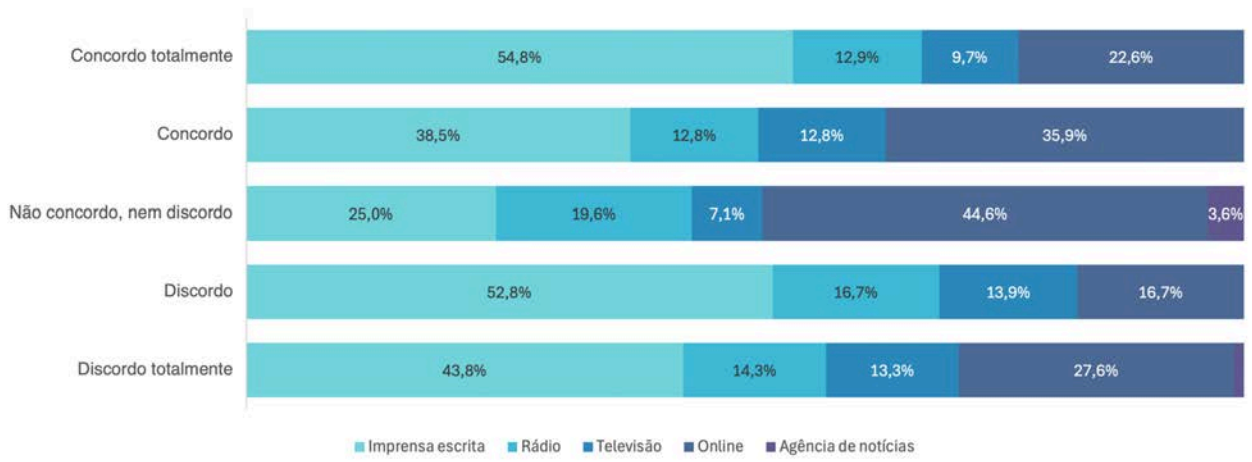
**A empresa de mídia onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem definida uma política de atribuição de responsabilidade editorial em caso de erros decorrentes da utilização de IA**  
( $p = 0,504$ ;  $H = 3,331$ ;  $df = 4$ )



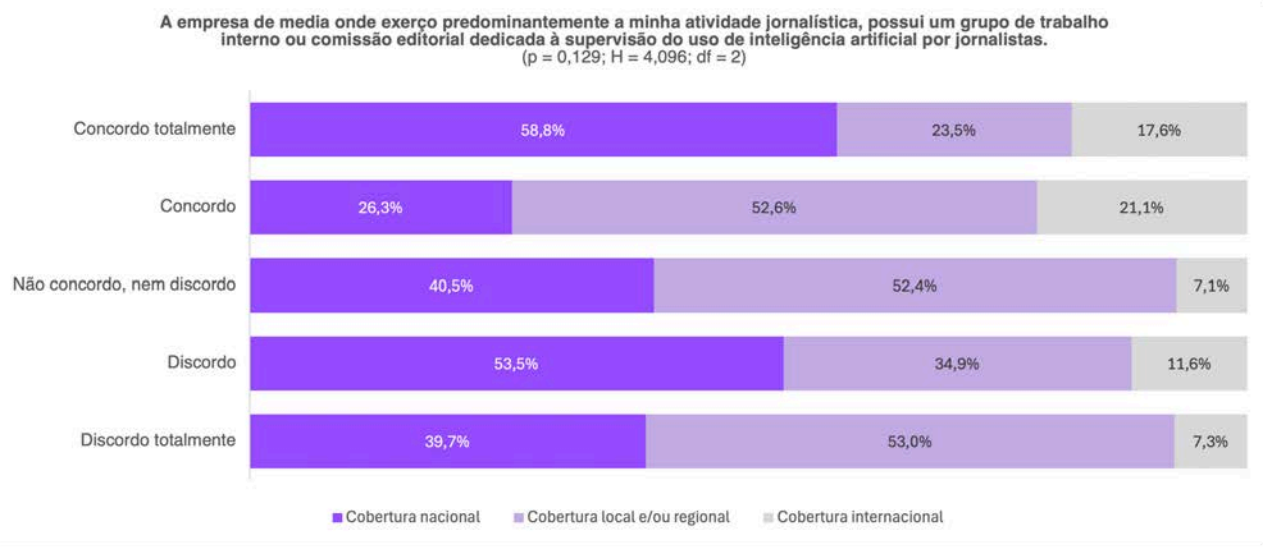
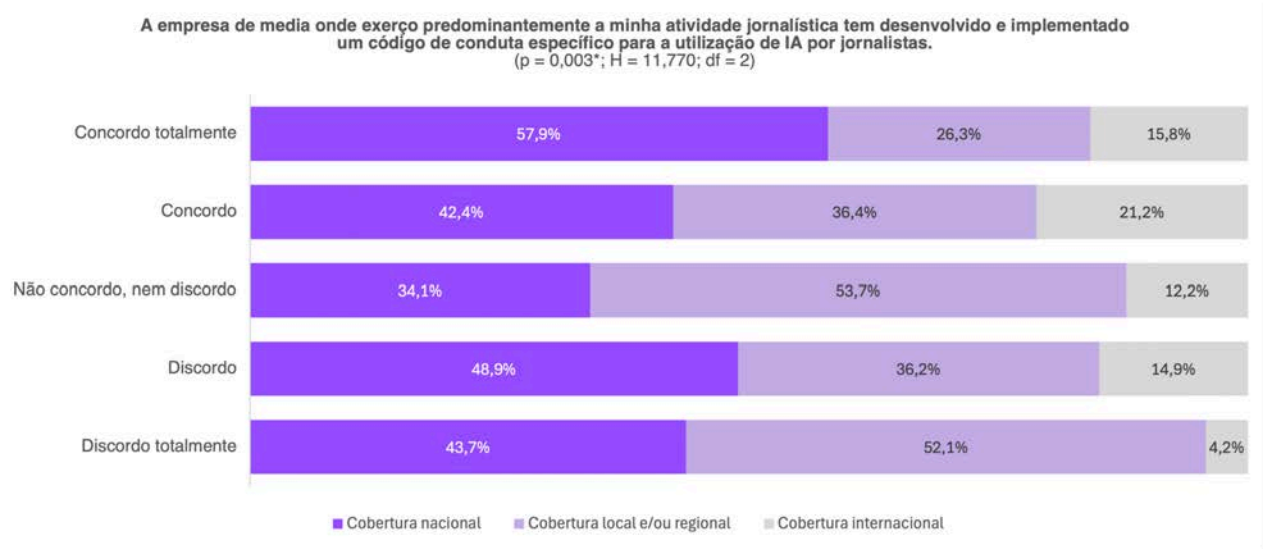
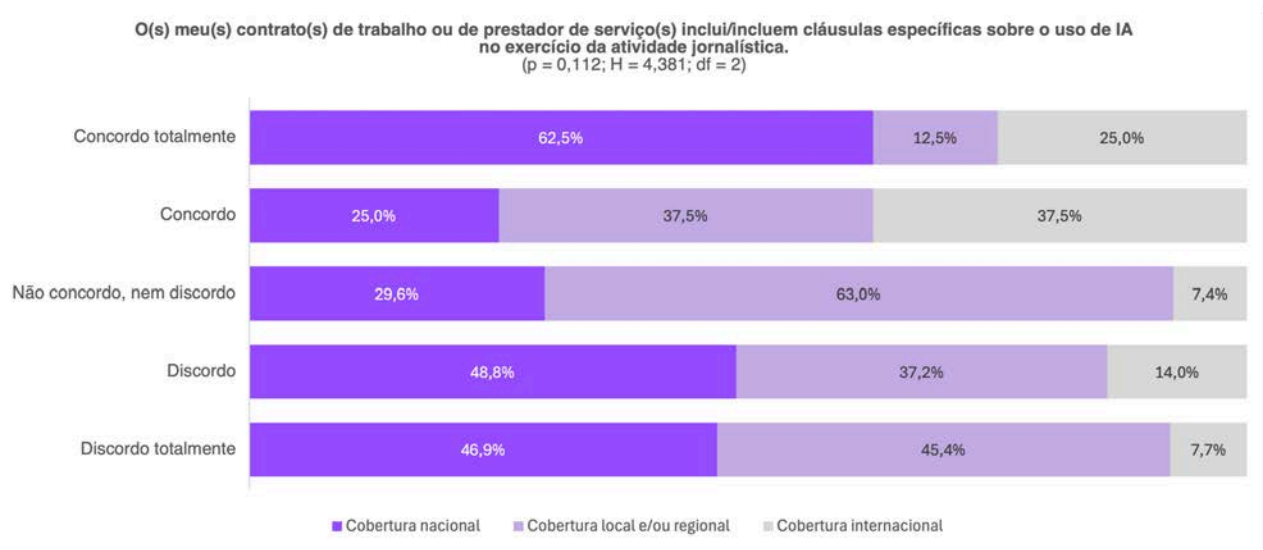
**A empresa de mídia onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística envolve os jornalistas na definição de políticas e orientações sobre o uso de IA**  
( $p = 0,102$ ;  $H = 7,719$ ;  $df = 4$ )



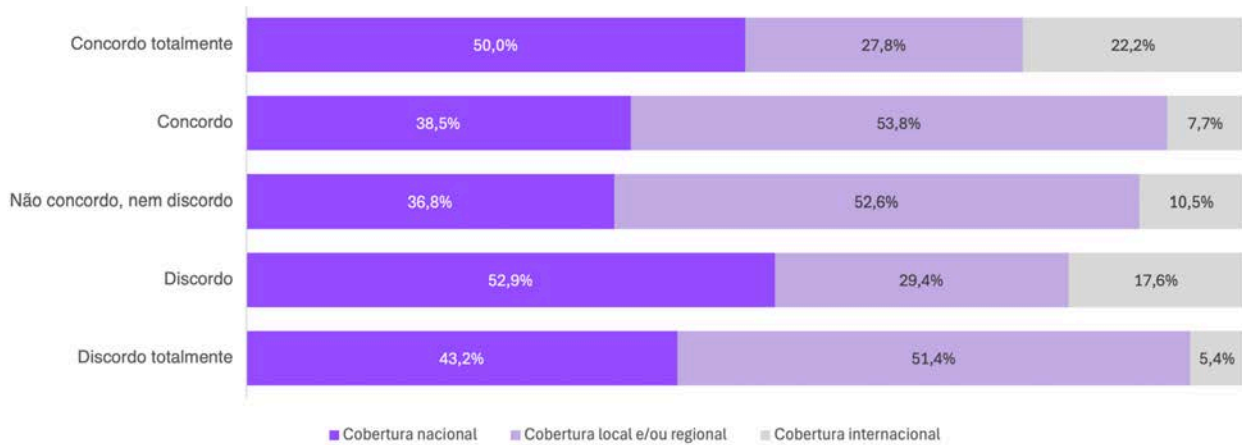
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha actividade jornalística promove a transparência perante o público relativamente ao uso de IA nos seus conteúdos**  
 (p = 0,912; H = 0,985; df = 4)



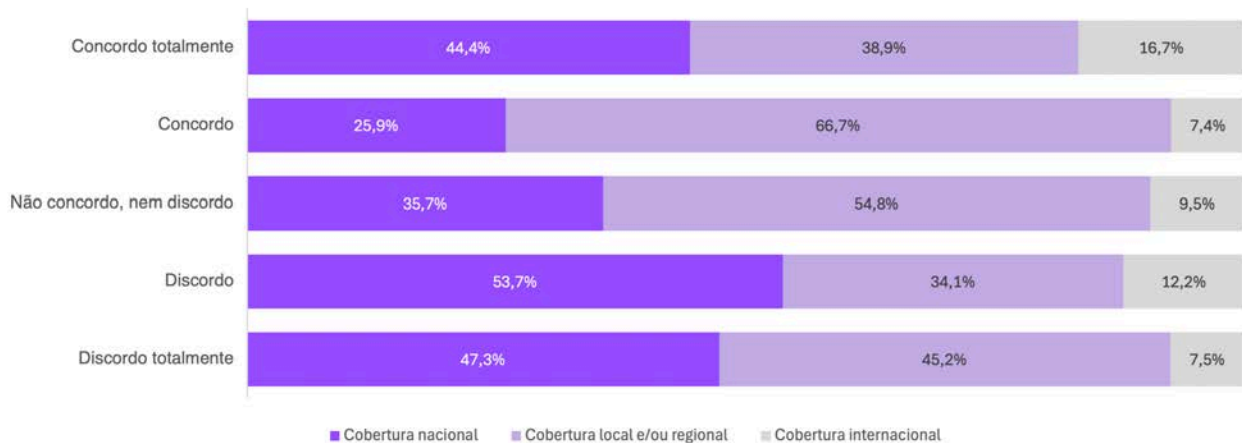
**Gráfico 9 |** Percepção dos/das profissionais sobre o ambiente organizacional e governança do uso de IA nas empresas de mídia, em função do âmbito de cobertura do meio



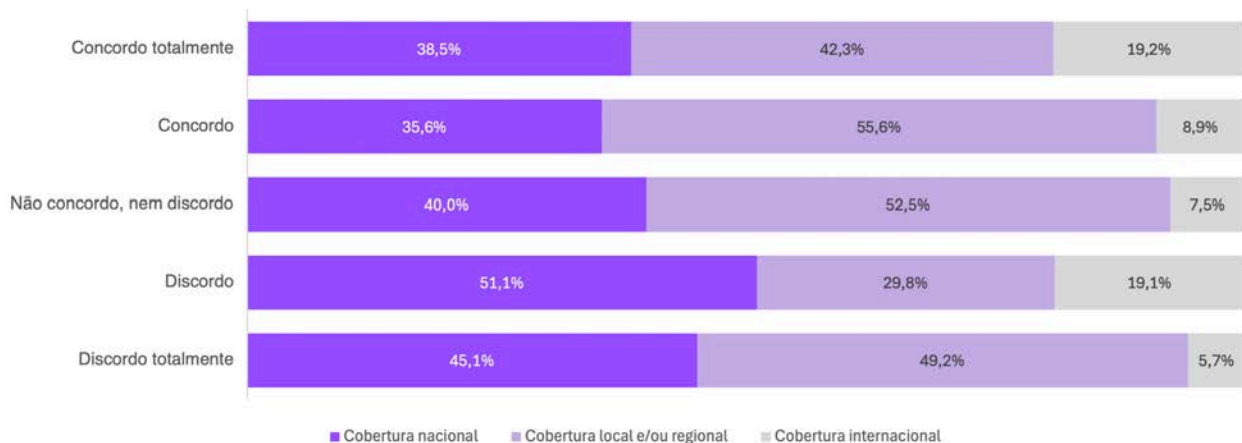
**Na empresa de mídia onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística, existe formação obrigatória sobre o uso responsável de aplicações de IA por jornalistas**  
(p = 0,068; H = 5,390; df = 2)



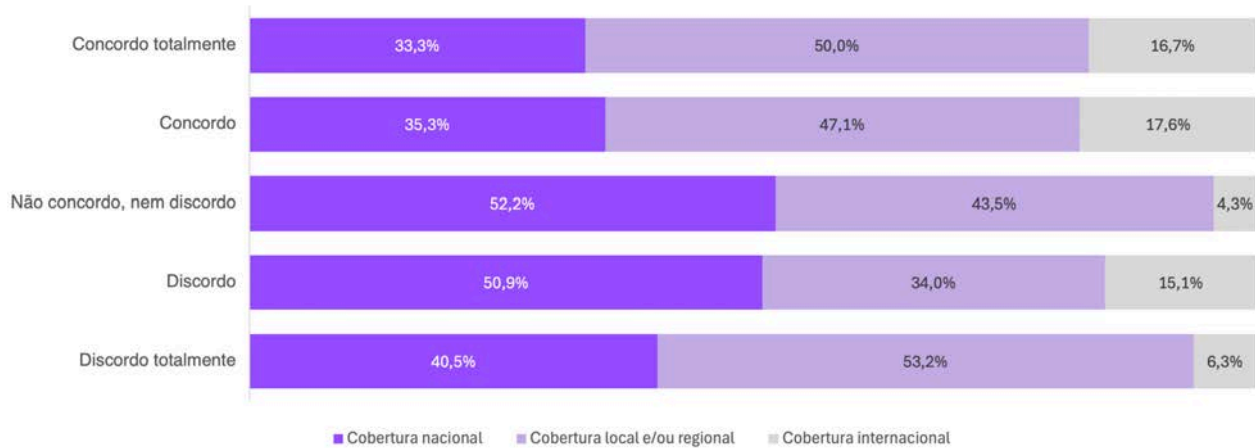
**A empresa de mídia onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística tem um protocolo interno de validação e aprovação de conteúdos gerados ou assistidos por IA antes da publicação**  
(p = 0,255; H = 2,734; df = 2)



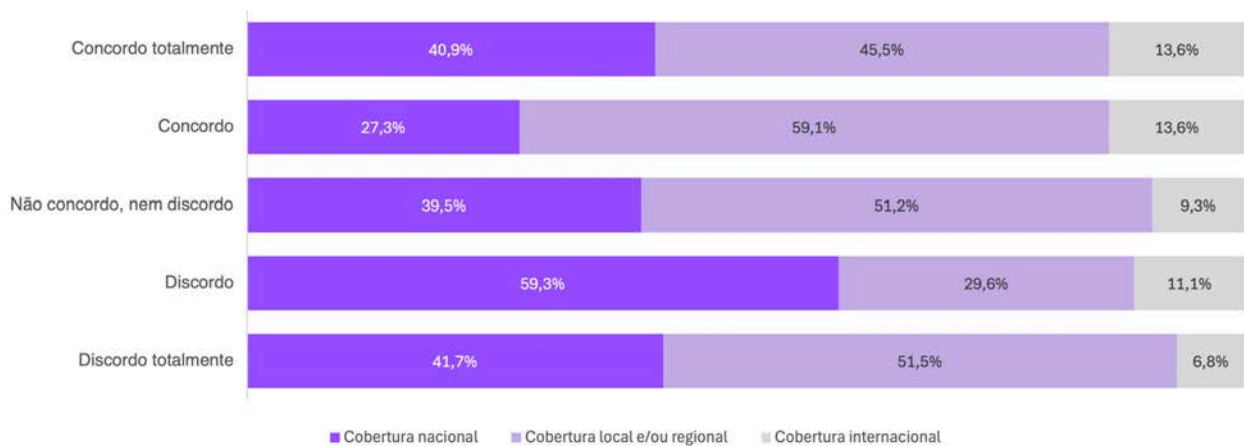
**A empresa de mídia onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística tem normas editoriais claras sobre quando e como é aceitável utilizar ferramentas de IA na produção jornalística**  
(p = 0,184; H = 3,381; df = 2)



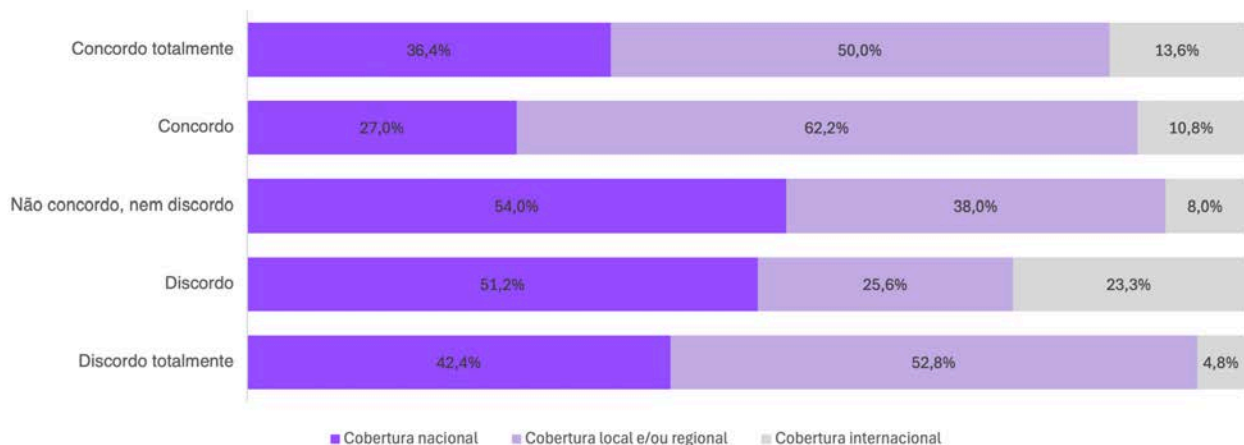
**A empresa de mídia onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística assegura acesso a recursos técnicos e apoio especializado para a utilização adequada de ferramentas de IA**  
(p = 0,407; H = 1,798; df = 2)



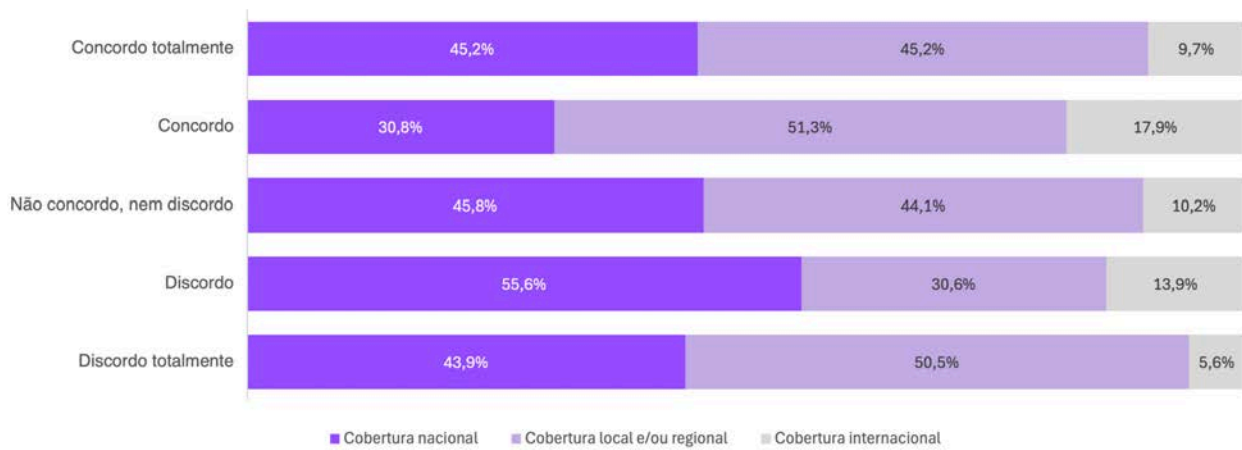
**A empresa de mídia onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem definida uma política de atribuição de responsabilidade editorial em caso de erros decorrentes da utilização de IA**  
(p = 0,255; H = 2,734; df = 2)



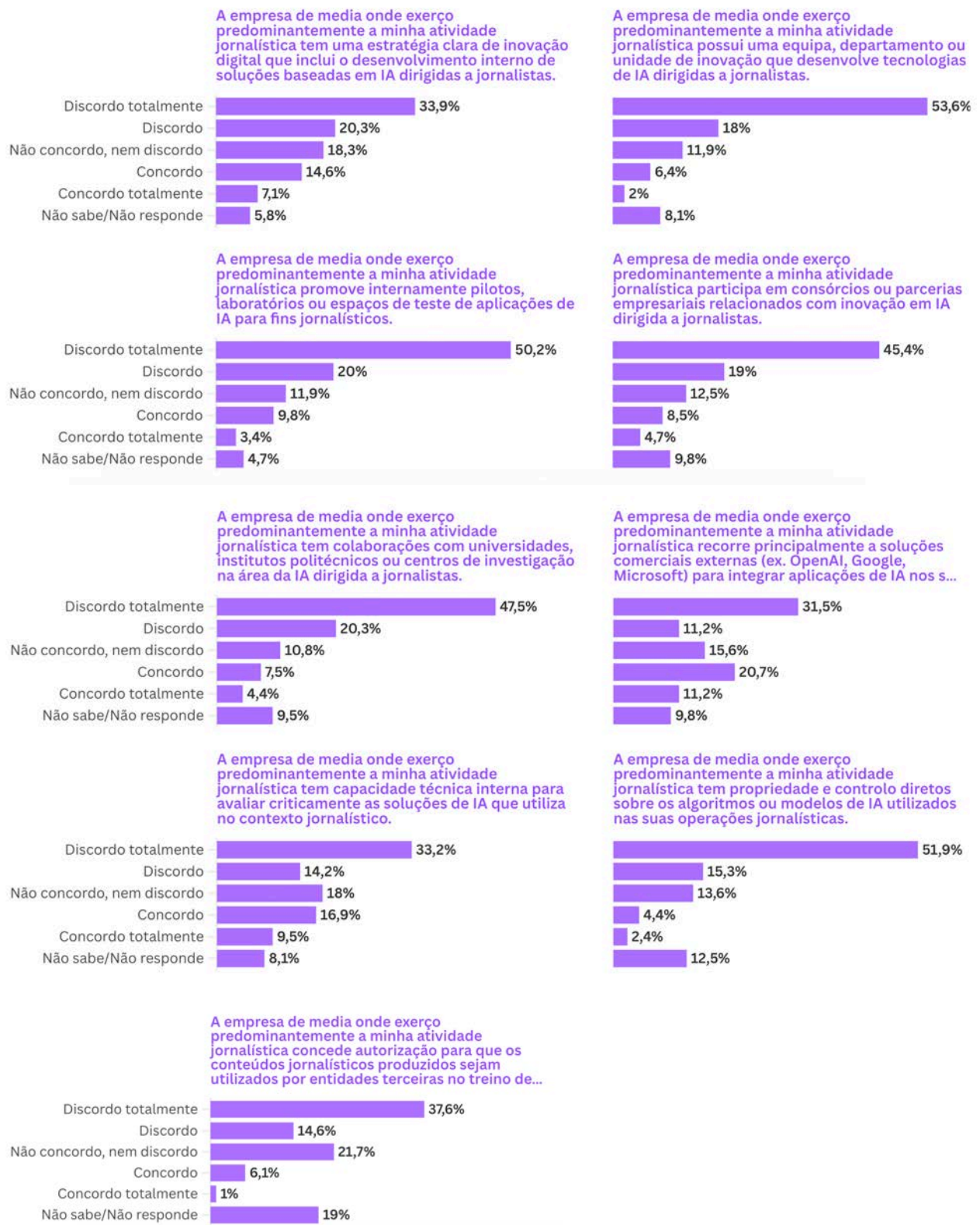
**A empresa de mídia onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística envolve os jornalistas na definição de políticas e orientações sobre o uso de IA**  
(p = 0,238; H = 2,874; df = 2)



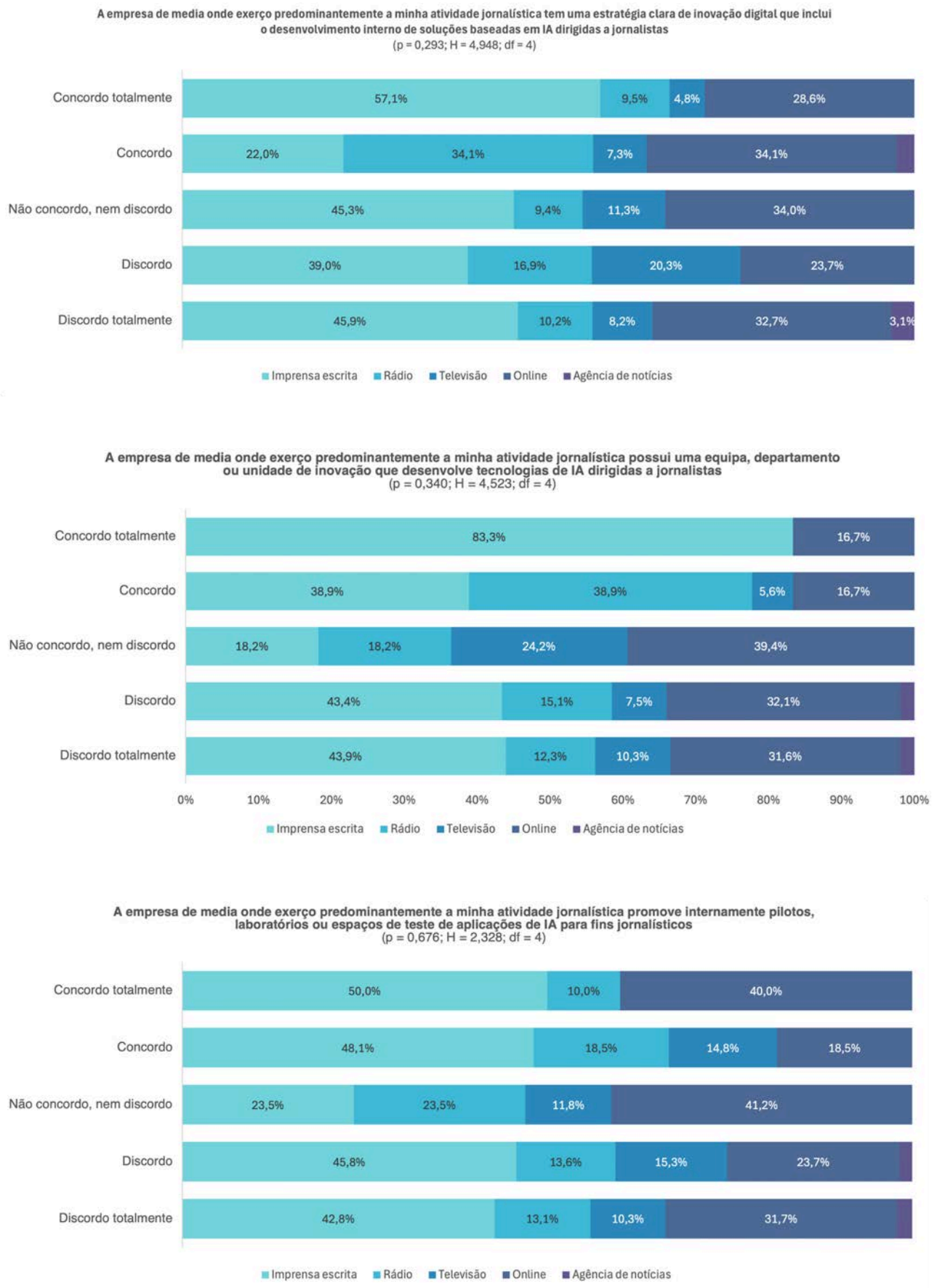
A empresa de media onde exerço predominantemente a minha actividade jornalística promove a transparência perante o público relativamente ao uso de IA nos seus conteúdos  
(p = 0,238; H = 2,874; df = 2)



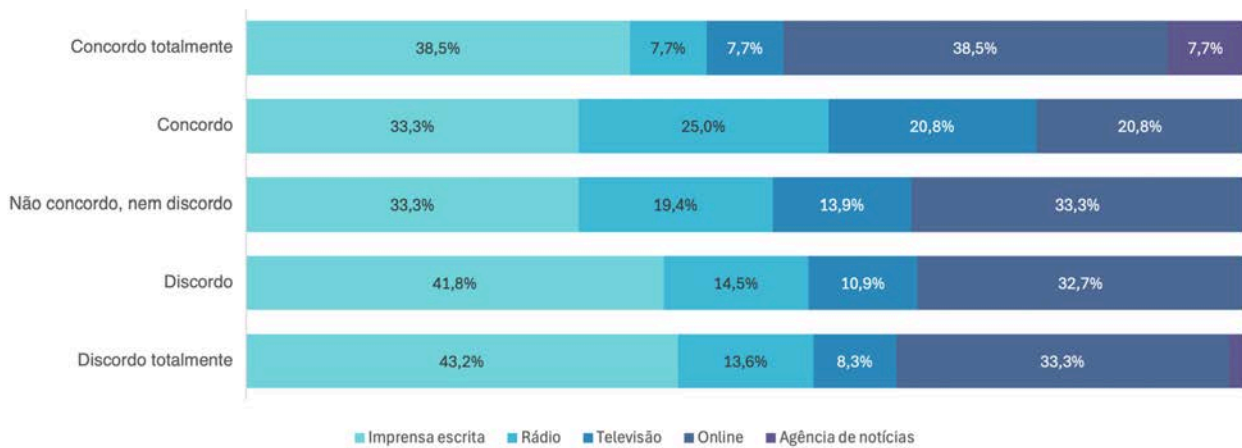
**Gráfico 10** | Perceção dos/das profissionais das iniciativas de inovação e desenvolvimentos tecnológico com IA nas empresas de media (n=295)



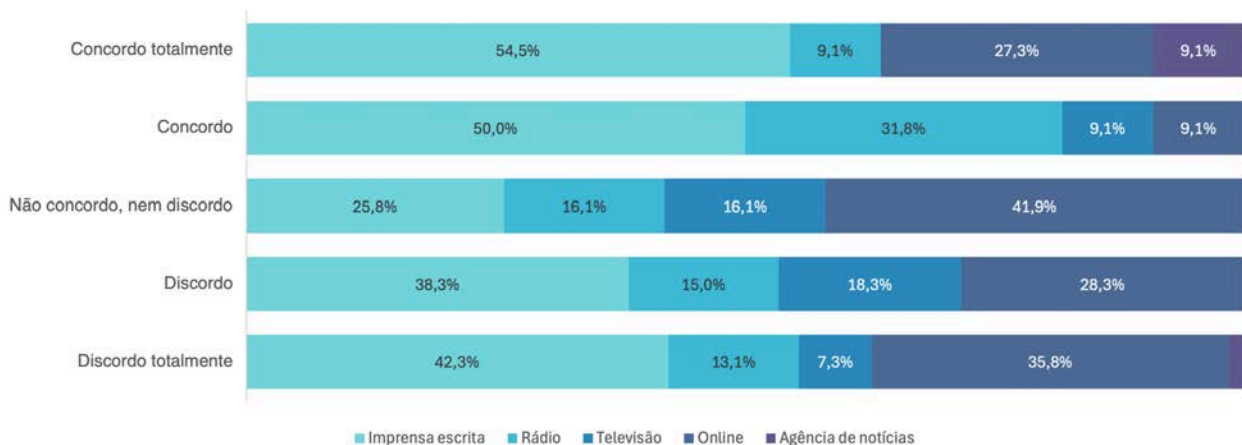
**Gráfico 11** | Percepções dos/as profissionais sobre as iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico com IA nas empresas de média, em função do tipo de meio



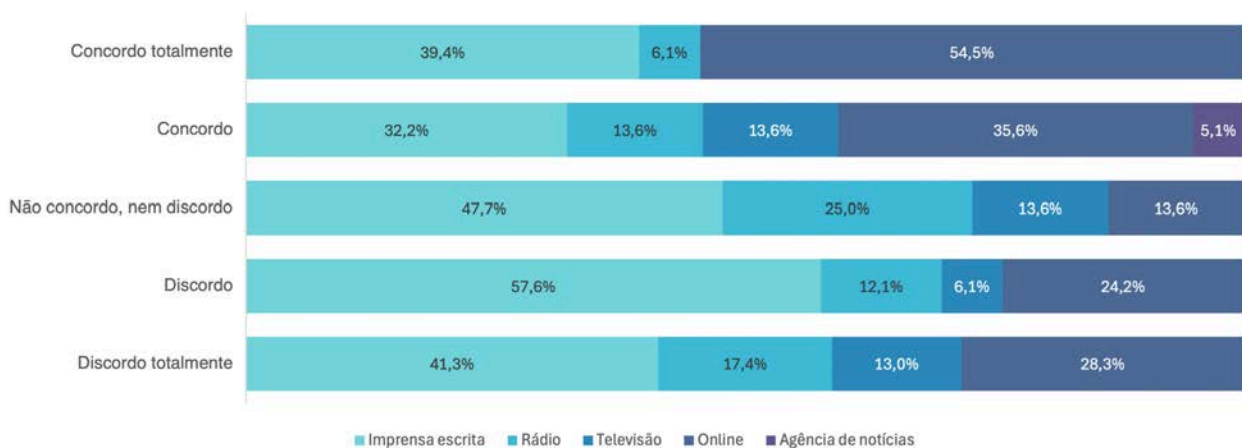
**A empresa de media onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística participa em consórcios ou parcerias empresariais relacionados com inovação em IA dirigida a jornalistas**  
( $p = 0,496$ ;  $H = 3,380$ ;  $df = 4$ )



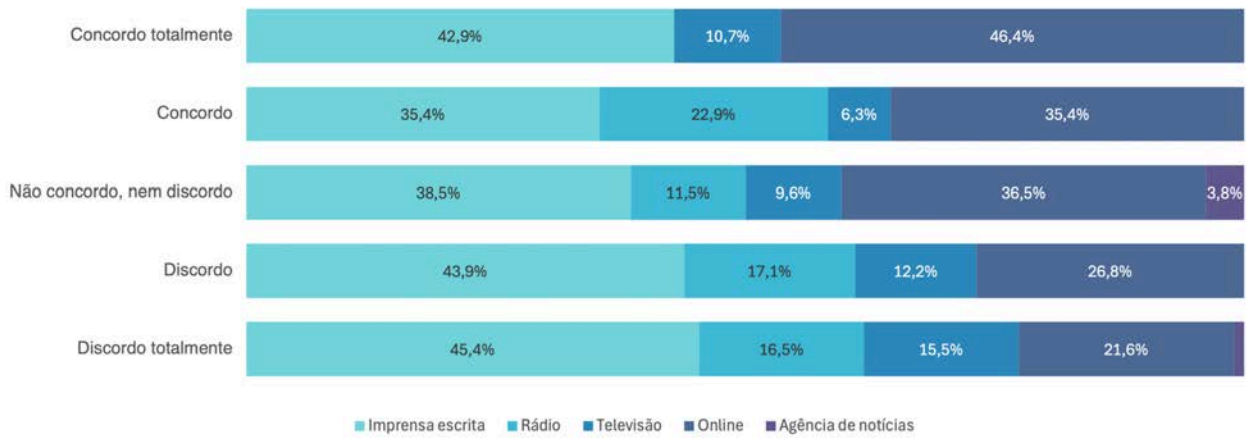
**A empresa de media onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística tem colaborações com universidades, institutos politécnicos ou centros de investigação na área da IA dirigida a jornalistas**  
( $p = 0,397$ ;  $H = 4,067$ ;  $df = 4$ )



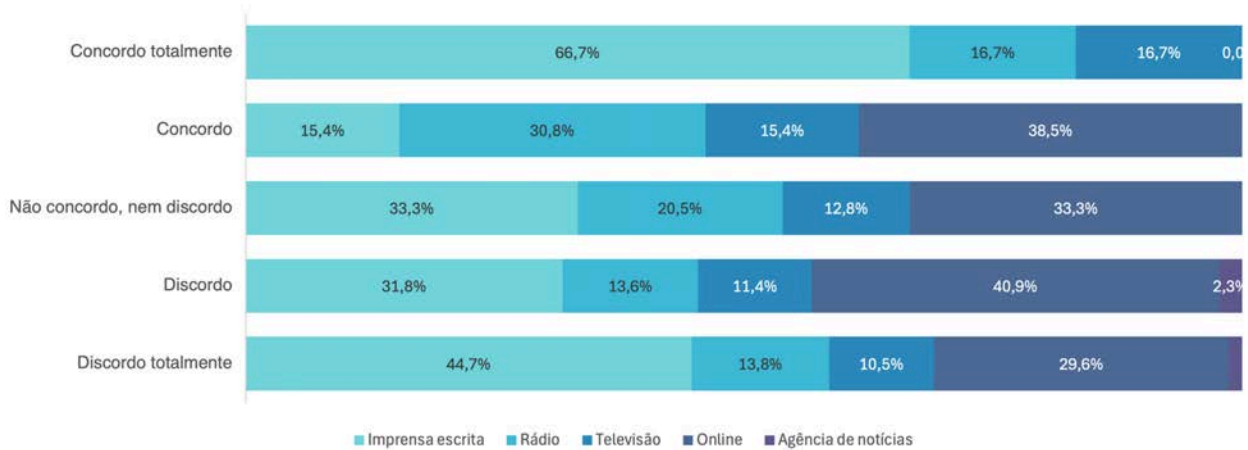
**A empresa de media onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística recorre principalmente a soluções comerciais externas (ex, OpenAI, Google, Microsoft) para integrar aplicações de IA nos seus processos jornalísticos**  
( $p = 0,068$ ;  $H = 8,730$ ;  $df$ )



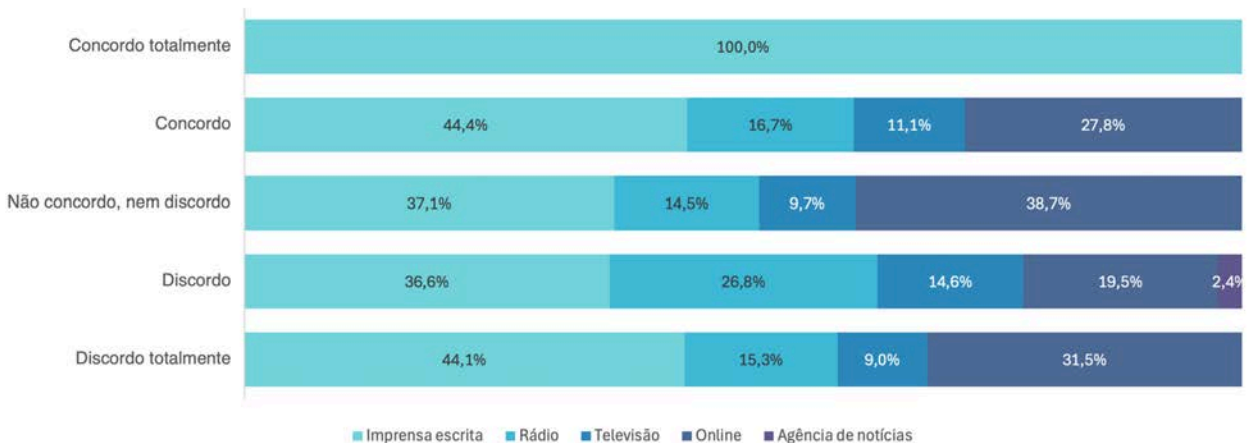
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem capacidade técnica interna para avaliar criticamente as soluções de IA que utiliza no contexto jornalístico**  
(p = 0,067; H = 8,757; df = 4)



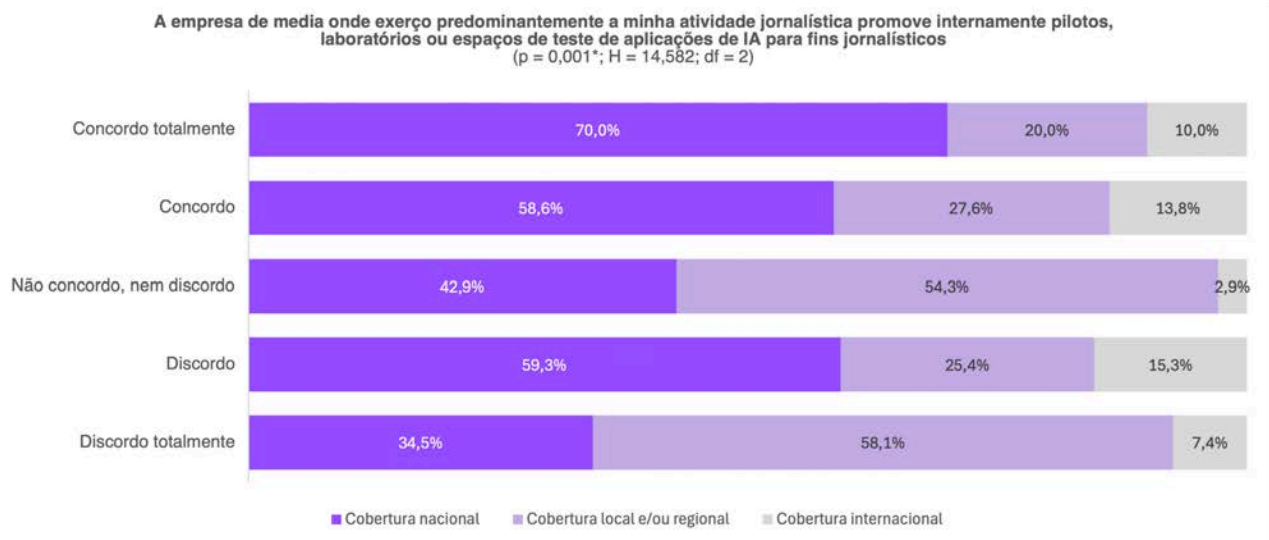
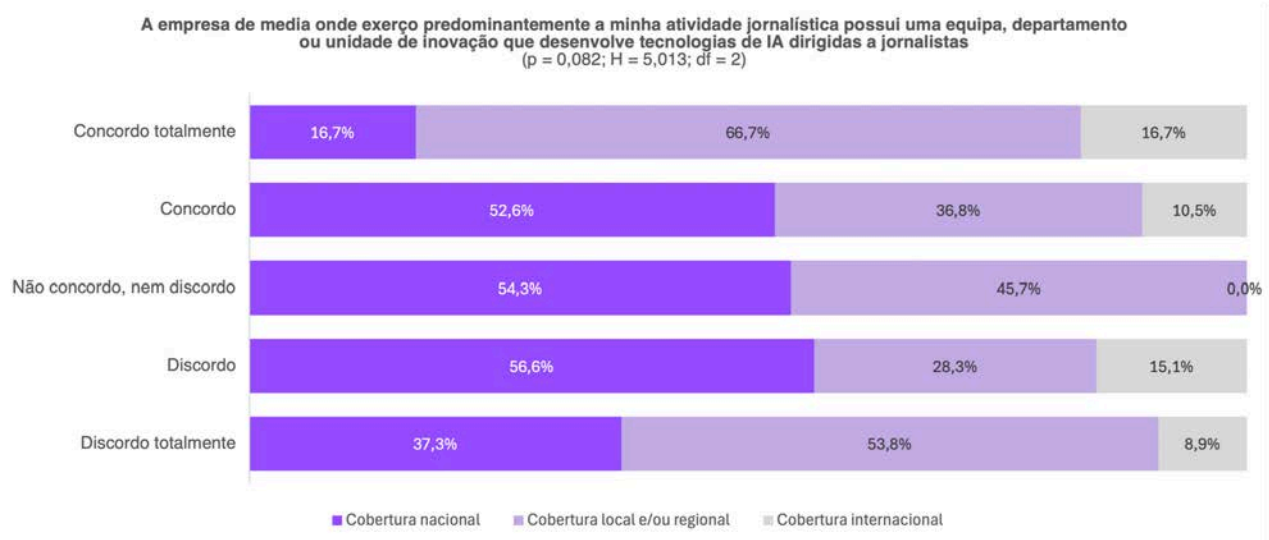
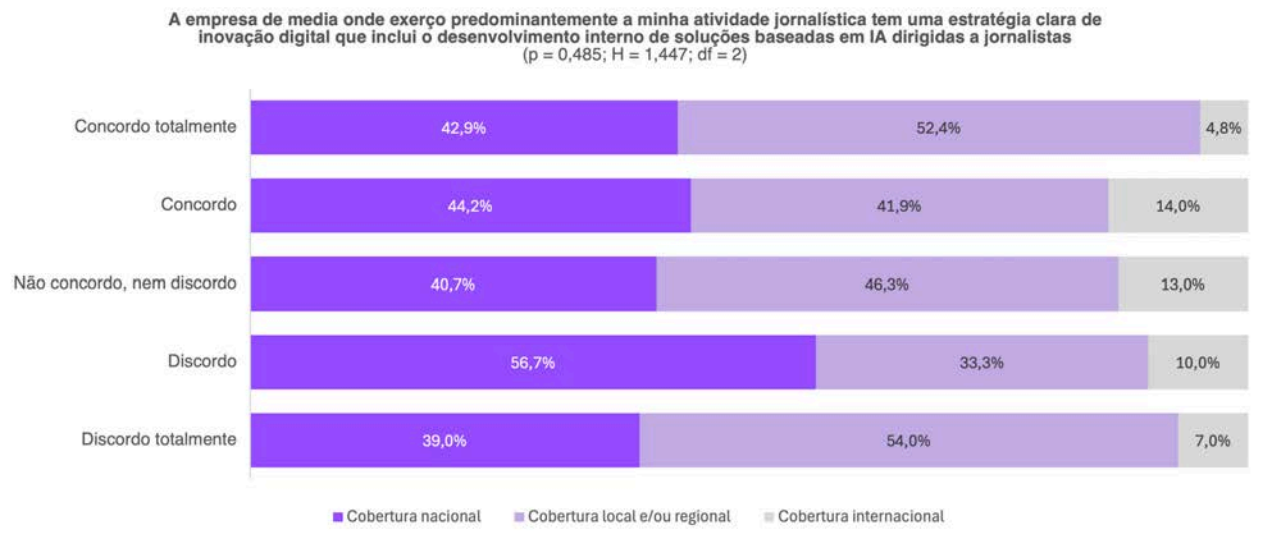
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem propriedade e controle diretos sobre os algoritmos ou modelos de IA utilizados nas suas operações jornalísticas**  
(p = 0,355; H = 4,399; df = 4)



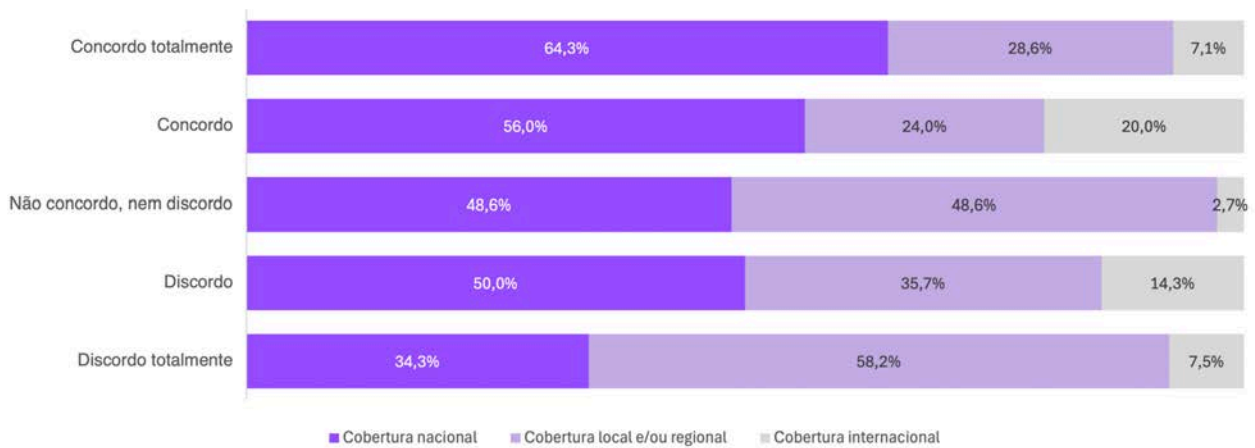
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística concede autorização para que os conteúdos jornalísticos produzidos sejam utilizados por entidades terceiras no treino de modelos de inteligência artificial generativa (ex, ChatGPT)**



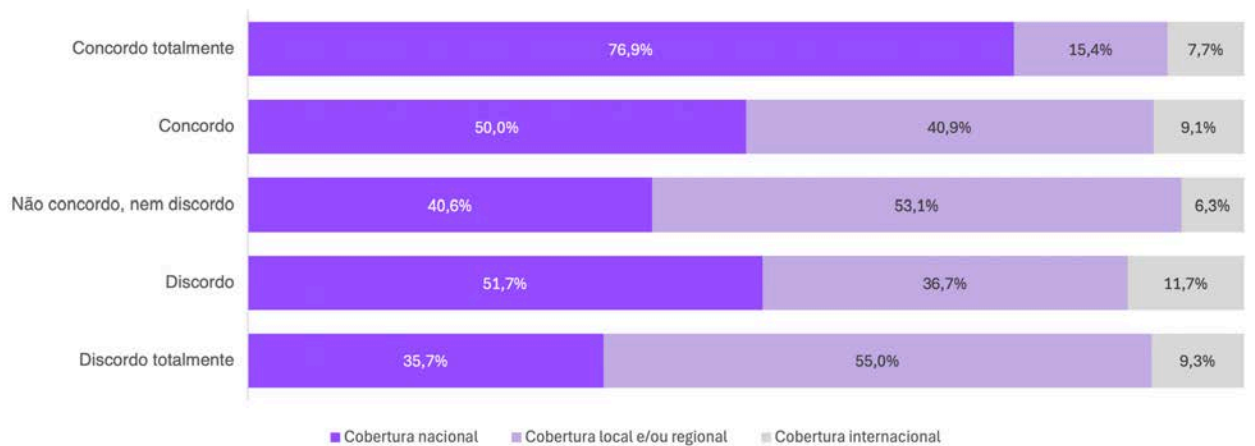
**Gráfico 12** | Percepções dos/as profissionais sobre as iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico com IA nas empresas de média, em função do âmbito de cobertura do meio



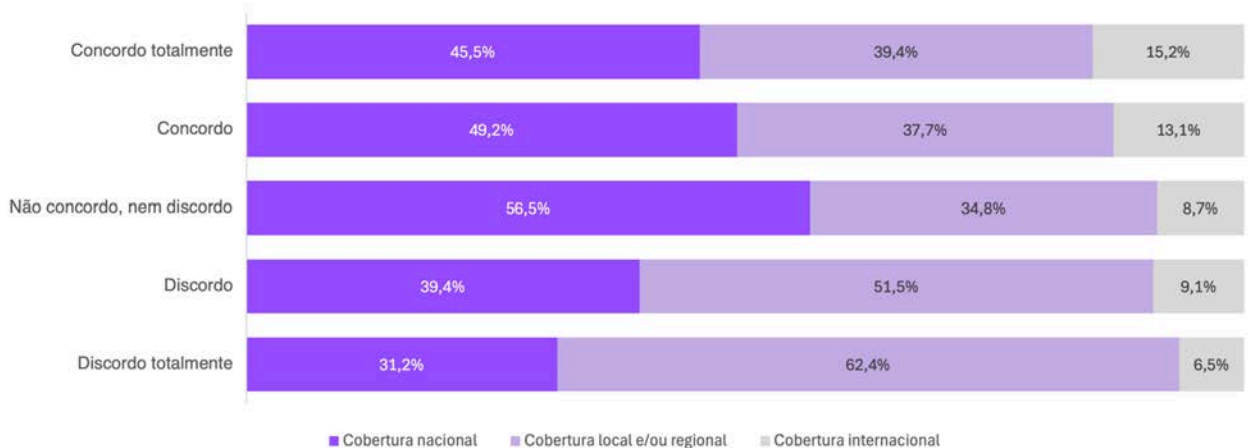
**A empresa de media onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística participa em consórcios ou parcerias empresariais relacionados com inovação em IA dirigida a jornalistas**  
( $p = 0,001^*$ ;  $H = 12,696$ ;  $df = 2$ )



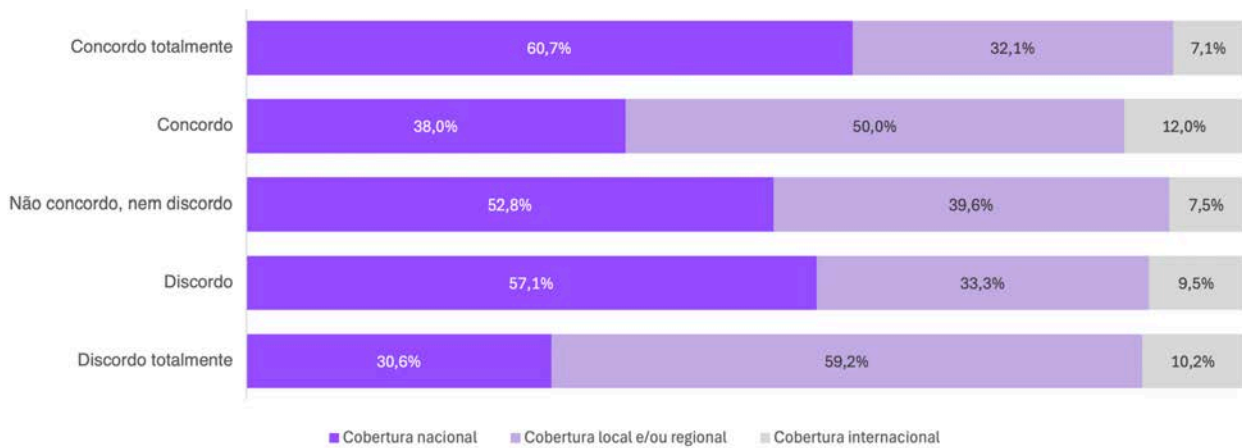
**A empresa de media onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística tem colaborações com universidades, institutos politécnicos ou centros de investigação na área da IA dirigida a jornalistas**  
( $p = 0,027^*$ ;  $H = 7,214$ ;  $df = 2$ )



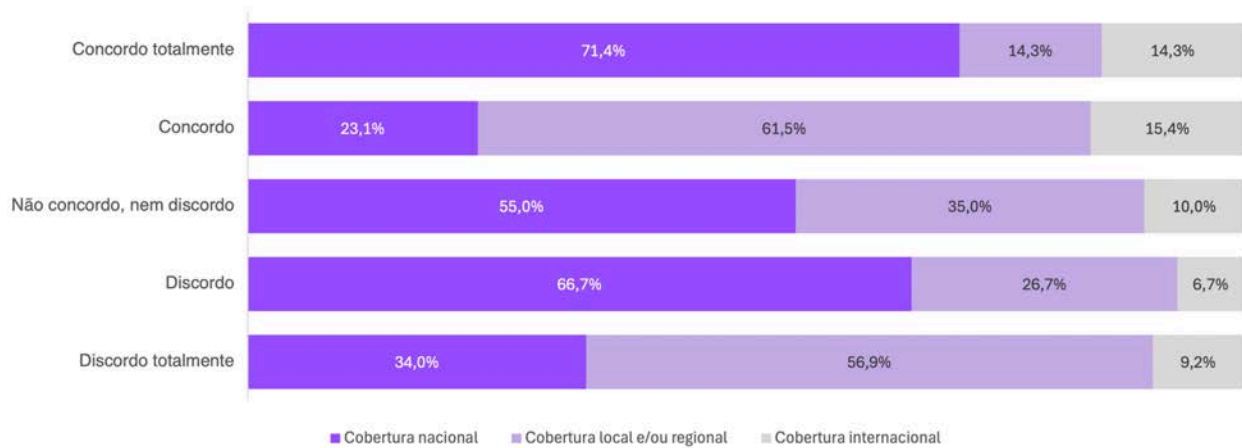
**A empresa de media onde exerce predominantemente a minha atividade jornalística recorre principalmente a soluções comerciais externas (ex. OpenAI, Google, Microsoft) para integrar aplicações de IA nos seus processos jornalísticos**  
( $p = 0,003^*$ ;  $H = 11,852$ ;  $d$ )



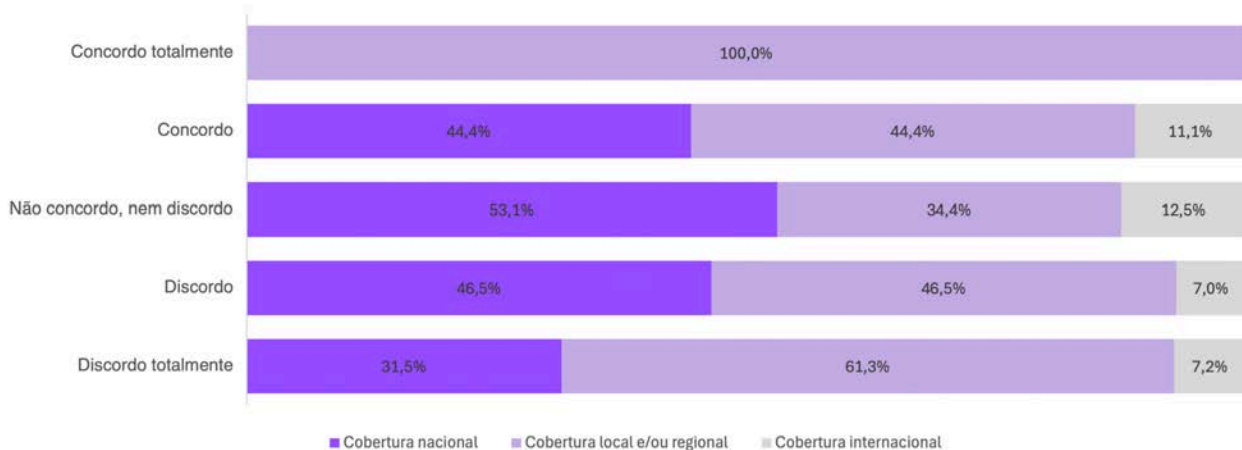
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem capacidade técnica interna para avaliar criticamente as soluções de IA que utiliza no contexto jornalístico**  
( $p = 0,044^*$ ;  $H = 6,249$ ;  $df = 2$ )



**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem propriedade e controle diretos sobre os algoritmos ou modelos de IA utilizados nas suas operações jornalísticas**  
( $p = 0,0404^*$ ;  $H = 10,886$ ;  $df = 2$ )



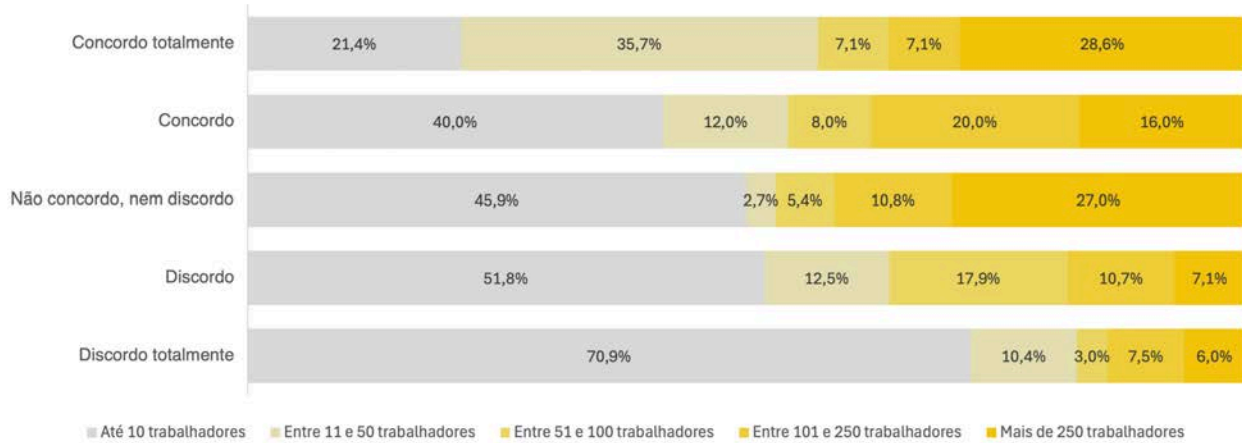
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística concede autorização para que os conteúdos jornalísticos produzidos sejam utilizados por entidades terceiras no treino de modelos de inteligência artificial generativa (ex. Cha**



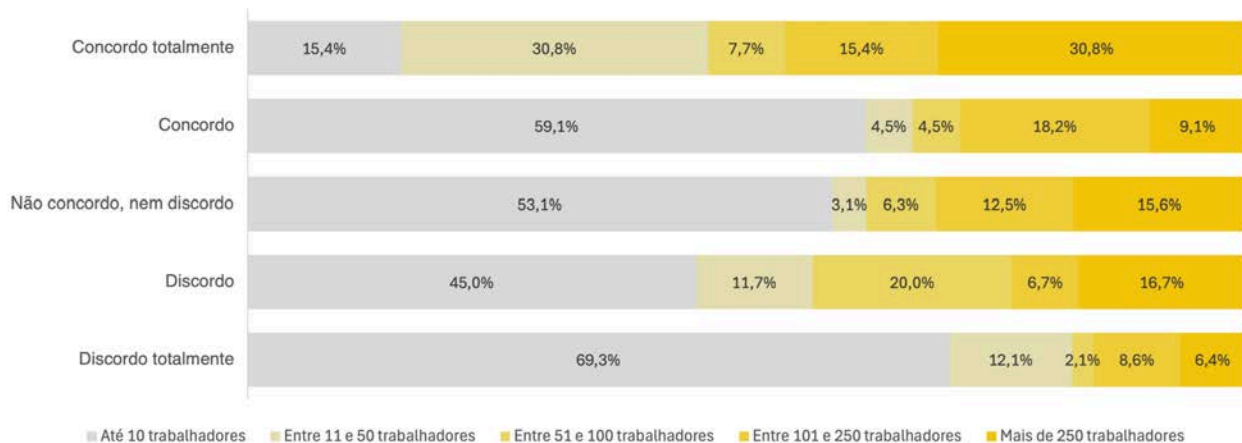
**Gráfico 13** | Percepções dos/as profissionais sobre as iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico com IA nas empresas de media, em função da dimensão da organização



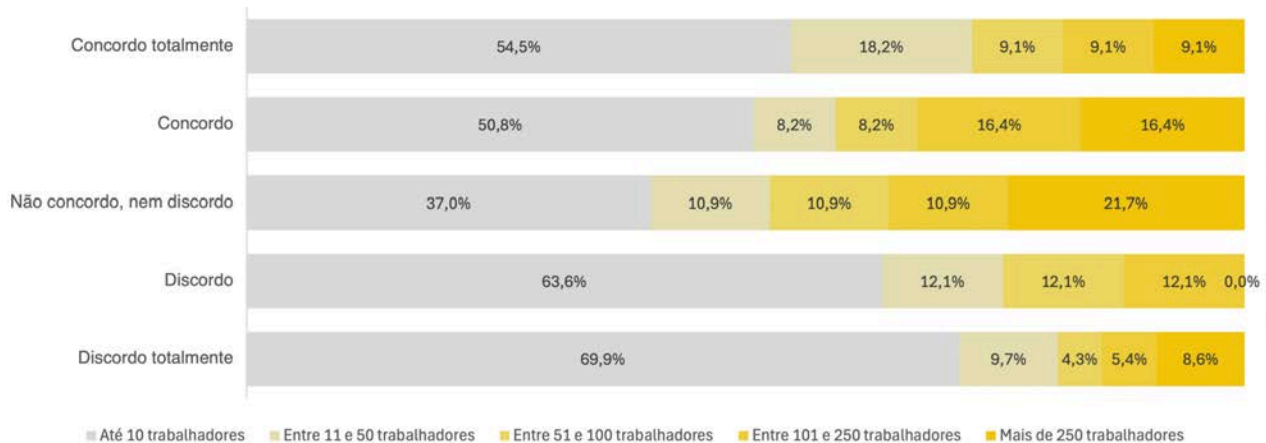
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística participa em consórcios ou parcerias empresariais relacionados com inovação em IA dirigida a jornalistas**  
( $p < 0,001^*$ ;  $H = 25,119$ ;  $df = 4$ )



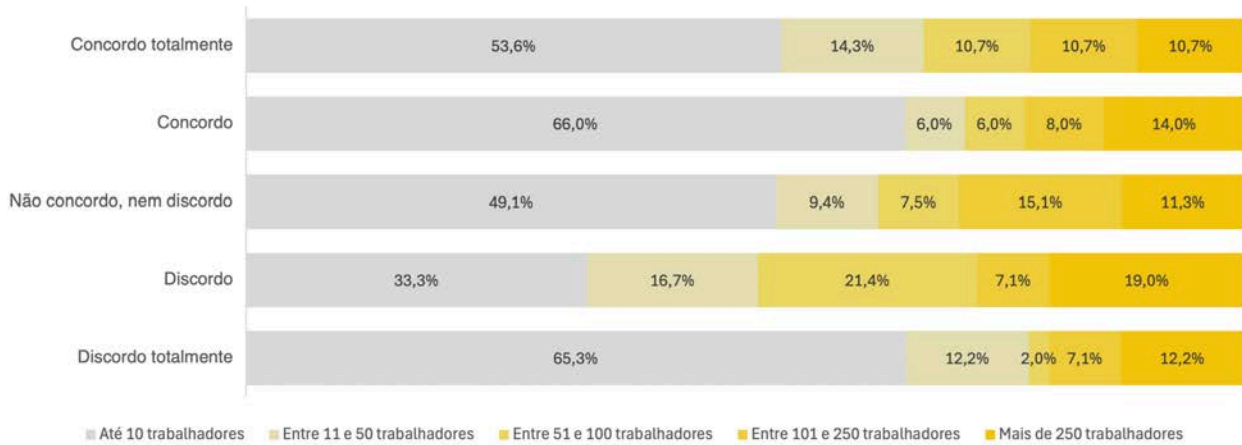
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem colaborações com universidades, institutos politécnicos ou centros de investigação na área da IA dirigida a jornalistas**  
( $p = 0,002^*$ ;  $H = 17,404$ ;  $df = 4$ )



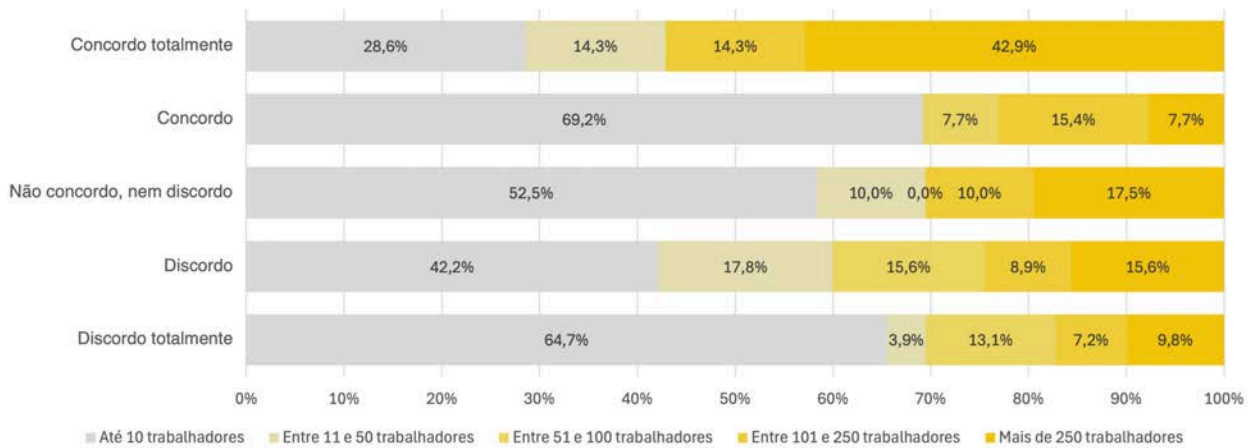
**A empresa de media onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística recorre principalmente a soluções comerciais externas (ex, OpenAI, Google, Microsoft) para integrar aplicações de IA nos seus processos jornalísticos**  
( $p = 0,086$ ;  $H = 8,153$ ;  $df$ )



**A empresa de média onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem capacidade técnica interna para avaliar criticamente as soluções de IA que utiliza no contexto jornalístico**  
( $p = 0,624$ ;  $H = 2,615$ ;  $df = 4$ )



**A empresa de média onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística tem propriedade e controle diretos sobre os algoritmos ou modelos de IA utilizados nas suas operações jornalísticas**  
( $p = 0,012^*$ ;  $H = 12,775$ ;  $df = 4$ )



**A empresa de média onde exerço predominantemente a minha atividade jornalística concede autorização para que os conteúdos jornalísticos produzidos sejam utilizados por entidades terceiras no treino de modelos de inteligência artificial generativa (ex, Cha**








## PARTE II

# Recomendações e Planos de Ação

A evidência consolidada nos dados publicados no “[Relatório de Diagnóstico e Análise Temática](#)” e no “[Relatório de Contributos Participativos](#)” constitui a base empírica e argumentativa para a formulação de recomendações e de planos de ação detalhados, orientados para uma intervenção estratégica e sustentada no ecossistema mediático português. Os documentos em epígrafe integram uma caracterização e análise aprofundadas das dinâmicas, preocupações e propostas expressas por diversos atores do setor, representando uma base de complementaridade essencial ao Livro Branco sobre a Inteligência Artificial no jornalismo. As propostas são sistematizadas em torno de eixos temáticos estruturantes: (i) uso da IA no quotidiano jornalístico; (ii) combate à desinformação e aos *media* sintéticos; (iii) ética, deontologia e responsabilidade editorial; (iv) direitos de autor no contexto digital; (v) independência editorial face às plataformas tecnológicas; (vi) barreiras à adoção de tecnologias emergentes e as necessidades de capacitação; e (vii) perceções sobre a regulação e as políticas públicas. A articulação entre evidência recolhida e orientação estratégica garante que as recomendações propostas são não apenas fundamentadas, mas também alinhadas com os desafios concretos e as prioridades expressas pelos participantes individuais e organizacionais.



# 1 Estabelecer um quadro nacional de recomendações para a utilização de IA nos media

<b>Destinatários</b>	Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Associações setoriais, Sindicato dos Jornalistas, Universidades e Centros de Investigação.
<b>Problema/ Oportunidade</b>	A adoção acelerada de IA pelas organizações de <i>media</i> está a gerar abordagens internas desiguais e pouco articuladas. Torna-se necessário criar um quadro nacional de recomendações que forneça orientações claras e consistentes para todo o setor
<b>Evidências-Chave</b>	No âmbito do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática”: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 50,5% dos/das participantes apontam impactos negativos ou muito negativos nas rotinas de produção jornalística;</li> <li>• 48,4% dos/as jornalistas antevêem impactos negativos ou muito negativos da IA na ética e deontologia profissionais.</li> </ul>
<b>Recomendação</b>	Estabelecer um quadro nacional de recomendações para a utilização de IA nos media, coordenado pela ERC, agregando representantes das organizações de comunicação social, da academia, do setor tecnológico e das associações profissionais.
<b>Passos para implementação</b>	<p><b>Passo 1:</b> elaborar uma consulta pública, recolhendo contributos do setor, do público e de organizações especializadas.</p> <p><b>Passo 2:</b> após a consulta, constituir um grupo de trabalho composto por representantes dos media, academia, áreas tecnológicas e associações profissionais, para aperfeiçoar e validar a versão final.</p> <p><b>Passo 3:</b> publicar o quadro final de recomendações e promover a sua disseminação junto de todo o setor.</p> <p><b>Passo 4:</b> apoiar a adoção das recomendações através de formação, documentos de apoio e sessões de esclarecimento.</p>
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número e diversidade de contributos recolhidos durante a consulta pública.</li> <li>• Percentagem de órgãos de comunicação social (OCS) que adotam, total ou parcialmente, as recomendações.</li> <li>• Participação das redações em ações de formação posteriores.</li> </ul>
<b>Riscos e estratégias de mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Risco:</b> produção de um documento excessivamente rígido ou desajustado à evolução tecnológica. <b>Mitigação:</b> adotar recomendações baseadas em princípios flexíveis, acompanhadas de mecanismos de revisão periódica que permitam atualização contínua.</li> <li>• <b>Risco:</b> adoção limitada pelas organizações de media caso o processo seja percecionado como distante ou imposto. <b>Mitigação:</b> assegurar a participação efetiva de representantes do setor desde as fases iniciais, reforçando transparência, coautoria e legitimidade do processo.</li> <li>• <b>Risco:</b> dificuldades de implementação devido a assimetrias de recursos ou competências entre OCS. <b>Mitigação:</b> disponibilizar formação, documentação de apoio e orientação prática que facilitem a operacionalização das recomendações.</li> </ul>
<b>Exemplos / Precedentes</b>	Com a difusão acelerada da IA generativa nos ambientes de produção jornalística, as organizações internacionais e organismos de regulação têm vindo a definir orientações específicas para assegurar que os novos processos tecnológicos se integram de forma ética, transparente e responsável: UNESCO (ex. <a href="#">AI and the Future of Journalism</a> ), Conselho da Europa (ex. <a href="#">Guidelines on the responsible implementation of AI systems in journalism</a> ).

# 2 Estabelecer diretrizes editoriais e operacionais para a utilização de IA generativa no jornalismo

<b>Destinatários</b>	Empresas de media, órgãos de comunicação social (ex. Direções de Informação, Conselhos de redação), Associações setoriais, Sindicato dos Jornalistas
<b>Problema/ Oportunidade</b>	A IA generativa permite automatizar tarefas e ampliar capacidades analíticas, mas introduz riscos relevantes de desinformação, plágio, enviesamentos e erosão da credibilidade jornalística. Impõe-se, por isso, a definição urgente de um enquadramento editorial e operacional para o seu uso nas empresas e nas redações.
<b>Evidências-Chave</b>	No âmbito do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática”: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 80,3% dos/das jornalistas participantes declaram usar aplicações de IA na atividade jornalística;</li> <li>• 64% dos/das profissionais afirmam que não existe código de conduta sobre o uso de IA nas suas organizações;</li> <li>• 65,8% referem que não há comissões editoriais ou grupos de trabalho responsáveis pela supervisão desta tecnologia;</li> <li>• 67,5% referem não existir formação obrigatória sobre o uso responsável de IA;</li> <li>• 63,4% indicam que não está implementado qualquer protocolo de validação de conteúdos assistidos ou gerados por IA.</li> </ul>
<b>Recomendação</b>	Desenvolver e implementar, em cada empresa e/ou grupo de media, um Manual de Políticas e Boas Práticas de IA, estabelecendo princípios e regras comuns para o uso responsável da IA. O manual deve clarificar responsabilidades humanas, definir critérios de uso permitido e proibido, estabelecer requisitos de verificação e orientar a divulgação pública do uso de IA, promovendo uma cultura organizacional coerente e transparente.
<b>Passos para implementação</b>	<p><b>Passo 1:</b> criar um grupo de trabalho interdepartamental que reúna jornalistas e responsáveis das áreas de tecnologia, serviços jurídicos, produto, formação e relações públicas, integrando, sempre que pertinente, especialistas externos.</p> <p><b>Passo 2:</b> definir políticas organizacionais claras, categorizando práticas proibidas, permitidas e recomendadas, ajustadas às diferentes áreas da empresa.</p> <p><b>Passo 3:</b> desenvolver módulos de formação que capacitem equipas editoriais, técnicas e administrativas para a aplicação consistente do manual.</p> <p><b>Passo 4:</b> harmonizar processos internos (editoriais, tecnológicos e operacionais) com as regras de verificação, segurança e divulgação previstas no manual.</p> <p><b>Passo 5:</b> criar mecanismos de revisão contínua para adaptar o manual à evolução tecnológica e às obrigações regulatórias.</p>
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar auditorias internas periódicas que avaliem a implementação do manual nas várias áreas da empresa.</li> <li>• Percentagem de equipas e departamentos que completam formação específica em IA.</li> <li>• Avaliação anual da consistência das práticas entre departamentos, verificando integração do manual.</li> </ul>
<b>Riscos e estratégias de mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Risco:</b> adoção desigual entre departamentos, gerando incoerências e práticas contraditórias. <b>Mitigação:</b> criar processos transversais e momentos de alinhamento interdepartamental regulares.</li> <li>• <b>Risco:</b> resistência à mudança ou perceção de aumento de carga de trabalho. <b>Mitigação:</b> integrar formação contínua e demonstração clara de benefícios operacionais e editoriais.</li> <li>• <b>Risco:</b> vulnerabilidades jurídicas e reputacionais decorrentes de práticas inconsistentes. <b>Mitigação:</b> envolvimento contínuo das áreas jurídica, ética e direção editorial na revisão das políticas.</li> </ul>

# 3 Implementar normas obrigatórias de sinalização pública de conteúdos generativos

<b>Destinatários</b>	ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Direção Geral do Consumidor
<b>Problema/ Oportunidade</b>	A disseminação crescente de conteúdos gerados ou manipulados por inteligência artificial — incluindo peças sintéticas potencialmente prejudiciais — está a ocorrer sem mecanismos uniformes de identificação ou sinalização ao público. Esta ausência de normas claras fragiliza a confiança das audiências, amplia riscos de desinformação e compromete a transparência no ecossistema informativo.
<b>Evidências-Chave</b>	No âmbito do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática”: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 63,4% dos participantes reportam não existirem protocolos de validação pré-publicação;</li> <li>• apenas 23,7% reportam mecanismos de transparência ao público.</li> </ul>
<b>Recomendação</b>	Implementar normas obrigatórias de sinalização pública para todos os conteúdos generativos e conteúdos assistidos por IA, assegurando que operadores de <i>media</i> adotam procedimentos técnicos e editoriais de identificação visível, verificável e consistente, de forma a proteger as audiências e reforçar a confiança pública.
<b>Passos para implementação</b>	<p><b>Passo 1:</b> criar um grupo de trabalho interinstitucional que reúna especialistas das áreas de tecnologias de comunicação, supervisão regulatória, serviços jurídicos, proteção de dados e literacia mediática integrando, sempre que seja pertinente, representantes dos operadores de media e peritos externos em IA.</p> <p><b>Passo 2:</b> definir normas claras e obrigatórias de sinalização, classificando conteúdos assistidos por IA, conteúdos integralmente sintéticos e conteúdos potencialmente prejudiciais, e estabelecendo requisitos mínimos de visibilidade, rastreabilidade e supervisão humana.</p> <p><b>Passo 3:</b> desenvolver uma oferta formativa especializada (ex. MOOC), em parceria com operadores de <i>media</i>, universidades e associações do setor, assegurando que equipas editoriais, tecnológicas e administrativas adquirem a compreensão e a capacidade necessárias para aplicar as normas de forma consistente.</p>
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Normas publicadas e acessíveis ao público e aos operadores.</li> <li>• Percentagem de conteúdos sintéticos e assistidos por IA devidamente sinalizados, de acordo com as regras definidas.</li> <li>• Número de incidentes de falha de sinalização.</li> <li>• Percentagem de profissionais formados através da oferta formativa especializada desenvolvida em parceria com o setor.</li> <li>• Número de não conformidades identificadas pela ANACOM.</li> </ul>
<b>Riscos e estratégias de mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Risco:</b> capacidade de articulação interinstitucional insuficiente, devido à escassez de recursos humanos especializados e ferramentas técnicas adequadas. <b>Mitigação:</b> reforçar a capacidade interna das entidades envolvidas através da criação de equipas dedicadas, complementadas por formação especializada, contratação dirigida e estabelecimento de parcerias técnicas com universidades e centros de investigação, assegurando competências adequadas.</li> <li>• <b>Risco:</b> dificuldade de implementação por parte de operadores com menor capacidade técnica e recursos humanos. <b>Mitigação:</b> disponibilizar guias técnicos, apoio formativo e mecanismos de acompanhamento directo por parte das entidades responsáveis, garantindo um processo de adaptação progressivo e proporcional às diferentes realidades do sector.</li> <li>• <b>Risco:</b> resistência organizacional devido a perceção de aumento de carga burocrática. <b>Mitigação:</b> evidenciar os benefícios reputacionais e de conformidade com o AI Act, promovendo processos simplificados e interoperáveis com os sistemas de publicação já existentes, minimizando encargos adicionais.</li> </ul>

# 4 Reforçar o papel do Serviço Público de Media na Literacia Mediática e no Combate à Desinformação

<b>Destinatários</b>	Serviço Público de <i>Media</i> (SPM), Grupo Informal sobre Literacia Mediática (GILM), Fundações e Entidades da Filantropia
<b>Problema/ Oportunidade</b>	A proliferação de conteúdos enganosos e fenómenos de desinformação, agravada pelo avanço da IA generativa, exige respostas estruturadas, coordenadas e sustentadas por parte do ecossistema mediático. No âmbito da promoção do conhecimento, do pensamento crítico e dos valores democráticos, o SPM, o Grupo Informal sobre Literacia Mediática (GILM), bem como fundações e entidades do sector privado com ação filantrópica, desempenham um papel central na literacia mediática, reforçando a capacidade cívica dos cidadãos para reconhecer e escrutinar conteúdos nocivos. Surge, assim, uma oportunidade estratégica para desenvolver conteúdos regulares, multiplataforma e de acesso livre, incluindo formatos adaptados a públicos infanto-juvenis, particularmente vulneráveis à desinformação.
<b>Evidências-Chave</b>	No âmbito do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática”: <ul style="list-style-type: none"> <li>64,4% dos participantes declaram que a IA terá um impacto negativo ou muito negativo na disseminação de desinformação (ex. criação de textos, imagens ou vídeos falsos através de modelos generativos).</li> </ul>
<b>Recomendação</b>	Desenvolver e disponibilizar um conjunto contínuo de conteúdos informativos e educativos dedicados ao combate à desinformação e à promoção da literacia mediática, com formatos específicos dirigidos ao público infanto-juvenil. Os conteúdos devem promover a compreensão sobre como se produz jornalismo de qualidade, como identificar sinais de manipulação e como questionar informação enganosa, contribuindo para fortalecer a resiliência democrática.
<b>Passos para implementação</b>	<p><b>Passo 1:</b> criar uma equipa dedicada que integre jornalistas, especialistas em literacia mediática e criadores de conteúdos para públicos jovens.</p> <p><b>Passo 2:</b> produzir conteúdos multiplataforma sobre desinformação, verificação e funcionamento do jornalismo, incluindo formatos específicos para crianças e jovens.</p> <p><b>Passo 3:</b> estabelecer parcerias com escolas, bibliotecas, plataformas educativas e associações do setor para ampliar o alcance dos conteúdos.</p> <p><b>Passo 4:</b> avaliar regularmente o impacto dos conteúdos nas competências de literacia mediática do público, ajustando a oferta com base nas evidências recolhidas.</p>
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Número de conteúdos educativos produzidos e disponibilizados ao público.</li> <li>Alcance multiplataforma (visualizações, audiências, downloads).</li> <li>Percentagem de conteúdos especificamente direcionados ao público infanto-juvenil.</li> <li>Número de estabelecimentos de ensino que utilizam os materiais.</li> </ul>
<b>Riscos e estratégias de mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Risco:</b> dificuldade em captar a atenção do público jovem devido à competição com plataformas digitais comerciais. <b>Mitigação:</b> produzir conteúdos dinâmicos, curtos, visualmente apelativos e integrados nos formatos populares entre jovens.</li> <li><b>Risco:</b> perceção de conteúdo excessivamente institucional ou distante das experiências reais das crianças e adolescentes. <b>Mitigação:</b> testar conteúdos piloto com grupos de jovens e incorporar feedback contínuo.</li> <li><b>Risco:</b> falta de articulação com o sistema educativo. <b>Mitigação:</b> criar parceria formal com o Ministério da Educação.</li> </ul>
<b>Exemplos / Precedentes</b>	O <a href="#">BBC iReporter Game</a> constitui um exemplo de formato digital interativo orientado para a literacia mediática de jovens. Integrado numa iniciativa educativa da BBC, o jogo ajuda estudantes a identificar notícias falsas, oferecendo recursos pedagógicos preparados para serem usados em contexto de sala de aula por professores em escolas de todo o Reino Unido.

# 5 Rever o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos no contexto da Inteligência Artificial

<b>Destinatários</b>	Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), associações de gestão coletiva de direitos de autor e direitos conexos (ex. GEDIPE, Visapress), organismos de regulação, empresas jornalísticas e indústrias culturais, titulares de CDADC
<b>Problema/ Oportunidade</b>	O avanço acelerado da inteligência artificial coloca desafios estruturais ao Código do Direito de Autor e Direitos Conexos (CDADC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, cujas bases foram concebidas num paradigma pré-digital. A utilização intensiva de obras protegidas para treino de modelos de IA, a criação de conteúdos sintéticos e a facilidade de reprodução e manipulação colocam em causa a justa remuneração dos autores, a sustentabilidade das indústrias culturais e a proteção das obras em mercados pequenos como o português. A revisão do CDADC representa uma oportunidade para atualizar conceitos, clarificar direitos, reforçar mecanismos de licenciamento e criar salvaguardas adequadas à era da IA.
<b>Evidências-Chave</b>	No âmbito do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática”: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 40,7% dos/das profissionais desconhecem se os conteúdos que produzem são utilizados no treino de modelos comerciais de IA generativa.</li> <li>• Apenas 6,8% dos/as inquiridos/as afirmam que a empresa onde trabalham detém propriedade e controlo direto sobre os algoritmos usados nas operações jornalísticas.</li> </ul>
<b>Recomendação</b>	Proceder a uma revisão aprofundada do CDADC (Decreto-Lei n.º 63/85), incorporando os desafios colocados pela inteligência artificial e alinhando o regime jurídico nacional com as orientações europeias e internacionais. A revisão deve reforçar mecanismos de licenciamento e compensação, clarificar o uso de obras para treino de IA e proteger pequenos produtores.
<b>Passos para implementação</b>	<p><b>Passo 1:</b> criar um grupo de trabalho nacional sobre CDADC e IA, coordenado pela SPA e pelas associações de gestão coletiva (ex. GEDIPE, Visapress), integrando organismos de regulação, indústrias culturais, redações, especialistas jurídicos e representantes dos consumidores.</p> <p><b>Passo 2:</b> propor ao Governo a revisão do Decreto-Lei n.º 63/85, clarificando:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– o estatuto das obras usadas no treino de IA;</li> <li>– os direitos sobre conteúdos gerados ou manipulados por IA;</li> <li>– os regimes de compensação equitativa;</li> <li>– mecanismos de fiscalização e responsabilidade em ambiente digital.</li> </ul>
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão legislativa do CDADC publicada.</li> <li>• Número de novos acordos de licenciamento celebrados no setor.</li> </ul>
<b>Riscos e estratégias de mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Risco:</b> temor de excesso regulatório que dificulte o acesso público ou trave a inovação. <b>Mitigação:</b> garantir participação alargada de criadores, utilizadores, associações e consumidores na revisão legislativa, assegurando equilíbrio e proporcionalidade.</li> <li>• <b>Risco:</b> assimetria de capacidades entre grandes operadores e pequenos produtores. <b>Mitigação:</b> criar soluções cooperativas e mecanismos de apoio técnico através das associações de gestão coletiva.</li> <li>• <b>Risco:</b> divergências entre setores criativos e <i>media</i> quanto ao uso de IA. <b>Mitigação:</b> promover fóruns contínuos de concertação.</li> </ul>

# 6 Criar um programa de apoio à inovação em IA aplicada no jornalismo

<b>Destinatários</b>	Governo, por via da Estrutura de Missão para os <i>Media</i> (#Portugal Media Lab), organizações filantrópicas e fundações, empresas de media, empresas tecnológicas, instituições de ensino superior e associações profissionais.
<b>Problema/ Oportunidade</b>	A crescente dependência de plataformas digitais ( <i>big tech</i> ) na produção, distribuição e monetização de conteúdos jornalísticos levanta questões estruturais quanto à autonomia editorial e empresarial dos media.
<b>Evidências-Chave</b>	<p>No âmbito do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática”:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>71,6% dos/das jornalistas participantes indicam não existirem na sua organização de <i>media</i> equipas de inovação especializadas;</li> <li>70,2% dos/das jornalistas participantes indicam não existirem na sua organização de <i>media</i> laboratórios de inovação e/ou espaços de teste de aplicações de IA;</li> </ul> <p>No âmbito do “Relatório de Contributos Participativos”:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sentimento generalizado de vulnerabilidade face a uma nova arquitetura de informação que escapa, em larga medida, ao controlo das empresas de <i>media</i>.</li> </ul>
<b>Recomendação</b>	Desenhar, financiar e implementar um programa nacional de apoio à inovação em IA aplicada no jornalismo, articulando diferentes tipos de entidades parceiras e assegurando a existência de laboratórios de experimentação e capacitação distribuídos regionalmente.
<b>Passos para implementação</b>	<p><b>Passo 1:</b> constituir um consórcio intersetorial por via da Estrutura de Missão para os <i>Media</i> (#Portugal Media Lab), articulando organizações filantrópicas e fundações, empresas de <i>media</i>, empresas tecnológicas, instituições de ensino superior e associações profissionais.</p> <p><b>Passo 2:</b> desenvolver uma linha de financiamento dedicada a projetos de inovação jornalística com IA, com critérios transparentes e escaláveis, incluindo apoio à criação de iniciativas de inovação regionais focadas na experimentação e capacitação local.</p> <p><b>Passo 3:</b> lançar uma convocatória pública para a implementação das iniciativas de inovação regionais, privilegiando candidaturas em consórcio e com planos de transferência de conhecimento entre academia, <i>start-ups</i> e redações jornalísticas.</p> <p><b>Passo 4:</b> estabelecer uma rede nacional de iniciativas de inovação com funções de experimentação, formação, partilha de boas práticas e desenvolvimento de soluções tecnológicas aplicadas às necessidades dos <i>media</i>.</p> <p><b>Passo 5:</b> implementar mecanismos de monitorização e avaliação independentes, com indicadores de impacto, relatórios periódicos e ajustamentos periódicos ao programa, garantindo a sua eficácia, transparência e sustentabilidade.</p>
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Constituir um consórcio com representantes de pelo menos 5 tipos de entidades parceiras num prazo de 6 meses;</li> <li>Lançar uma linha de financiamento num prazo de 9 meses;</li> <li>Receber pelo menos 15 candidaturas elegíveis por ano;</li> <li>Garantir que, pelo menos, 50% das candidaturas são lideradas por meios regionais ou locais;</li> <li>Aprovar um mínimo de 5 iniciativas de inovação na primeira convocatória, cobrindo 5 regiões NUTS II com as iniciativas aprovadas;</li> <li>Estabelecer uma rede nacional de iniciativas de inovação operacional até 18 meses após o início do programa;</li> <li>Desenvolver ou testar pelo menos 10 soluções tecnológicas com aplicação no jornalismo nos primeiros 2 anos;</li> <li>Publicar um relatório de avaliação por ano com base em indicadores definidos.</li> </ul>
<b>Riscos e estratégias de mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Risco:</b> fragmentação do ecossistema de <i>media</i> e duplicação de esforços entre iniciativas regionais; <b>Mitigação:</b> estabelecer mecanismos de coordenação nacional e uma plataforma comum de partilha de dados, metodologias e resultados, garantindo interoperabilidade e sinergia entre iniciativas;</li> </ul>

# 7 Criar convocatória pela FCT (futura AI<sup>2</sup>) para financiamento a projetos de investigação exploratórios em IA aplicada ao jornalismo português

<b>Destinatários</b>	Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) ou futura Agência para a Investigação e a Inovação (AI <sup>2</sup> )
<b>Problema/ Oportunidade</b>	O jornalismo português carece de soluções tecnológicas desenvolvidas com base em evidência científica, que respondam de forma concreta aos desafios colocados pela integração de sistemas de IA nos processos editoriais, produtivos e organizacionais.
<b>Evidências-Chave</b>	<p>No âmbito do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática”:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apenas 13,2% dos/das jornalistas participantes indicam existirem na sua organização de <i>media</i> ligações com ecossistemas externos de inovação.</li> <li>• Apenas 11,9% dos(das jornalistas participantes indicam existirem na sua organização de <i>media</i> colaborações com instituições de ensino superior ou centros de investigação.</li> <li>• 47,4% dos/das jornalistas participantes indicam não existir na sua organização de <i>media</i> a capacidade técnica para avaliar criticamente soluções comerciais de IA.</li> </ul>
<b>Recomendação</b>	Lançar uma convocatória para financiamento de projetos de investigação exploratórios focados no desenvolvimento, teste e avaliação de aplicações de IA no jornalismo português, com base em dados e necessidades do contexto nacional.
<b>Passos para implementação</b>	<p><b>Passo 1:</b> assegurar financiamento e painéis de avaliação com peritos científicos.</p> <p><b>Passo 2:</b> definir subáreas prioritárias (e.g. automação editorial explicável, deteção de desinformação, curadoria algorítmica, ética e IA) em articulação com a evidência disponível.</p> <p><b>Passo 3:</b> estabelecer como critério obrigatório a constituição de consórcios entre ensino superior e <i>media</i> portuguesas nacionais e locais/regionais.</p> <p><b>Passo 4:</b> estabelecer como critério obrigatório a realização de pilotos em contextos reais de redação, com envolvimento direto de jornalistas nas fases de conceção, teste e validação.</p> <p><b>Passo 5:</b> promover a documentação aberta dos resultados e a replicabilidade das soluções desenvolvidas por outros meios.</p>
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovar pelo menos 5 projetos exploratórios de investigação.</li> <li>• Garantir participação de <i>media</i> portuguesas em 100% dos consórcios financiados.</li> <li>• Realizar pilotos operacionais em 100% dos consórcios financiados</li> <li>• Publicar pelo menos 5 relatórios técnicos e metodológicos com evidência sobre a aplicação de IA no contexto português</li> <li>• Organizar uma conferência anual com apresentação pública dos resultados dos projetos.</li> </ul>
<b>Riscos e estratégias de mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Risco:</b> inadequação das soluções ao contexto jornalístico português. <b>Mitigação:</b> tornar obrigatória a sustentação em evidência empírica nacional na fase de candidatura de cada projeto e incluir <i>media</i> como co-proponentes.</li> <li>• <b>Risco:</b> fraca articulação entre parceiros académicos e profissionais. <b>Mitigação:</b> prever financiamento de atividades de co-desenho, validação editorial e formação inter pares durante o ciclo do projeto.</li> <li>• <b>Risco:</b> produção de soluções opacas ou não auditáveis. <b>Mitigação:</b> promover o uso de modelos transparentes e de código aberto, com documentação pública dos critérios e limitações dos sistemas desenvolvidos.</li> </ul>

# 8 Criar um Observatório Nacional sobre Inteligência Artificial e Jornalismo

<b>Destinatários</b>	Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Centros de investigação em comunicação e jornalismo, instituições de ensino superior, empresas de media, associações profissionais
<b>Problema/ Oportunidade</b>	A rápida adoção de tecnologias de IA nos <i>media</i> está a transformar práticas, modelos de negócio e relações com o público. Contudo, falta um mecanismo nacional independente e sistemático de monitorização, análise e antecipação dos efeitos da IA no jornalismo português, dificultando a resposta regulatória, a adaptação institucional e o escrutínio público. Um observatório nacional permitirá colmatar esta lacuna, produzindo dados regulares, análises comparadas e recomendações baseadas em evidência, fundamentais para informar políticas públicas, iniciativas sectoriais e decisões editoriais.
<b>Evidências-Chave</b>	No âmbito do “Relatório de Diagnóstico e Análise Temática”: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 80,3% dos jornalistas participantes declaram usar aplicações de IA na atividade jornalística;</li> <li>• Apenas 13,2% dos jornalistas referem existir ligação entre as suas organizações e ecossistemas externos de inovação;</li> <li>• 67,5% dos jornalistas referem ausência total de formação obrigatória sobre IA.</li> </ul>
<b>Recomendação</b>	Criar um Observatório Nacional sobre Inteligência Artificial e Jornalismo, com natureza independente e colaborativa, constituído enquanto consórcio académico, com a missão de produzir conhecimento, monitorizar a aplicação de IA no ecossistema informativo nacional, mapear riscos e oportunidades, apoiar processos de decisão e promover a literacia algorítmica da sociedade civil.
<b>Passos para implementação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Passo 1:</b> formalizar um consórcio de criação do observatório, envolvendo centros de investigação, instituições de ensino superior, entidades reguladoras, empresas de <i>media</i> e associações profissionais</li> <li>• <b>Passo 2:</b> definir o mandato, missão e modelo operativo do observatório (e.g. projeto em rede)</li> <li>• <b>Passo 3:</b> desenvolver e publicar relatórios regulares (e.g. anuais ou semestrais) sobre a aplicação de IA nos <i>media</i> portugueses, cobrindo aspetos como automação editorial, transparência algorítmica, ética, práticas organizacionais e impacto nas audiências</li> <li>• <b>Passo 4:</b> criar um portal público com dados, dashboards e recursos acessíveis a jornalistas, decisores, investigadores e cidadãos, promovendo literacia algorítmica e escrutínio informado</li> </ul>
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observatório constituído e em funcionamento até 12 meses após aprovação.</li> <li>• Publicação de pelo menos 2 relatórios por ano com dados setoriais e recomendações aplicáveis.</li> <li>• Percentagem de organizações de <i>media</i> que colaboram com o Observatório.</li> </ul>
<b>Riscos e estratégias de mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Risco:</b> baixa adesão das organizações de <i>media</i> e dificuldade em aceder a dados relevantes. <b>Mitigação:</b> estabelecer protocolos de confidencialidade, garantir transparência metodológica e reforçar o valor estratégico da evidência produzida.</li> <li>• <b>Risco:</b> risco de captura institucional do observatório. <b>Mitigação:</b> garantir independência científica e institucional através de um modelo de governação plural, com representação equilibrada e escrutínio externo (e.g. Conselho Consultivo Independente).</li> </ul>

# 9 Implementar um programa nacional de formação em inovação interdisciplinar para o Jornalismo e os *Media*

<b>Destinatários</b>	CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, Universidades, Institutos Politécnicos, Centros de Investigação, Empresas de Media, Startups e Empresas Tecnológicas
<b>Problema/ Oportunidade</b>	O jornalismo português mantém uma cultura predominantemente reativa face às transformações tecnológicas, com pouca integração de competências híbridas que articulem tecnologia, ética e inovação editorial. A IA e outras tecnologias emergentes (e.g. realidade virtual, realidade aumentada) exigem não apenas formação inicial qualificada, mas também formação ao longo da vida, <i>reskilling</i> e <i>upskilling</i> de jornalistas em exercício. Meios regionais e de pequena escala têm menos acesso a oportunidades estruturadas de capacitação e experimentação, agravando desigualdades no ecossistema informativo.
<b>Evidências-Chave</b>	O relatório “Jornalistas e Inteligência Artificial: perceções, práticas, desafios e oportunidades”, publicado em 2025, pelo Observatório Social para a Inteligência Artificial e Dados Digitais, revela que a maioria dos jornalistas inquiridos (59,5%) afirma não ter um conhecimento aprofundado sobre IA, sendo que 83,8% nunca receberam qualquer tipo de formação específica na área, embora a maioria revele um interesse claro em vir a adquiri-la.
<b>Recomendação</b>	Criar um programa nacional de formação e <i>reskilling</i> em inovação interdisciplinar para o jornalismo, desenvolvido em colaboração entre CENJOR, universidades, institutos politécnicos e empresas de media, integrando: formação inicial para estudantes, formação contínua ao longo da vida, <i>reskilling</i> e <i>upskilling</i> para jornalistas em exercício, ciclos de experimentação colaborativa com impacto direto nas redações.
<b>Passos para implementação</b>	<b>Passo 1:</b> mapear as necessidades de formação em IA nos <i>media</i> jornalísticos portugueses. <b>Passo 2:</b> estabelecer protocolos CENJOR, instituições de ensino superior e associações de jornalistas para criar ações formativas. <b>Passo 3:</b> lançar um programa-piloto com bolsas de participação e certificação reconhecida. <b>Passo 4:</b> avaliar o impacto do programa.
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de cursos e ações de formação desenvolvidos no âmbito do programa (inicial, contínua, <i>reskilling</i> e <i>upskilling</i>).</li> <li>Número de estudantes e jornalistas profissionais que completam formação inicial e contínua (<i>reskilling</i> ou <i>upskilling</i>).</li> <li>N.º de NUTS cobertas pelas ações de formação.</li> </ul>
<b>Riscos e Estratégias de Mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Risco:</b> dispersão de iniciativas e falta de continuidade institucional. <b>Mitigação:</b> criar uma estrutura formal de governação do programa, com metas e indicadores partilhados entre CENJOR, academia e media.</li> <li><b>Risco:</b> assimetria no acesso entre meios de maior e menor dimensão. <b>Mitigação:</b> priorizar oportunidades regionais de formação e módulos flexíveis acessíveis online.</li> <li><b>Risco:</b> dificuldade de adesão de profissionais devido a sobrecarga de trabalho. <b>Mitigação:</b> oferecer formação modular, híbrida e de curta duração, ajustada às rotinas das redações.</li> </ul>

# 10 Integrar competências em IA nos cursos de Jornalismo e Comunicação através de um referencial nacional co-construído

<b>Destinatários</b>	Faculdades e escolas de jornalismo, universidades, institutos politécnicos, centros de investigação em comunicação, docentes e coordenadores de curso.
<b>Problema/ Oportunidade</b>	A formação superior em jornalismo em Portugal evidencia residual integração de competências digitais avançadas, nomeadamente no domínio da IA. A literacia algorítmica, o pensamento computacional, a ética da automação e a capacidade de compreender, analisar criticamente e trabalhar com ferramentas baseadas em IA devem ser adquiridas desde os primeiros ciclos de formação, como condição para o exercício informado e responsável do jornalismo contemporâneo.
<b>Evidências-Chave</b>	O relatório “Jornalistas e Inteligência Artificial: perceções, práticas, desafios e oportunidades”, publicado em 2025, pelo Observatório Social para a Inteligência Artificial e Dados Digitais, revela que a maioria dos jornalistas inquiridos (59,5%) afirma não ter um conhecimento aprofundado sobre IA, sendo que 83,8% nunca receberam qualquer tipo de formação específica na área, embora a maioria revele um interesse claro em vir a adquiri-la.
<b>Recomendação</b>	Desenvolver e implementar, nas instituições de ensino superior com cursos em Jornalismo e Comunicação, um plano de revisão curricular que incorpore de forma transversal conteúdos sobre IA e tecnologias emergentes, acompanhados de formação certificada para docentes, promovendo uma abordagem interdisciplinar. Um referencial orientador pode apoiar a renovação curricular, promover maior alinhamento entre a formação académica e o exercício profissional e contribuir para elevar o padrão nacional de literacia algorítmica no jornalismo.
<b>Passos para implementação</b>	<p><b>Passo 1:</b> constituir um grupo de trabalho interinstitucional; reunir representantes de faculdades e escolas de jornalismo, universidades, institutos politécnicos, centros de investigação, entidades reguladoras (e.g. ERC), empresas de <i>media</i> e associações profissionais para liderar a construção do referencial nacional de competências em IA aplicadas ao jornalismo.</p> <p><b>Passo 2:</b> desenvolver o referencial nacional de competências em IA para o jornalismo; elaborar um documento orientador, de acesso aberto e não vinculativo, que defina competências-chave a integrar nos planos de estudo, com base em boas práticas nacionais e internacionais, promovendo a articulação entre literacia algorítmica, ética digital, inovação editorial e aplicações práticas de IA.</p> <p><b>Passo 3:</b> rever e atualizar os currículos académicos; apoiar as instituições de ensino superior na revisão dos seus planos de estudo, com base no referencial, incentivando a criação de unidades curriculares específicas e a transversalidade temática em disciplinas existentes, respeitando a autonomia científica e pedagógica de cada instituição.</p> <p><b>Passo 4:</b> capacitar o corpo docente para o ensino de IA aplicada ao jornalismo; lançar programas de formação certificada e mobilidade científica para docentes, com foco em IA generativa, pensamento computacional, análise de dados, ética da automação e metodologias de ensino interdisciplinar.</p>
<b>Métricas de sucesso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de cursos de jornalismo e comunicação que integram unidades curriculares específicas sobre IA até 2030.</li> <li>Grau de atualização dos planos de estudo com base no referencial nacional de competências em IA.</li> </ul>
<b>Riscos e Estratégias de Mitigação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Risco:</b> resistência institucional à reforma curricular. <b>Mitigação:</b> envolver os órgãos de coordenação pedagógica e científica desde o início e articular os novos conteúdos com competências já exigidas nos referenciais de acreditação.</li> <li><b>Risco:</b> falta de preparação do corpo docente para ministrar conteúdos em IA. <b>Mitigação:</b> estabelecer medidas e incentivos à formação, mobilidade científica e académica</li> </ul>

# Reflexões finais: *o futuro* do jornalismo no contexto da IA



As transformações induzidas pela IA no ecossistema mediático português não correspondem a um fenómeno passageiro, nem a uma promessa abstrata de futuro: trata-se de um processo já em curso, que reconfigura práticas profissionais, relações de produção, modelos organizacionais e expectativas públicas sobre o papel social do jornalismo.

Os dados reunidos neste Livro Branco - e nos dois relatórios que o sustentam - evidenciam com clareza que a IA não constitui apenas um desafio tecnológico; representa um desafio estrutural que atravessa dimensões éticas, económicas, jurídicas, profissionais e democráticas. Importa, nesse sentido, resistir a leituras tanto utópicas como distópicas. A IA não é a solução milagrosa para os constrangimentos estruturais do setor e não representa inevitavelmente uma ameaça incontrolável à integridade informativa.

Entre a celebração acrítica e o alarmismo paralisante, este Livro Branco promove uma terceira via: a da concertação de capacidades políticas, empresariais, editoriais e regulatórias que traduzam conhecimento sólido em decisões estratégicas e operacionais. A evidência documentada sublinha uma conclusão transversal: nenhum ator isolado possui hoje a capacidade para enfrentar a complexidade da incorporação da IA no jornalismo. Os desafios colocados em matéria de

verificação, direitos de autor e direitos conexos, governança algorítmica ou de preservação da independência editorial excedem a escala atomizada das redações e exigem uma arquitetura de colaboração interorganizacional. É essa colaboração - horizontal entre meios de comunicação e vertical entre setor dos media, academia, reguladores e entidades tecnológicas - que permitirá construir soluções sustentáveis e ajustadas ao contexto português.

A investigação conduzida demonstra que a capacidade para transformar eficiência tecnológica em qualidade jornalística depende menos da disponibilidade imediata de ferramentas e mais da existência de sólidos processos de adopção e de uso. A validação humana sistemática, os protocolos de transparência e de prestação de contas, a proteção de dados e de fontes, a revisão das práticas editoriais e a formação contínua constituem não apenas salvaguardas, mas condições estruturantes da própria inovação.

A velocidade da IA não deve impor uma lógica de experimentação sem controlo; antes sublinhar a importância central das culturas organizacionais, da literacia aplicada e de mecanismos de responsabilização que tornem a inovação compatível com o interesse público. O futuro do jornalismo no contexto da IA será plural: coexistirão redações altamente capacitadas e

redações com recursos mais limitados, aplicações de baixo risco e usos de fronteira que exigem prudência acrescida, oportunidades de automação produtiva e riscos de erosão da confiança pública. Políticas públicas orientadas, iniciativas privadas de apoio à inovação distribuída, reforço da formação local/regional e mecanismos de cooperação podem reduzir assimetrias que, de outra forma, tendem a agravar-se.

Este Livro Branco aponta para uma orientação geral estruturante: a tecnologia pode ampliar capacidades, acelerar procedimentos e diversificar formatos, mas só uma comunidade profissional capacitada, apoiada por políticas consistentes e enquadrada por práticas transparentes poderá assegurar que esse potencial se traduza em valor público.

As oportunidades que se abrem hoje não residem apenas na adoção tecnológica, mas na construção de uma visão societal sobre o jornalismo que queremos preservar e projetar para as próximas décadas e para as futuras gerações de cidadãos. Essa é a verdadeira dimensão do desafio. A evidência recolhida ao longo deste estudo demonstra que, no sector, existe consciência, vontade e capacidade de ação. O futuro dependerá, assim, da forma como esta energia seja ativada de forma colaborativa e informada.

# Mais *informações*

**IA\*JP** | INTELIGÊNCIA  
ARTIFICIAL NO  
JORNALISMO  
EM PORTUGAL

Aceda a todos  
os relatórios:



[iajornalismo.fcsh.unl.pt/outputs](http://iajornalismo.fcsh.unl.pt/outputs)



# Livro Branco

SOBRE A INTELIGÊNCIA  
ARTIFICIAL APLICADA AO  
JORNALISMO EM PORTUGAL

PARCERIA:

European

**MEDIA AND  
INFORMATION** Fund



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE GULBENKIAN